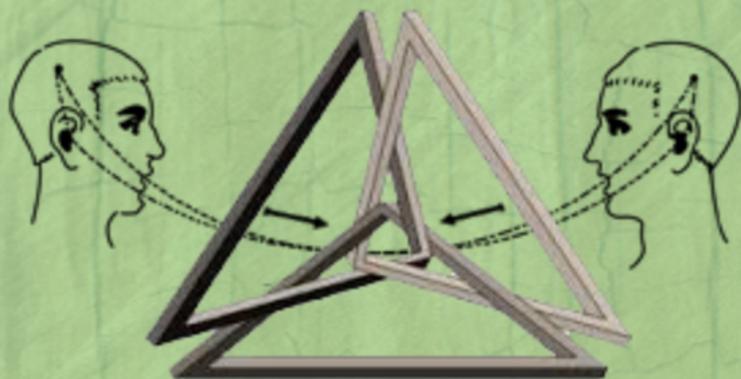


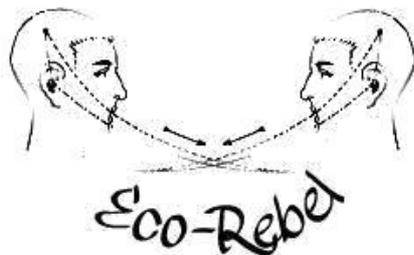
Ecolingüística

**Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem
(ECO-REBEL)**

Volume 1, número 2, 2015



**Programa de Pós-Graduação em Linguística
Departamento de Linguística
Instituto de Letras
Universidade de Brasília**



EDITORIAL

Os organizadores

Prezada leitora, prezado leitor:

Aqui está o volume 1, número 2, 2015, de *Ecolinguística: Revista brasileira de ecologia e linguagem (ECO-REBEL)*. Conseguimos colocá-lo à disposição do público a tempo, mantendo a promessa feita no primeiro número de que *ECO-REBEL* seria semestral. Nossa intenção é fazer tudo para manter essa periodicidade.

Se o primeiro número contou com a participação de dois pioneiros da ecolinguística (Alwin Fill e Adam Makkai), além de um pioneiro dos estudos indígeno-etnolinguísticos (Aryon Rodrigues), neste segundo número temos a honra de contar com sete ecolinguistas europeus de renome mundial, ao lado de um professor da UFRJ (Pierre Guisan), também europeu.

Este número vem no momento em que se realiza o II ENCONTRO BRASILEIRO DE IMAGINÁRIO E ECOLINGUÍSTICA, na UEG de Formosa (GO), de 11 a 13 de novembro, 2015, sendo que o primeiro foi realizado na UFG, em 2013. Encontros exclusivamente ecolinguísticos são constituídos pelo EBE (ENCONTRO BRASILEIRO DE ECOLINGUÍSTICA), de que tivemos o I em Brasília em 2012 e o II em Goiânia, em 2014. Seleções dos trabalhos apresentados nesses eventos foram publicadas ou estão com a publicação em andamento.

O primeiro texto do presente número de *ECO-REBEL* é 'Diversidade, contato e ecologia linguística: Uma aproximação a partir da complexidade sociocognitiva', de Albert Bastardas Boada, da Universidade de Barcelona, Espanha. O autor vem estudando a questão ecolinguística de seu catalão materno no ecossistema linguístico espanhol como um todo, estando sua língua perdendo terreno para o castelhano na própria Catalunha. Sua abordagem tem sido ecossistêmica, mas parte também da complexidade sociocognitiva.

O segundo artigo é ‘O tao da linguagem: Semelhanças entre linguística, construtivismo social e misticismo’, de Arran Stibbe. Como fizera o físico Fritjof Capra, Stibbe inclui no debate ecolinguístico o “misticismo” oriental, no caso, o taoísmo. O autor relaciona tudo ao construtivismo social. Aliás, em português temos também o livro *O tao da linguagem*, de Hildo Couto (Campinas: Pontes, 2012), resenhado no primeiro número de ECO-REBEL.

O terceiro artigo é ‘Sobre a necessidade de submeter o discurso ambiental contemporâneo à investigação reflexiva’, de Richard Alexander. Desse mesmo autor temos ainda o texto ‘Minha visão sobre a ecolinguística’, que complementa o primeiro, acrescentando detalhes da visão que o autor tem da disciplina. Juntamente com Alwin Fill e Arran Stibbe, Alexander é um dos precursores da análise do discurso ecológica (ADE), sobre a qual há um livro que está resenhado no presente número de ECO-REBEL.

O quinto texto é ‘Ecologia da língua como teoria linguística’, de Mark Garner. Ele não usa a palavra ‘ecolinguística’ a não ser de passagem, mas seu texto representa uma grande contribuição teórica para a disciplina. Embora o autor não seja um participante ativo dos eventos ecolinguísticos, sua abordagem ao que chama de ‘ecologia da língua’ é uma das fontes de inspiração para a linguística ecossistêmica. Garner foi um dos primeiros a propor a ideia de que a ecolinguística deve usar conceitos ecológicos não apenas como metáforas, ou seja, de fora para dentro, mas de dentro para fora. Quer dizer, praticar ‘ecologia linguística’, não apenas ‘linguística ecológica’, embora a segunda também integre a ecolinguística como um todo. O autor foi ainda um dos primeiros, ao lado de Hans Strohner, a falar em metodologia em ecolinguística, metodologia essa que não poderia deixar de ser algum tipo de ‘multimetodologia’.

O sexto artigo é ‘Ecolinguística: Um enquadramento conceitual’, de Jørgen Christian Bang & Jørgen Døør, dois líderes da conhecida Escola Ecolinguística de Odense (Dinamarca). O texto deles contém uma síntese do que chamam de ‘ecolinguística dialética’. Essa vertente da ecolinguística europeia é precursora da linguística ecossistêmica no que diz respeito aos três ecossistemas linguísticos (natural, mental, social), que chamam de ‘dimensões’ (bio-lógica, ideo-lógica, sócio-lógica).

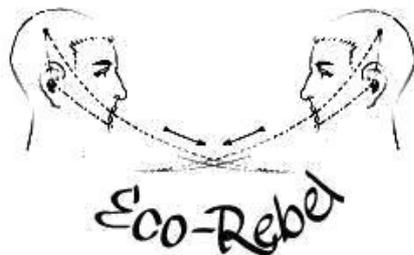
O sétimo texto, ‘Língua, cultura, religião e nação no mundo e no Brasil’, de Pierre Guisan, apresenta, como já explicitado no título, uma visão crítica sobre as relações entre língua, cultura, religião e nação, termos que se imbricam de modo inextricável. Mesmo não sendo o autor um ecolinguista propriamente dito, seu texto é inteiramente ecolinguístico.

ECO-REBEL

O presente número de ECO-REBEL contém ainda duas resenhas de livros de interesse ecolinguístico e sete minirresenhas, que são simples apresentações sumárias de obras publicadas nos últimos anos, apenas para o conhecimento das leitoras e dos leitores. O primeiro livro resenhado é da galega Teresa Moure, intitulado justamente *Ecolinguística*, escrito na língua materna da autora. O segundo é o livro sobre ADE, o primeiro do gênero no Brasil.

Boa leitura!

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), v. 1, n. 2, 2015.



DIVERSIDADE, CONTATO E ECOLOGIA LINGUÍSTICA:

UMA APROXIMAÇÃO A PARTIR DA COMPLEXIDADE SOCIOCOGNITIVA¹

Albert Bastardas Boada (Universidade de Barcelona)

R e s u m o : A perspectiva ecológica para os estudos linguísticos vem se mostrando eficaz, principalmente nos estudos sobre a diversidade e o contato de línguas, já que nos leva a uma ampliação teórica e conceitual no âmbito desta ciência e também ao aumento da consciência social quanto à preservação, aceitação e normalização da diversidade linguística dos humanos. Neste artigo, após ser apresentada a perspectiva ecológica para a linguística, serão discutidos os aspectos multidimensionais para a análise do contato de línguas, estando relacionados com a temática do sociocognitivismo, da dinamicidade e processualidade, oferecendo, desta maneira, uma visão integradora para os estudos linguísticos que é a da ‘diversidade linguística’.

P a l a v r a s - c h a v e : Contato de línguas; Ecologia; Ecologia de línguas; Diversidade; Multidimensionalidade.

A b s t r a c : The ecological perspective in language studies has been shown to be highly productive, above all in the when diversity and language contact is concerned. It implies a theoretical and conceptual widening of the social awareness concerning preservation, acceptance and normalization of linguistic diversity among humans. In this article I will discuss the multidimensional aspects of language contact – after the presentation of the ecological perspective in linguistics –, including the sociocognitive viewpoint, dynamicity and processuality. All this in an integrative framework for language studies, leading to ‘language diversity’.

K e y w o r d s : Language contatc; Ecology; Language ecology; Diversity; Multidimensionality.

1. Introdução: a perspectiva ecológica

Uma das perspectivas que de forma mais intuitiva oferecem a possibilidade de tratar contextualmente e multidimensionalmente um determinado fenômeno é a ecologia. Aplicada prioritariamente a fatos biológicos, este tipo de pensamento foi se estendendo a outros campos e a outras problemáticas, pela contribuição sistêmica e dinâmica para entender as inter-relações que se dão em um conjunto determinado. Assim, hoje falamos de ‘ecologias’ da mente, da educação, da cultura etc.

¹ Este texto está baseado na conferência “Ecologia linguística: uma aproximação a partir da (socio)complexidade”, apresentada a convite da Universidad de Cádiz (Espanha) no contexto das XIV Jornadas de Linguística e foi traduzido do espanhol por Lucielena Mendonça de Lima.

ECO-REBEL

É igualmente atrativo aplicar esta perspectiva aos fenômenos linguísticos, e, mais concretamente, aos caracterizados pelo contato entre idiomas e/ou sociedades distintas. A perspectiva ecológica nos permite tratar de distintos fatores em jogo, suas interações, suas emergências, e suas evoluções no tempo. Já em 1971 o linguista norte-americano de origem norueguesa Einar Haugen propôs o termo ‘*ecology of language*’, chamando a atenção fundamentalmente para a incorporação do ‘meio’ ou ‘contexto’ [*environment*] nos estudos linguísticos (vid. Haugen, 1972). Igualmente William F. Mackey, de Quebec, em 1979, impulsionou também esta aproximação, já a aplicando mais explicitamente ao estudo do contato linguístico.

A analogia mais simples era a que propunha tomar (metaforicamente) os sistemas linguísticos como ‘espécies’ socioculturais, definir as características de seus contextos e colocá-los em movimento para ver suas inter-relações e evoluções. Aqui se podiam aproveitar todas as semelhanças do contato e a competência entre as espécies que a ecologia biológica já havia se ocupado de identificar. Línguas territoriais e invasoras, línguas depredadoras e depredadas, nichos ecológicos, mudança e evolução, sobrevivência e adaptação, ecologias restauradoras etc., eram conceptualizações que, como se vê, podiam ocorrer em muitas possibilidades de interação nos casos de contato linguístico mais assimétrico quanto à relação de forças dos idiomas envolvidos no contato (Bastardas, 2003a).

Esta transposição de ideias e conceitos da ecologia biológica para a ecologia linguística não somente concretizou-se nos âmbitos mais acadêmicos, mas chegou também aos espaços de conflito e reivindicação entre grupos majoritários e/ou dominantes e minoritários e/ou subordinados. À medida que a consciência geral sobre a proteção das espécies biológicas foi avançando, a analogia com as ‘espécies linguísticas’ foi também crescendo, e a defesa da conservação da linguodiversidade avançou paralelamente (ainda que sempre em menor medida) com a da biodiversidade. Se havia consenso social na adoção de políticas a favor da preservação da diversidade biológica, por que não tinha que havê-las para proteger a diversidade linguística? Não é de estranhar-se, pois, que os grupos mais ativos na defesa de suas línguas e, no plano internacional, os linguistas e as associações mais comprometidas com esse discurso, favorecessem a adoção desse paradigma ecológico de inspiração biológica para apoiar reclamações e legitimar direitos, e ao mesmo tempo, como paradigma inovador e sugestivo para compreender melhor os processos sociolinguísticos (Bastardas, 1996 e 2013; Mühlhäusler, 1996; Junyent, 1998; Fill e Mühlhäusler, 2001; Mufwene, 2001; Terborg, 2006; Comellas, 2011).

Sendo assim as coisas, podemos constatar que, ainda que muito entrelaçadas, há duas correntes ‘ecolinguísticas’, sendo que uma enfatiza talvez mais a vertente teórica e de compreensão científica dos fenômenos, enquanto a outra está mais orientada para o plano sociopolítico e ideológico, favorecendo a extensão da ideologia conservacionista e a intervenção pública para a proteção da diversidade linguística. Enfim é algo semelhante ao que pode ocorrer também no

campo bioecológico, onde as preferências na divisão do trabalho podem dar lugar à distinção entre a ênfase mais puramente ‘ecológica’ e o mais inclinado para o ‘ecologismo’, ainda que não seja estranho que sejam os mesmos autores, os que, às vezes, se situem em um ou outro lado. Seja como for, a aplicação da perspectiva ecológica sobre a diversidade e o contato linguísticos nos é útil, já que nos leva uma ampliação teórica e conceitual e, ao mesmo tempo, também ao aumento da consciência social quanto à preservação, aceitação e normalização da diversidade linguística dos humanos.

2. Uma aproximação a partir da complexidade sociocognitiva

Ainda que a inspiração inicial para a formulação de uma ecologia linguística viesse mais diretamente da ecologia desenvolvida fundamentalmente a partir do campo biológico, dada a fácil analogia entre ‘língua’ e ‘espécie’, é evidente que os códigos linguísticos humanos são fenômenos muito distintos dos conjuntos de indivíduos biológicos. Isso me levou a explorar formulações provenientes de outras disciplinas que nos pudessem ajudar em uma conceptualização talvez mais adequada aos fenômenos linguísticos que a puramente inspirada na bioecologia. Aqui descobri que nos achávamos em um ponto de cristalização de um novo (quase) paradigma, mais holístico, que nos ia oferecer a oportunidade de enriquecer e ampliar as perspectivas e as conceptualizações. Um interessante movimento transdisciplinar ia tendo lugar para ir além da teoria de sistemas, que já havia sido proposta anteriormente, para chegar ao que se chamaria atualmente ‘ciências da complexidade’, impulsionadas a partir de muitos ângulos diferentes e com a aspiração de oferecer perspectivas e ferramentas teóricas e metodológicas mais adequadas para muitos fenômenos complexos, ainda pendentes de compreensão científica (Bastardas, 1999 e 2003b).

Assim, a ecologia biológica, ainda que mais desenvolvida e aplicada, não era a única possível. Em 1972 Gregory Bateson intitula *Steps to an ecology of mind* uma recopilação de seus trabalhos, na qual desenvolve um interessantíssimo pensamento de inspiração cibernética para avançar na compreensão da mente e da comunicação humanas. De fato, esta obra está na base de novas contribuições posteriores, como reconhece o físico Fritjof Capra nas páginas iniciais de seu *The Turning Point*, publicado em 1982, de grande interesse para a aplicação da perspectiva aos planos humanos. Outro físico com quem Capra dialoga é David Bohm, já que suas contribuições irão também na direção de “compreender a natureza da realidade em geral, e a da consciência em particular, como um todo coerente, o qual nunca é estático nem completo, mas é também um processo interminável de movimento e desdobramento”, para o qual necessitamos “um novo conceito do mundo que não seja fragmentário” (Bohm, 1987: 9, 12).

Porém não serão somente os físicos que estarão impulsionando a renovação das teorizações; no âmbito das ciências sociais e humanas há vozes qualificadas que mostram como é necessário avançar na renovação do pensamento para poder apreender nossos fenômenos em toda sua

integridade e multidimensionalidade inter-relacionadas, incorporando-os na sucessão temporal dos acontecimentos. O sociólogo judeu-alemão Norbert Elias propõe uma sociologia ‘figuracional’ e processual que, a partir de uma nova conceptualização integrada das sociedades humanas, possa explicar as interações existentes entre as distintas dimensões da realidade. Elias (1990) se adianta na teorização do que hoje, a partir da perspectiva da complexidade, chamariamos fenômenos ‘emergentes’, isto é, aqueles que desenvolvem novas propriedades e estruturas a partir da combinação de elementos constituintes que não as possuem em absoluto em sua individualidade. Elias, em minha opinião, é clarividente e já nos adverte que “the nature of language cannot be properly explored by a type of psychology which is centred on the individual. Nor does it fit into the main stream of sociology which so far neglects the paradigmatic information which the complex 'knowledge, language, memory and thought' requires”, pelo que “sooner or later it will become necessary to examine critically the presently ruling division of labour among human or social sciences” (Elias, 1991: 5).

Nesta construção de uma perspectiva (socio)ecológica da linguagem me acompanha, talvez inclusive mais intimamente, outro autor que será para mim de cabeceira. O pensador judeu-francês de origem sefardi Edgar [Nahoum] Morin não somente está na mesma linha que os autores citados até agora, mas também que empreende uma tarefa ingente de propor um novo método para poder pensar a complexidade do mundo. Dada sua procedência do campo antroposociológico, extrai (e desenvolve) das outras disciplinas que já estavam em evolução conceptualizações plenamente adequadas para dar motivo a novas compreensões dos fenômenos humanos, certamente os mais complexos da existência. Morin propugna por um ‘pensamento complexo’, para mudar as formas habituais de conceptualização e fazê-las mais capazes de apreender o entrelaçamento imbricado e holográfico dos elementos que intervêm na configuração de nossa existência. Na citação que abre minha *Ecologia de les llengües*, de 1996, se concentra sua visão integrada do fenômeno linguístico: “La langue vit comme un grand arbre dont les racines sont aux tréfonds de la vie sociale et des vies cerebrales, et dont les frondaisons s’épanouissent dans la noosphère” [“A língua vive como uma grande árvore que tem as raízes nas profundezas da vida social e das vidas cerebrais, e cuja folhagem floresce na noosfera”].

É assim, pois, neste clima intelectual, que trato de extrair principalmente das distintas contribuições dos autores mencionados, porém também de outros muitos igualmente interessantes que não posso detalhar agora, os materiais para construir uma ecologia socio-cognitiva e dinâmica capaz de poder explicar as condicionantes do comportamento linguístico humano e de suas evoluções históricas. Imerso já na perspectiva da complexidade aplicada aos fenômenos socioculturais, parto de suas contribuições mais interessantes naquele momento: a) a centralidade do cérebro/mente, b) a auto-organização, c) a emergência, d) a causalidade circular, retroativa e recursiva (vs. linear), e) o caráter ecossistêmico e holográfico da realidade, que implica que não

somente a parte está no todo, mas que o todo também 'está' na parte, e, f) a processualidade e dinamicidade da realidade (Bastardas, 1999). Esses princípios estão por trás da proposta inicial ecológica para o estudo do contato linguístico, que toma forma prática em uma imagem multinivelada e dinâmica capaz de incluir as distintas dimensões que sustentam a atividade linguística humana e suas inter-relações, a fim de poder compreender muito melhor os condicionantes do comportamento linguístico e de suas evoluções históricas.

3. Uma visão multidimensional e integradora para o estudo do contato linguístico

Para expressar este modelo ecossistêmico, multidimensional e dinâmico, podemos utilizar metaforicamente a imagem de uma partitura orquestral ou polifônica, em que cada pentagrama expresse uma das dimensões participantes no ecossistema de determinação do comportamento linguístico. Este modelo nos permite plasmar os distintos níveis da realidade em que vivem as línguas, suas inter-relações, e sua existência ineludível no tempo, através do qual mudam, se expandem ou desaparecem (Bastardas, 1996). O modelo começa em sua base com o *cérebro/mente*, elemento ineludível em qualquer ciência sociocultural, ainda que esquecido durante muitas décadas. É no cérebro onde acharemos as bases potenciais de desenvolvimento das competências linguísticas, cognitivas e comunicativas, e de configuração das representações, ideias, socio-significados e emoções que os indivíduos sustentarão sobre as próprias formas linguísticas e seus usos sociais.

Em um segundo pentagrama, devemos incluir a *interação* dos cérebros/mentes, dado que é em sua exposição e inter-relação mútuas onde ocorre sua auto-co-construção a partir dos materiais existentes na cultura previa dos interagentes. É nesse nível, ademais, que deverão negociar-se e formular-se auto-organizadamente as rotinas conversacionais, as seleções das variedades a usar, as normas sociais próprias de cada tipo de interação, a expressão dos estados anímicos mútuos etc. Isto é, não só atuarão e tomarão forma aqui as predisposições cerebrais prévias, mas também *emergirá* uma nova realidade não presente no nível anterior: a *organização* da interação.

Um terceiro nível deverá recolher os fenômenos produzidos em torno da *grupalidade*. Nós humanos não somente nos relacionamos um a um mas também construímos redes de relação mais ou menos numerosas podemos nos identificar com distintos conjuntos caracterizados por determinados elementos socioculturais, econômicos, políticos etc. Nosso cérebro/mente nos permite categorizar-nos segundo esses diversos parâmetros, e essas categorizações podem influir nos modos de nossa interação linguística. Se nos cremos 'x', e, grupalmente, está estabelecido que 'x' sustenta um determinado tipo de relação com o 'y', enquanto 'x' 'deveremos' seguir esse tipo de relação em nossas interações com o 'y', e eles igualmente. Neste plano, pois, se refletem as assimetrias de poder político, econômico, cultural, linguístico, ideológico etc., provenientes das distintas configurações das sociedades humanas. E tudo isto terá repercussões nos aspectos

ECO-REBEL

linguísticos, com o surgimento de identidades coletivas ligadas ao uso de determinadas variedades, estilos, de conversações de dependência grupal, falas adscritas a distintas posições sociais, representações específicas sobre o estado das relações intergrupais, formas verbais diferenciadas segundo sua distribuição espacial etc. Também será aqui, nos grupos profissionais e laborais que formamos, onde serão criadas variedades funcionais próprias de cada setor, registros concretos para usos especializados etc. Quando falamos, pois, não somente fala um indivíduo, mas fala também um (sub)conjunto social determinado.

No mundo contemporâneo faz-se necessário introduzir também um pentagrama dedicado às tecnologias da *comunicação de massas*. A presença desses conglomerados na vida pública é cada vez mais intensa, e, sobretudo porque a internet, de certa forma contribui para ‘democratizar’ mais a comunicação coletiva, dado que agora todos podemos ser potencialmente emissores de mensagens, o impacto dos grandes grupos midiáticos continua sendo muito importante. No plano das formas linguísticas, os grandes emissores devem escolher suas variedades e modelos, os quais poderão ter uma influência importante sobre os outros níveis na medida em que os indivíduos lhes outorguem uma sobrevalorização socio-significativa. As variedades, pois, usadas nos grandes meios podem atuar de modelos sociolinguísticos e, dada sua ubiquidade, entrar em contato com os modelos vernáculos existentes, aos quais podem substituir (em parte ou totalmente de forma gradual) se se produz cognitivamente ao mesmo tempo uma subvalorização das formas linguísticas populares. Igualmente importante pode ser sua influência sobre as próprias ideologias linguísticas das pessoas, já que necessariamente veicularão discursos favoráveis ou antagônicos a respeito do valor e a conveniência ou não da diversidade linguística das sociedades humanas, que podem chegar a influenciar na conduta dos indivíduos, e que podem ser trasladados a suas interações comunicativas.

Outro pentagrama (o último na minha proposta, ainda que se possa admitir a adição dos que se acreditam convenientes) é o do *poder político*. Trata-se certamente de um pentagrama em si ‘polifônico’, já que os poderes públicos atuais têm autoridade e influenciam sobre vários aspectos sociais, como na própria organização territorial do poder político-administrativo, o sistema econômico, os centros educacionais, os meios de comunicação públicos, a saúde, os transportes etc. Em muitos casos, de fato, o poder político é o grande regulador legal das formas linguísticas e suas funções, e, por conseguinte, com uma grande repercussão potencial sobre o fenômeno linguístico geral nas sociedades contemporâneas. O Estado é o organismo habitualmente encarregado de decidir sobre sua própria organização linguística através da adoção de uma ou mais línguas ‘oficiais’, fato que terá uma grande influência nos socio-significados positivos que as pessoas incorporarão às variedades linguísticas que sejam consagradas como tais e, por contraposição, nos negativos para as que não o sejam. A língua ou línguas oficiais levarão consigo a obrigação de ser compreendidas e usadas pelos cidadãos em suas relações com os organismos

ECO-REBEL

públicos, o que favorecerá enormemente a extensão social da variedade ou variedades escolhidas como oficiais. O caráter oficial de um idioma fará com que seja habitualmente usado não só nas entidades administrativas públicas, mas também nas privadas, já que muito frequentemente será a única variedade normativizada explicitamente e conhecida pela totalidade da população, o que a converte em meio idôneo de comunicação social. Ocupará habitualmente a maioria das funções no sistema educativo, e se facilitará à população seu conhecimento oral e escrito, fundamentado na modalidade padrão oficialmente sancionada pelo organismo acadêmico competente.

A complexidade da organização política, ademais, pode aumentar no caso de reconhecimento oficial de mais de uma língua por parte dos poderes públicos. Nesse caso deverão articular-se os princípios sobre os quais o uso será baseado, ou seja, se seu uso oficial será igual em todo o território de soberania estatal para todos os idiomas presentes, se cada um será restrito ao seu território histórico e atuará ali de forma exclusiva ou não, se haverá ou não alguma das línguas que faça a função de língua franca entre todos os grupos linguísticos etc. Muitas dessas situações de multilinguismo oficial ocorrem no âmbito de uma distribuição composta do poder político, com a finalidade de acomodar mais adequadamente a diversidade cultural e/ou identitária de suas populações. Assim, nestes estados, a jurisdição sobre as diversas matérias se encontra dividida entre distintas instituições políticas subestatais (de tipo confederal, federal, autonômico, etc.) com o qual inclusive aumenta mais a possibilidade de soluções distintas, quanto às funções das línguas, nos diferentes níveis de governo, segundo suas situações sociolinguísticas e as ideologias predominantes.

Postulamos, conseqüentemente, que o comportamento linguístico dos indivíduos estará influenciado e codeterminado pela inter-relação de todas essas dimensões, com o que se faz imprescindível a adoção de perspectiva ecológica ou complexa para poder explicá-lo. O modo como um indivíduo fala estará condicionado por suas potencialidades cerebrais, por como se inter-relaciona com os outros indivíduos com os que esteja em contato, por como estes outros indivíduos se inter-relacionam linguisticamente entre si, pelos conjuntos de pertencimento (socioeconômico, étnico, profissional etc.) dos mesmos, pelos usos linguísticos ‘institucionalizados’ (ou seja, formais) com que se encontre no sistema escolar e nos meios de comunicação, os quais dependerão habitualmente de decisões políticas no âmbito dos princípios constitucionalmente estabelecidos. Nesse contexto de influências transversais, as pessoas, como sistemas adaptativos complexos que são, desenvolverão suas competências, representações e socio-significados linguísticos e adotarão os comportamentos que acreditem ser mais apropriados a cada situação e função, o que levará, como veremos à continuação, à manutenção histórica de algumas formas ou a sua mudança ou abandono.

4. Dinamicidade e processualidade

ECO-REBEL

Se na partitura com diversos instrumentos que metaforicamente desenhamos, todos tocam a mesma melodia, ou com acordes harmônicos e apropriados, tenderá a produzir-se uma continuidade básica das formas linguísticas que os indivíduos usarão quotidianamente, ainda que em sua evolução histórica ir-se-ão registrando mudanças graduais (e frequentemente muito pouco conscientes) que, ao longo dos séculos, podem chegar a oferecer uma imagem bastante distinta do código em questão. Um dos mecanismos fundamentais nesse fato é o da substituição intergeracional das populações humanas. Dado o caráter finito de nossa existência, porém com a possibilidade de engendrar novos seres, com cada novo nascimento abrir-se-á a possibilidade de mudanças nas formas linguísticas, já que se tratará de um novo processo de auto-cossocialização no qual os novos indivíduos podem introduzir inovações linguísticas em suas interações emergentes, com o que a variedade habitual do conjunto pode empreender evoluções insuspeitadas.

Se esses indivíduos, ademais, entram em contato frequente com outros indivíduos que usam formas linguísticas distintas (ou se expõem às mesmas através de meios de tecno-comunicação), essa situação pode levá-los a mesclar formas de um e outro código, nos distintos níveis da estrutura linguística, com o que também podem fomentar-se mais inovações evolutivas que podem levar a um maior grau de mudança linguística. Seja como for, certamente os indivíduos que se expõem a formas linguísticas distintas das suas as perceberão e (ainda que frequentemente a partir da subconsciência) as ‘avaliarão’ quanto aos seus significados sociais, e decidirão adotá-las, modificá-las, ou simplesmente rechaçá-las. Essa avaliação socio-significativa dependerá de outros elementos presentes na situação, como, por exemplo, o status socioeconômico e/ou político adscrito às formas linguísticas, sua consideração simbólica, sua demografia, suas adesões ideológicas etc.

Nos casos de contato linguístico entre variedades pertencentes a sistemas linguísticos distintos, as avaliações socio-significativas (que refletirão as correlações de força entre as distintas dimensões presentes) terão um papel decisivo no rumo que possa adotar a situação. Nos contextos, por exemplo, nos quais ocorrem o contato entre uma variedade oral grupal sem reconhecimento oficial e outra variedade correspondente a uma língua oficialmente instaurada e usada na grande maioria das funções públicas, é muito comum os falantes da primeira considerarem negativamente suas formas linguísticas e terem à outra como variedade prestigiada e cheia de socio-significados positivos. Na maioria desses casos se dão fenômenos de substituição linguística intergeracional, ou seja, de abandono de sua variedade por parte dos pais e de adoção da variedade oficial e/ou prestigiosa para dirigir-se a seus filhos. Nesse momento crucial, na interrupção da transmissão intergeracional, se está em jogo o destino da continuidade ou desaparecimento da diversidade linguística humana.

Observemos que se produziu aqui uma desarmonia importante no ecossistema de manutenção das línguas entre as dimensões caracterizadas pela auto-organização da interação comunicativa e as que são determinadas mais por decisão glotopolítica e/ou econômica consciente. Nas sociedades contemporâneas, a força do Estado, dos poderes econômicos e os midiáticos, pode ser letal para as variedades linguísticas que não tenham sido adotadas como oficiais e/ou que não tenham usos públicos nas funções de maior impacto nas representações e desejos dos indivíduos atuais. Como esse tipo de situações ocorre muito frequentemente, dado o fato de existirem muito menos estados oficialmente multilíngues que idiomas diferentes, nos achamos ante o que vem sendo chamando como a *crise da línguodiversidade*, ante o risco (certo) do desaparecimento da riqueza linguística da humanidade.

Essa situação de ‘desarmonia’ entre as distintas dimensões dos ecossistemas sociolinguísticos é o que leva igualmente à grande maioria de situações similares vividas por grupos imigrantes a ir abandonando seus códigos de origem e a adotar os da sociedade receptora. Arrancados de seu *habitat* histórico, e portanto de um ecossistema com suas dimensões harmônicas de manutenção, as migrações (sempre que não sejam demograficamente superiores aos receptores) tenderão a bilinguizar-se primeiro na língua com que convivam quotidianamente, e, depois, muito possivelmente adotá-la para falar com seus filhos, se consideram que a manutenção da de origem não tem valor econômico nem socio-simbólico. No caso de grupos imigrantes que abandonem totalmente seu *habitat* de origem e que não sigam usando em parte seu idioma intragrupalmente, temos uma perda total da língua, já que tampouco existirão em seu território falantes que a mantenham em funcionamento.

5. Uma nova proposta: a ‘sustentabilidade linguística’

A aproximação ecológica dos fenômenos biológicos e do meio ambiente se enriquecerá no final dos anos 80 do século passado com uma nova perspectiva teórica, muito mais centrada na atuação prática sobre a realidade e na reforma da organização bio-socio-econômica das sociedades humanas desenvolvidas. É assim que o conceito de ‘sustentabilidade’ e o de ‘desenvolvimento sustentável’ alcançam um grande eco mundial na conferência das Nações Unidas realizada no Rio de Janeiro no ano 1992. O conhecido *Relatório Brundtland* (World Commission, 1987) o define como “a forma de assegurar as necessidades do presente sem comprometer as capacidades das futuras gerações de satisfazer as próprias”. Nascia, então, uma filosofia ‘sustentabilista’ que buscava o desenvolvimento integral do ser humano, com uma contribuição humanista e não puramente economicista do ‘progresso’ social. Contrária ao crescimento pelo crescimento, a filosofia sustentabilista se opõe às sociedades expansivas e dominadoras, e se configura potencialmente como o elemento vertebrador do pensamento pós-colonial e pós-nacional, a partir de uma ótica planetária e universal.

ECO-REBEL

Uma das características fundamentais do sustentabilismo é sua ênfase na salvaguarda do meio ambiente, e adota também, portanto, uma perspectiva ecológica, plenamente coerente com a perspectiva geral de complexidade. Pretende superar a crise ambiental e salvaguardar a biodiversidade e (por que não) a diversidade linguística. Postula uma moral meio-ambiental, já que o fundo do problema, mais que nas disposições legais, radica nas escalas de valores compartilhadas pela sociedade e plasmadas no ordenamento jurídico (Jacobs, 2000: 67). Por isso é necessário um processo de formação de uma nova consciência coletiva, um processo de reflexão e debate socio-ecológico a fim de que a ética da sustentabilidade se assuma como valor próprio da identidade moral do indivíduo contemporâneo e futuro, tudo para que o ‘ecologismo sustentabilista’ impregne a realidade socio-econômico-política geral.

É, de fato, o que já dizia o *relatório Brundtland* anteriormente mencionado, quando afirmava que “no mínimo estrito, o desenvolvimento sustentável significa não por em perigo os sistemas naturais que nos fazem viver: a atmosfera, a água, os solos e os seres vivos”. O grande desafio, portanto, será como conciliar progresso econômico e social sem por em perigo o equilíbrio natural do planeta.

As contribuições do sustentabilismo podem ter, também, um potencial analógico importante para ser transferido ao plano linguístico. Com que nos deparamos se o tentamos? Há também analogias que podem ser aplicadas? Creio que sim, e muito proveitosas. Para começo, fixemo-nos na vontade de juntar ‘contrários’ (pelo menos aparentes) em uma conceptualização integradora e complexa, como é o próprio sintagma ‘desenvolvimento sustentável’. No plano sociolinguístico, nosso debate seria provavelmente sobre nossos ‘contrários’, os quais poderiam ser, por um lado, a expansão glotofágica das grandes línguas e, por outro lado, a manutenção e o desenvolvimento da diversidade linguística humana.

Certamente, as posições existentes tendem a polarizar-se sobre esses dois aspectos. Para uns, é necessário que as populações abandonem suas línguas de origem e adotem unicamente os grandes códigos estáveis ou mundiais de comunicação, a fim de que possam avançar em seu desenvolvimento econômico e cultural. Para outros, a luta é claramente a favor da preservação da diversidade linguística e da preservação das identidades coletivas distintas, tratando-se de um caminho para evitar a pobreza e o anonimato aos quais leva à desorganização do ecossistema tradicional de subsistência, e para conservar o saber popular que cada cultura produziu. À primeira vista podem parecer, pois, perspectivas irreconciliáveis e antagônicas, sem possibilidade de ser integradas e combinadas.

Haveria alguma forma aqui de trasladar os procedimentos e a conceptualização conciliadora da ‘sustentabilidade’, de combinar o conhecimento e o uso das línguas com um maior âmbito comunicativo ao mesmo tempo que a manutenção e a promoção das línguas grupais? Certamente, não é preciso dizer que os partidários da conservação, salvaguarda e desenvolvimento da

diversidade linguística nos podemos sentir identificados com os postulados mais gerais e abrangentes da filosofia da sustentabilidade. A partir da perspectiva da pluralidade humana, poderíamos postular com convencimento a necessária fraternidade que teria que existir entre os membros de uma única espécie culturalmente diversa, acabando assim com as relações de dominação e subordinação que ocorrem nas relações entre grupos linguísticos distintos.

Uma perspectiva ecológica e igualitária sobre a diversidade linguística teria, pois, que acabar com as ideologias expansionistas e dominadoras. Por fim à hierarquização valorativa que implica a crença na superioridade/inferioridade linguística é igualmente urgente e justa. Passar à outra fase histórica da humanidade, na qual a visão predominante seja a de reconhecer a dignidade igualitária de todas as línguas e dos grupos linguísticos é, claramente, um objetivo inadiável. Assim, parafraseando a Ramón Folch em uma entrevista sobre a sustentabilidade em geral, poderíamos afirmar que a ‘sustentabilidade linguística’ seria *um processo de transformação gradual do atual modelo de organização linguística da espécie humana, o qual teria o objetivo de evitar que a bilinguização ou poliglotização coletiva dos seres humanos tivesse que comportar necessariamente o abandono das línguas próprias dos distintos grupos culturais* (Folch, 1999). Basicamente, a ideologia contrária procederia da relutante tendência humana ao pensamento dicotômico: o preto e o branco, ou uma língua ou outra. Hoje, no entanto, a partir do paradigma da complexidade sabemos que há outras possibilidades. Sabemos que é melhor pensar em termos de ‘e’, e não de ‘ou’ (Bastardas, 2002a).

Assim, o desenvolvimento sustentável não nega o desenvolvimento nem a busca de uma melhora material das sociedades humanas, porém ao mesmo tempo quer a manutenção do equilíbrio ecossistêmico com a natureza, a ‘sustentabilidade linguística’ aceita a poliglotização e a intercomunicação entre os grupos e as pessoas, porém ao mesmo tempo reclama a possibilidade da continuidade e o pleno desenvolvimento dos grupos linguísticos humanos. Assim como na sustentabilidade geral pensamos e agimos com a finalidade de não destruir nosso próprio contexto biosférico e de conservar os recursos naturais dos quais dependemos, na sustentabilidade linguística queremos desenvolver-nos e intercomunicar-nos sem destruir os recursos linguísticos e culturais que nos constituem e nos identificam. Partindo de uma ética sustentabilista, a diversidade dos modos de comunicação dos distintos grupos da espécie é claramente um valor a proteger, e não somente como uma curiosidade ‘antropológica’, mas também pela intrínseca e irrenunciável dignidade das pessoas e sociedades humanas.

A sustentabilidade tem consciência de não romper o equilíbrio dinâmico dos distintos elementos que participam do ecossistema. Por exemplo, Jacobs afirma que “‘sustentável’ se aplica habitualmente à prática de não extrair recursos naturais em uma velocidade mais rápida e ávida que a que necessitam os recursos para renovar-se por eles mesmos” (Jacobs, 2000: 67). Ou Folch, que diz que é necessário “produzir somente o que seja razoavelmente necessário e com o menor

ECO-REBEL

número possível de externalizações deformadoras”. Isto é, o objetivo é sempre conservar o equilíbrio fundamental que faz possível a própria manutenção do ecossistema e de seus componentes. Se agora transpomos isso para a sustentabilidade linguística, claramente poderíamos estabelecer princípios como o de usar somente as línguas não próprias dos grupos para tudo aquilo que seja razoavelmente necessário e com o menor custo de funções (ou com a menor distorção de funções) para as línguas próprias. Assim, o *contato linguístico sustentável será aquele que não produza exposição o uso linguísticos em língua alóctona a uma velocidade e/ou pressão (em um grau) tão altos que torne impossível a continuidade estável das línguas autóctonas dos grupos humanos*. Podemos afirmar, então, que o *caráter sustentável de uma bilinguização maciça é dado pela comparação entre o grau de valoração e funções da língua não própria e o da língua própria do grupo. Se o primeiro é menor, o contato maciço e a bilinguização é sustentável. Se é maior, a bilinguização não é sustentável e a língua própria tenderá a degradar-se e poderá desaparecer em umas décadas*.

A sustentabilidade linguística, no entanto, não é um fato puramente linguístico, tal como já foi dito, já que as línguas dependem de seu ecossistema e este pode estar em contínua mudança e receber a introdução de novos fatores. Assim, pois, do mesmo modo que se realizam estudos sobre impacto do meio ambiente ou ecológico, nós também teríamos que poder chegar a estudar o impacto sociolinguístico de medidas econômicas, políticas, educativas, das migrações, das inovações tecnológicas etc. Nos é necessário chegar rapidamente a modelos claros e funcionais dos ecossistemas sociolinguísticos, conhecer as interações entre os distintos elementos, quantificá-las e, na medida do possível, chegar a predições sobre sua evolução e, conseqüentemente, poder propor as medidas adequadas da perspectiva de uma gestão sustentável do plurilinguismo.

Não é necessário esconder que poder chegar a este estado de sensibilidade prática dos poderes públicos a respeito da diversidade linguística implica ainda hoje uma tarefa constante e convencida no plano político e governamental. Em muitos casos, esses estudos nos levariam a ter que recomendar alterações importantes na distribuição do poder em muitos estados, até há pouco tempo sensíveis à sua diversidade cultural e nacional interna, a fim de poder dar aos distintos grupos linguísticos históricos um grau importante de controle sobre sua própria vida coletiva, do qual não dispõem agora. Por exemplo, a generalização do princípio de *apoio* político (que as decisões sejam tomadas sobre a máxima quantidade de matérias possível em instâncias político-administrativas próximas aos cidadãos) beneficiaria, sem dúvida, a possibilidade desse autogoverno linguístico. Aplicando isso a um *apoio linguístico*, poderíamos postular que *tudo aquilo que possa realizar uma língua local não deveria ser feito por uma língua mais global*, isto é, que, conseqüentemente, a língua de uso mais geral teria que ser a própria do grupo, a mais fraca, exceto para os casos de comunicação exterior, quando assim fosse necessário.

6. Conclusão

É necessário sermos realistas e partirmos do fato de que ainda há muito terreno para percorrer na criação de um desenvolvimento linguístico ecologicamente sustentável, ainda que devamos ser conscientes também de que nos movemos em uma época distinta e peculiar da aventura humana, que pode acrescentar dificuldades para o alcance total dos objetivos que os sustentabilistas se propoiam. A era atual se caracteriza, como temos visto, por um aumento exponencial de contato entre os grupos linguísticos e entre as pessoas e as línguas e, portanto, pelo final (ou, em todo caso, a redução considerável) do isolamento ecológico tradicional que favoreceu a manutenção das diferenças linguísticas no interior de uma mesma espécie (Bastardas, 2003). Ao mesmo tempo, a criação de novas identidades de origem estatal supraétnica, a seleção unicamente de poucas línguas com caráter oficial e público, e o papel crescente das grandes línguas de intercomunicação, são fatos que tendem a laborar não a favor da manutenção dos códigos tradicionais, mas também da extensão, amiúde frequentemente abusiva e sem freio, das línguas estatais e internacionais. Ademais, as populações humanas, buscando sua sobrevivência e sua melhora material, saem de seus territórios históricos e se deslocam em direção a outras áreas linguísticas, com a conseqüente desorganização potencial e, em todo caso, reorganização dos ecossistemas que até agora haviam assegurado a existência tanto dos grupos linguísticos que se movem como dos que os recebem.

Pelo contrário, e agora mais do que nunca, aumentam tanto a sensibilidade a respeito da ecologia da diversidade linguística quanto o pensamento a partir da complexidade. Altas instâncias internacionais e governamentais se comprometem, pois, em uma ética de proteção e de solidariedade a respeito dos grupos linguísticos politicamente subordinados e, principalmente, economicamente pouco desenvolvidos. As soluções de estruturação política complexa dos estados, com distribuição do poder em distintas instâncias territoriais, também proliferam e facilitam mais oportunidades de autocontrole político das populações linguisticamente diferenciadas. Embora ainda falte muito e, pelo caminho, haja línguas em alto perigo de extinção, o avanço em geral, é claro, ainda que demasiado lento e, às vezes, mal-entendido pelos grupos dominantes. O paradigma sustentabilista se oferece como horizonte e processo, no caminho de melhora da vida linguística dos humanos, através do desenvolvimento da equidade e a justiça interlinguísticas.

Para poder ter êxito nesta empreitada universal é necessário combater as causas, mais que administrar remédios paliativos. É necessário, claramente, superar a mentalidade das posições políticas conservadoras, as quais creem que a solução é basicamente subvencionar as línguas, para passar à que teriam que adotar as posições mais progressistas e igualitaristas, com base na distribuição adequada das funções das línguas, a fim de conseguir sua sustentabilidade. É preciso

ECO-REBEL

alcançar um compromisso duradouro entre os grupos linguísticos (e isso é responsabilidade especial dos grandes grupos, mais que dos médios ou menores) a fim de influenciar eficazmente as causas do abandono das línguas próprias, tendo às pessoas como centro e motivação da ação, e não uma visão puramente ‘antropológica’, de museu ou de ‘reserva’.

Se a distribuição territorial dos grupos o permite, o horizonte ideal é tender ao controle do espaço sociolinguístico próprio por parte de cada grupo linguístico, com a finalidade de poder ir intervindo nele em função da evolução geral do ecossistema sociocultural. É necessário ter presente que, na atual situação tecnoeconômica, o contato e a exposição (ainda que seja por via eletrônica) a outras línguas distintas irá crescendo e poucas populações ficarão à margem dessa realidade. Isso levará a que somente aquelas que possam adotar ações compensatórias e reequilibradoras em seu ecossistema poderão ir se reproduzindo sustentavelmente. Visto o grau e a intensidade das mudanças contemporâneas, existe o risco de que as populações em situação de alta subordinação não possam empreender ações compensatórias ou de recondução de sua evolução, e estejam condenadas, muito provavelmente, a um lento e gradual abandono do uso de seu código. Nosso grande desafio, portanto, será, partindo de uma concepção complexa e fluente da realidade, como em outras ciências e campos da vida, saber “encontrar exatamente quais condições precisas de desequilíbrio podem ser estáveis” (Capra, 1998: 104).

Para terminar, indico simplesmente cinco pontos, que já divulguei em outras partes, porém me parece que são cruciais para poder guiar nossas ações e intervenções em favor da sustentabilidade linguística mundial. É necessário, conseqüentemente:

1. Frear os usos que possam ser abusivos das grandes línguas estatais e de intercomunicação e expandir a ideologia da igualdade e a solidariedade linguísticas;
2. Dignificar a autoimagem dos grupos linguísticos não majoritários subordinados;
3. Permitir que esses grupos linguísticos possam controlar seu próprio espaço comunicativo, regulando autonomamente os usos linguísticos públicos;
4. Distribuir as funções comunicativas, dotando de funções exclusivas ou preferenciais e efetivas aos códigos dos grupos linguísticos em situação de subordinação atual; e,
5. Conscientizar os governos, as empresas e as sociedades em geral sobre a importância de conseguir a sustentabilidade linguística, incitando-os a incorporar de forma habitual os estudos necessários sobre o impacto sociolinguístico em seus processos de tomada de decisão.

Assim, nessa linha de trabalho e esforço pela mudança, das perspectivas complexas da ecologia e a sustentabilidade linguísticas, e com a clara consciência de pertencimento a uma mesma espécie, poderemos conseguir os objetivos que destaca Edgar Morin: “Nós podemos reencontrar

e cumprir a unidade do ser humano. [...] Temos que reencontrá-la, não em uma homogeneização que destruiria as culturas mas, ao contrário, através do pleno reconhecimento e o pleno desenvolvimento das diversidades culturais, os quais não teriam que impedir que em níveis mais amplos pudessem ocorrer processos de unificação e de rediversificação” (Morin, 1993: 70).

Referências

- BARRETO, A. Nationalism and linguistic security in contemporary Puerto Rico. *Canadian Review of Studies in Nationalism*, XXII, 1-2, 1995, p. 67-74.
- BASTARDAS BOADA, A. *Ecologia de les llengües*. Medi, contactes i dinàmica sociolingüística. Barcelona: Proa/Enciclopèdia Catalana, 1996.
- _____. Lingüística General y teorías de la complejidad ecológica: algunas ideas desde una transdisciplinariedad sugerente. *Lingüística para el siglo XXI*. Salamanca: Publ. Universidade de Salamanca, 1999, p. 287-294.
- _____. Política lingüística mundial a l'era de la globalització: diversitat i intercomunicació des de la perspectiva de la 'complexitat. *Noves SL. Revista de sociolingüística*. Disponível em: <http://www6.gencat.net/llengcat/noves/>, 2002a. (Há tradução ao castelhano: "Política mundial del lenguaje en la era de la globalización: diversidad e intercomunicación desde la perspectiva de la complejidad". *Dimensión antropológica* 28, 2003, p. 15-41.
- _____. The Ecological perspective: Benefits and risks for Sociolinguistics and Language Policy and Planning". In: Fill, Alwin; Penz, Hermine; Trampe, Wilhelm (orgs.). *Colourful Green Ideas*. Berna: Peter Lang, 2002b, p. 77-88.
- _____. Ecodinámica sociolingüística: comparaciones y analogías entre la diversidad lingüística y la diversidad biológica", *Revista de llengua i dret* 39, 2003a, p. 119-148.
- _____. Lingüística general: elementos para un paradigma integrador desde la perspectiva de complejidad. *Lingüística en la Red*, n. I. Disponível em: /www.linred.com, 2003b, p. 1-23.
- _____. Sociolinguistics: Towards a Complex Ecological View. In: Massip-Bonet, A.; Bastardas-Boada, A. (orgs.). *Complexity perspectives on language, communication and society*. Berlim: Springer, 2013, p. 15-34.
- _____; BOIX, E. (orgs.) *¿Un estado, una lengua? La organización política de la diversidad lingüística*. Barcelona: Octaedro, 1994.
- BATESON, G. *Steps to an ecology of mind*. New York: Ballantine Books, 1972.
- CAPRA, F. *The Turning Point*. New York: Simon and Schuster, 1982.
- _____. *La trama de la vida*. Barcelona: Anagrama, 1998.
- BOHM, D. *La totalidad y el orden implicado*. Barcelona: Kairós, 1987.
- COMELLAS CASANOVA, P. Ecologia lingüística. *Treballs de sociolingüística catalana* 21, 2011, p. 65-72.
- ELIAS, N. *La sociedad de los individuos*. Barcelona: Ed. Península, 1990.
- _____. *The symbol theory*. London: SAGE Publications, 1991.
- FILL, A.; MÜHLHÄUSLER, P. (orgs.). *The Ecolinguistics Reader: A Selection of Articles on Language, Ecology and Environment*. Londres/NovaYork: Continuum, 2001.
- FOLCH, R. Una conversa amb Ramon Folch” (entrevista a L. Reales) , *Idees. Revista de temes contemporanis* 2, 1999. Disponível em: <http://www.idees.net/idees>.
- HAUGEN, E. The ecology of language", Dil, Anwar S. (ed.). *The Ecology of Language*. Stanford: Stanford University Press, 1972, p. 325-339.
- JACOBS, J. *The nature of economies*. Toronto: Random House, 2000.
- JUNYENT, C. *Contra la planificació. Una proposta ecolingüística*. Empúries, Barcelona, 1998.
- MACKEY, W. F. Toward an Ecology of Language Contact. In: Mackey, W.F.; Ornstein, J. (orgs.). *Sociolinguistic Studies in Language Contact*. Haia: Mouton, 1979, p. 453-460.
- _____. The Ecology of Language Shift. In: Nelde, P. H. (org.). *Sprachkontakt und Sprachkonflikt*. Wiesbaden: Franz Steiner Verlag, 1980, p. 35-41.

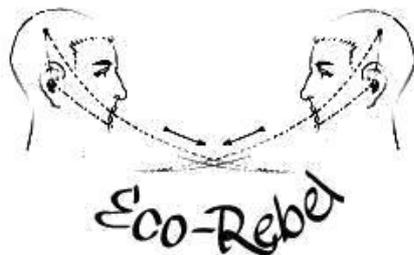
ECO-REBEL

- _____. La ecología de las sociedades plurilingües. In: Bastardas, A.; Boix, E. (orgs.). *¿Un estado, una lengua? La organización política de la diversidad lingüística*. Barcelona: Octaedro, 1994, p. 25-54.
- MORIN, E. *La Méthode. 4. Les idées. Leur habitat, leur vie, leurs moeurs, leur organisation*. Seuil, Paris, 1991.
- _____. *Introduction à la pensée complexe*. Paris: ESF, 1992.
- _____. *Terre-Patrie*. París: Seuil, 1993.
- MUFWENE, S. *The Ecology of Language Evolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- MÜHLHÄUSLER, P. *Linguistic Ecology: Language Change and Linguistic Imperialism in the Pacific Rim*. London: Routledge, 1996.
- TERBORG, R. La 'ecología de presiones' en el desplazamiento de las lenguas indígenas por el español. Presentación de un modelo, *Forum: Qualitative Social Research / Sozialforschung*, IV, 4, 2006. Disponible em: <http://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/167/374>
- WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. *Our common future*. Oxford/New York: Oxford University Press, 1987.

Recibido: 20/01/2014.

Aceito: 02/04/2015.

ECOLINGÜÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), v. 1, n. 2, 2015.



O TAO DA LINGUAGEM: SEMELHANÇAS ENTRE LINGÜÍSTICA, CONSTRUTIVISMO SOCIAL E MISTICISMO¹

Arran Stibbe (Universidade de Gloucestershire, Cheltenham, Reino Unido)

R e s u m o : O principal objetivo desta artigo é mostrar que a sociologia e a linguística apresentam ideias semelhantes às da filosofia oriental, que também serão discutidas neste trabalho. Além disso, procurar-se-á mostrar que tais similaridades também ocorrem em outras disciplinas, com destaque para a física moderna, conforme exposto em Capra (1999, 1982), bem como que a exploração dessas similaridades e uma possível síntese de tradições são mais úteis para a linguística, e demais ciências, do que a procura de pontos dessemelhantes.

P a l a v r a s - c h a v e : Língua; Semântica; Construtivismo Social; Taoísmo; Zen-Budismo.

A b s t r a c t : The main purpose of this article is to show that sociology and linguistics contain ideas that are similar do oriental philosophy – these will be discussed here too –. Further, I intend to show that these similarities are also present in other disciplines, especially modern physics as demonstrated in Capra (1999, 1982). An emphasis in these similarities combined with a synthesis of those traditions and other sciences are more useful than looking for dissimilarities among them.

K e y w o r d s : Language; Semantics; Social constructivism; Taoism; Zen-Buddhism.

Introdução

Em *The Tao of Physics (O tao da física)*, Fritjof Capra (1999) mostra como a recente teoria da física moderna contém reflexos do antigo misticismo oriental. A descoberta de semelhanças entre a física e o misticismo levou Capra (1999:6) a explorar e a contribuir para o desvelamento de uma nova visão de realidade que foi exposta no final do século XX e continua até agora no século XXI. Em *The Turning Point (O ponto de mutação)*, Capra (1982) descreve a revolução que ocorreu não apenas na física, mas também na psicologia, medicina, economia e ecologia, e propõe algumas semelhanças entre a direção que essas disciplinas estão tomando e o misticismo antigo.

¹ Traduzido do original inglês por Davi Borges de Albuquerque.

Embora mencionada raramente nas discussões de Capra, a descoberta de uma nova visão de realidade também ocorreu na linguística e sociologia, particularmente no encontro das duas disciplinas, a sociolinguística, a análise crítica do discurso e o construtivismo social. Estas subdisciplinas parecem estar tomando a mesma direção descrita por Capra para outras disciplinas, a saber: distanciando-se do reducionismo e se aproximando de uma visão mais integrada da realidade, compatível com visões do misticismo oriental. No entanto, linguistas e sociólogos raramente apontam as semelhanças entre seus próprios trabalhos e as ideias orientais, e quando o fazem há uma tendência a um descaso em relação ao misticismo.

A relutância de linguistas e sociólogos de se aventurarem no misticismo provavelmente se dá pelo fato de um dos objetivos das várias formas de misticismo oriental ser transcender o próprio objeto que esses cientistas estudam: ir além da linguagem e das construções sociais. Como exemplo, Gergen (1999: 236), em seu *Invitation to Social Construction*, menciona rapidamente semelhanças entre o Zen e as construções sociais, mas reflete a respeito ‘das limitações da tradição Zen’ por meio de uma afirmação um tanto desdenhosa, mesmo que elaborada diplomaticamente, que, segundo Gergen, ‘os Zen budistas falam de um estado de não mente... [que] permite ao indivíduo transcender significados culturais locais... Intelectualmente, construtivistas sociais podem questionar a possibilidade de alguém conseguir transcender significados culturais.’ Lakoff e Johnson (1999:19) são mais diretos ainda ‘Nós não somos capazes de “ir além” de nossas categorias, de ter apenas experiências puramente acategoriais e aconceituais, como sugerem algumas tradições meditativas.’

Porém, disciplinas acadêmicas ocidentais que estudam a linguagem e tradições orientais que tentam transcender a linguagem tem algo em comum; elas reconhecem a importância da língua na construção de nossa visão de mundo. Este artigo argumenta que o desenvolvimento da sociologia e da linguística tem ideias semelhantes com a filosofia oriental, assim como na física moderna e em outras disciplinas descritas por Capra (1999, 1982), e que a exploração dessas similaridades e uma possível síntese de tradições são mais úteis do que a procura de pontos dessemelhantes.

O modelo clássico de língua

O argumento principal de Capra (1999), em *O tao da física*, é que no passado os físicos acreditavam que fenômenos complexos poderiam ser explicados repartindo-os em suas

unidades constituintes menores e, assim, descrevendo como essas unidades menores interagem. Porém, no nível sub-atômico foi descoberto que ‘o sólido, objeto material da física clássica, está dissolvido em padrões de probabilidades semelhantes a ondas’ (Capra 1982: 69), resultando em uma visão do universo como um ‘todo harmonioso indivisível, uma rede dinâmica de relações’ (Capra 1982: 32). Capra argumenta que esta nova visão possui semelhanças com a concepção de universo do misticismo oriental.

As disciplinas das ciências sociais, e particularmente na linguística, seguiram inicialmente a física ao tentar forçar um modelo reducionista nos fenômenos sociais e linguísticos. A língua foi analisada como feita de pequenas unidades indivisíveis interagindo umas com as outras para formar unidades maiores: letras formam morfemas, que formam palavras que, por sua vez, formam sentenças e assim por diante até o nível das sentenças se combinarem para formar os significados. A linguística apresentou-se como promissora ao descrever a estrutura interna das línguas, já que as línguas são feitas claramente de unidades discretas, como as palavras. Porém, a dificuldade surge na área da semântica, que tenta explicar como os sistemas linguísticos podem ter significados. Desta maneira o estudo da semântica necessita que seja dado um passo para fora da língua, analisando as relações entre língua e o mundo real.

A disciplina da semântica formal, baseada no reducionismo da física, partiu do pressuposto de que da mesma maneira que a língua a realidade também é divisível em entidades, e que estas entidades correspondem a palavras na língua. Desta forma, a palavra ‘Jill’ corresponde a um indivíduo no mundo, e a palavra ‘gato’ corresponde a um conjunto de indivíduos (ver Cann 1993). Segundo esta teoria, as sentenças adquirem seus respectivos significados ao se referir a condições do mundo nas quais a sentença deve se adequar para ser verdadeira. Por exemplo, o significado da sentença ‘Jill é um gato’ é verdadeiro somente se o indivíduo ‘Jill’ for membro de um conjunto de entidades objetivas, e que existam externamente, chamado ‘gato.’

Naquela época, a linguística era considerada como o estudo da língua, e não da realidade em geral. Desta maneira, a questão de se realmente existiam conjuntos de objetos ‘lá fora’ foi deixada de lado, e os semanticistas concentraram-se somente em analisar como o significado das palavras se combinava para formar as condições de veracidade. De acordo com a abordagem da semântica formal, o significado da sentença ‘Jill é ou um gato ou um cachorro’ consiste nas condições sob as quais a sentença é verdadeira: a condição sob

a qual o indivíduo ‘Jill’ é membro da união dos dois conjuntos de traços ‘cachorros’ e ‘gatos’.

Este tipo de semântica obteve algum êxito ao descrever o funcionamento de sentenças simples, inventadas (não autênticas) e formadas com operadores como ‘e’, ‘ou’ ‘se’ e modificadores como ‘todos’. Porém, a semântica formal possuía as mesmas fundações da física clássica. Lakoff & Johnson (1999:101) resumem as premissas metafísicas da semântica formal da seguinte maneira:

O mundo é feito de diferentes objetos que possuem determinadas propriedades e se fixam em relações definidas a qualquer momento. Estas entidades formam categorias... que são definidas por condições suficientes e necessárias.

Deve-se notar que o modelo da semântica formal, em que a verdade é criada ao se mapear corretamente as expressões linguísticas para se encontrar objetivamente os equivalentes no mundo, segue o interesse de cientistas, tanto físicos quanto sociais. O modelo dá autoridade a afirmações elaboradas por cientistas ao fazê-los ver a verdade em um sentido absoluto por meio de correspondências com uma realidade predeterminada. Então, não é de se surpreender que este modelo permaneça por um longo tempo imbatível e, assim, a semântica formal é ensinada em alguns cursos de introdução à linguística até os dias de hoje.

Porém, houve desafios ao modelo clássico de língua de várias fontes distintas nos últimos trinta anos. Assim, surgiram desafios para o modelo clássico da física, que foram superados por meio do conhecimento do misticismo oriental, da mesma maneira ocorreu para o modelo clássico de língua.

Desafios para o modelo ocidental clássico de língua ***Primeiro desafio: a teoria do protótipo***

O modelo clássico é baseado em objetos em um mundo ordenada e objetivamente organizado em conjuntos nos quais qualquer pessoa racional pode reconhecê-los como tais. Rosch (1973, 1975) e seus colegas afirmaram que o mundo não vem dividido de maneira organizada em conjuntos de objetos, pois até mesmo algo simples como o conjunto de traços denotados pela palavra ‘gato’ pode ou não incluir leões, tigres e brinquedos infantis, dependendo do propósito com que é usado. Ainda, é difícil

pensarmos em uma maneira objetiva de organizar rios e riachos, ou navios e barcos, ou restaurantes e bistrôs. Da mesma maneira, uma maçã pode parecer uma maçã, mas está envolvida em um ciclo de crescimento e decréscimo no qual não há uma linha divisória exata entre quando o item ‘maçã’ passa entrar em existência.

O problema básico é que cada objeto é único, mesmo se considerarmos que o mundo pode ser dividido em objetos. Seria fácil se escolhêssemos um conjunto de objetos ‘morro’ se todos fossem iguais. Mas cada monte é único, alguns são menores e podem ser confundidos com montes, outros são maiores e podem ser confundidos com montanhas, e também não há um no mundo real um objeto que corresponda especificamente à palavra ‘morro’.

Enquanto a linha divisória entre morros e montanhas é certamente vaga, pode ser argumentado que outras linhas divisórias são mais claras, como entre girafas e elefantes. Isto corresponde de maneira correta a que Berlin et. al. (1974) chamam de categorias de nível básico (*basic-level categories*) as quais humanos têm poucas dificuldades de organizá-las em conjuntos discretos, porém outros níveis de categorização, como os tipos de elefantes, são mais difíceis. No entanto, algumas áreas seguem melhor que outras o modelo da semântica formal, com objetos artificiais sendo enquadrados melhor nos modelos formais, já que eles são produzidos em massa para serem idênticos. Fica óbvio que não é uma coincidência que os exemplos usados pelos estudiosos da semântica formal tendem a ser das categorias de níveis básicos ou objetos artificiais.

Lakoff e Johnson (1999:101) apresentam evidências de fontes variadas, incluindo investigações de protótipos e categorias de nível básico, concluindo que:

Absolutamente nenhum avanço foi alcançado em relação à demonstração de que o mundo é da maneira que os metafísicos objetivos alegam que é, assim como ninguém tentou adaptar tal modelo teórico ao mundo.

Segundo desafio: a manipulação ontológica

Potter (1996:186) usa o termo ‘manipulação ontológica’ (*gerrymandering*) para descrever como os limites entre as categorias não é fixo, conforme o modelo da semântica formal, mas pode ser manipulado para se adequar aos interesses dos falantes. O exemplo que o autor oferece é o do câncer ‘curável’, no qual o significado de ‘curável’ depende do que o falante quer dizer, afirmando que a pesquisa sobre o câncer alcançou ou poucos

resultados ou resultados significativos. Stibbe (2001) oferece o exemplo da palavra ‘predador’. Um argumento comum contra os direitos dos animais é que ‘Os humanos são predadores naturais’, fazendo com que os humanos sejam incluídos na categoria de predadores. Porém, outro argumento contra os direitos dos animais atesta que ‘Animais em jaulas nas fazendas estão protegidos contra os predadores’, sendo que neste os humanos, como os fazendeiros, são convenientemente excluídos da categoria de predadores. Assim, a categoria de ‘predador’ é manipulada para incluir ou excluir humanos, dependendo do argumento que o falante está elaborando.

Terceiro desafio: apagamento

Um cachorro de verdade possui especificamente uma forma, um tamanho, uma cor, uma personalidade, um conjunto de comportamentos e uma certa atitude em relação à vida. Nenhuma dessas características individuais são expressas na expressão linguística ‘cachorro’. Ao saber que o novo animal de estimação de um amigo é um ‘cachorro’, esta informação nova somente me remete à entidade em questão, que é membro de um conjunto chamado ‘cachorro’, segundo a semântica formal. Porém, isto deixa escapar a maioria das informações a respeito do indivíduo em questão. Se entidades são tratadas como nomes ao invés de contempladas como um todo, assim elas serão ‘apagadas’, de acordo com a filosofia pós-moderna:

Ao nomear alguma coisa, nós a separamos dos demais objetos, dispensamos a imagem e nossa experiência sensorial, já que temos uma tendência de pensar em significados de nomes... Assim, nomear um objeto é simultaneamente apagá-lo (Olson 2000: 32).

Segundo filósofos pós-modernos, como Derrida, a riqueza do mundo real é apenas um esboço quando traduzida em palavras, e palavras nunca serão a representação exata da realidade. O modelo de realidade da semântica formal, que assume que a realidade é um espelho do limitado sistema linguístico, perde muitas das riquezas do mundo real.

Quarto desafio: representação

Os problemas com as representações não estão nos nomes, mas em todos os níveis linguísticos (Fowler 1991, Potter 1996). Se eventos ou objetos do mundo são observados

e registrados na língua, há muito mais informação do mundo real do que pode ser apreendido em uma descrição linguística. Assim, uma descrição terá que selecionar alguns aspectos e ignorar outros. Ainda, há também várias maneiras diferentes de que o evento ou objeto possam ser representados, acarretando que diferentes escolhas sejam feitas. Tomem como exemplo uma situação em que o governo de um país decide entrar em guerra com a aprovação de 51% da população, enquanto 49% se opõem a tal atitude. Esta situação pode ser noticiada das seguintes maneiras: ‘o governo foi à guerra com o apoio da maior parte da população’ ou ‘o governo foi à guerra mesmo com quase metade da população se opondo’.

Estas escolhas não se baseiam apenas em quais aspectos destacar e ignorar, mas também em nomear os participantes e os objetos, quais construções gramaticais usar e quais assuntos serão apresentados à luz como informação. Isto é uma escolha de como representar a realidade que podem ser influenciada por interesses e ideologias, consciente ou inconscientemente. Bordieu (1991:21) escreve que:

A possibilidade de que meus interesses influenciam minhas descrições do mundo pode parecer trivial. Porém, se você prestar atenção nas implicações, elas possuem consequências devastadoras à medida que meus interesses determinam como eu descrevo o mundo e, assim, minhas descrições perdem a capacidade de serem descrições objetivas.

Para os modelos de semântica formal, duas sentenças são idênticas em relação ao significado se elas tiverem as mesmas condições de verdade. Desta maneira, as sentenças ‘O réu se aproximou do bar’ e ‘O acusado de assassinato se aproximou do bar’ teriam o mesmo significado, já que ‘réu’ e ‘acusado de assassinato’ se referem à mesma pessoa. É óbvio que há muitas maneiras de se referir a pessoas ou descrever a realidade com as mesmas condições de verdade, mas com diferentes significados, lembrando que a ideologia pode influenciar tal escolha. Isso acaba por questionar ideia de uma realidade com valor neutro de condições e conjuntos de verdade, como é pressuposto pelo modelo clássico.

Quinto desafio: construção social

Conforme foi apontado anteriormente, estudiosos da semântica formal tendem a se limitar a exemplos nos quais as palavras correspondem a objetos físicos, ao menos se aproximam a tais objetos. Porém, há muitas palavras que não possuem um referente físico, como exemplo: uma ideia, um casamento, um divórcio, uma intenção, generosidade, justiça, paz, e assim por diante.

De acordo com Hacking (1999:7), uma ideia central para o construtivismo social é a de que muitas coisas que parecem ser sólidas, inevitáveis e naturais são ‘levadas à existência ou moldadas por aspectos sociais, como: eventos, forças e história, sendo que todas elas poderiam ter sido diferentes.’ Conceitos como ‘personalidade’, ‘democracia’, ‘liberdade’ ou ‘justiça’ são reificados e tratados como se fossem objetos reais, no lugar das construções sociais que são.

Gergen (1999:13) em seu *Invitation to social construction* (Convite à construção social) toma emprestada a frase de Nietzsche: “uma ilusão... uma ilusão após ser muito usada parece ser firme, canônica e obrigatória para a pessoa, e, assim, uma ilusão que a pessoa esqueceu que é uma ilusão”. As construções sociais se tornaram ilusões quando as pessoas esqueceram que elas são construídas socialmente e começaram a tratá-las como se fossem parte imutável e pré-determinada da realidade. Na semântica formal, pessoas começaram a tratar certas palavras como se elas fossem reflexos de entidades objetivas pré-determinadas ou conjuntos de traços externos, ao invés de tratá-las como construções sociais feitas pela própria língua.

Semelhanças com o misticismo oriental

O modelo clássico de realidade, que consiste em entidades e categorias objetivas as quais se encaixam perfeitamente nos itens linguísticos, é geralmente encarado como um fruto acadêmico baseado nas ideias filosóficas ocidentais de Descartes e Aristóteles. Porém, pode ser argumentado que os acadêmicos estão apenas capturando e formalizando uma maneira comum de pensar a respeito da língua e do mundo. Afinal, as palavras ‘verdadeiro’, ‘falso’, ‘e’, ‘não’, ‘se’ e assim por diante não foram inventadas por lógicos ou semanticistas formais, mas evoluíram naturalmente como parte de todas as línguas.

A língua é dividida em unidades discretas (palavras, frases, sentenças etc.) e a premissa de que as palavras correspondem objetivamente a conjuntos de objetos existentes na realidade é uma parte natural de como a língua é usada na comunicação. Escritores e

falantes falam como se suas representações de mundo fossem neutras, percepções exatas da realidade, usando algumas técnicas para convencer o público da factualidade de suas asserções (Potter 1996). Eles fazem isso de maneira inconsciente e automatizada por causa das asserções generalizadas sobre a correspondência entre língua e mundo. Assim, parece que não apenas os semanticistas formais elaboram asserções simplistas acerca da relação entre língua e mundo, mas todos, incluindo as populações do antigo oriente.

Acadêmicos pós-modernos no ocidente estão desafiando o modelo clássico de língua e avisando sobre os perigos de considerar a realidade como se correspondesse exatamente com simples estruturas e construções sociais da linguagem. Porém, ao adotar tal postura, os acadêmicos estão em consonância com os místicos orientais, que já estavam avisando as pessoas sobre essas mesmas coisas durante milhares de anos.

Semelhança 1: A tábula rasa

Tao pode ser traduzido como ‘o caminho’, e outro aspecto do Tao que pode ser pensado é ‘a maneira como as coisas são’, ou seja, a realidade antes de ter sido apreendida e nomeada pela cognição e linguagem humanas.

A tábula rasa (‘un-carved block’) é uma das várias metáforas usadas no *Tao Te Ching*, a publicação central do taoísmo (Lao Tzu, 1997). O *Tao Te Ching* mostra uma consciência aguçada do perigo de se dividir esta tábula em objetos e nomeá-los:

A tábula rasa (bloco intocado), apesar de parecer pequena

É maior que qualquer coisa sob o céu...

Assim que o bloco é talhado, haverá nomes,

E assim que houver nomes

Saiba que é hora de parar

Apenas ao saber a hora de parar é que o perigo pode ser evitado.

A descrição taoísta da realidade leva em consideração que a realidade é muito mais rica que os sistemas linguísticos que a descrevem. Enquanto teorias formais ocidentais tratam como não importantes os aspectos da realidade que estão fora das condições de verdade, o taoísmo enfatiza particularmente a importância desses aspectos. O tao não pode ser expressado linguisticamente, como Chuang Tzu (2001:36) aponta claramente:

ECO-REBEL

Se a língua fosse adequada, levar-se-ia não menos que um dia inteiro para se expressar o tao. Não sendo adequada, levaria esse mesmo tempo para explicar a existência material. Tao é algo além de existências materiais. Não pode ser abarcado nem por palavras nem pelo silêncio.

O reconhecimento de que a linguagem pode ser somente uma imitação pálida da realidade é central para o taoísmo, o budismo Ch'an chinês (que é uma mistura de taoísmo e budismo) e o zen japonês (que é derivado do Ch'an). Um ditado zen citado frequentemente é: 'No instante em que você fala, você erra o alvo.' Um sentimento similar é expresso pelo cientista social Gergen (1999:62) 'O que quer que seja, simplesmente é. Porém, no momento em que nós começamos a articular o que há... nós entramos no mundo do discurso e, assim... em um conjunto de premissas valorativas.'

Semelhança 2: tempo e mudança

O modelo clássico de mundo consiste em objetos e nas relações entre eles, mas um problema com este modelo é que não é mencionado nada a respeito do tempo, e nele também não pode ser inserido nada sobre mudanças graduais. Por exemplo: há um conjunto de 'bebês', 'crianças' e 'adultos', mas no modelo clássico bebês teriam que simplesmente pular de um conjunto para outro à medida que forem crescendo.

Isso não é apenas um problema com um modelo acadêmico ocidental, mas também um problema com a linguagem e o pensamento humano em geral. Nada na palavra 'maçã', por exemplo, sugere que o objeto em questão é maçã somente um curto período de tempo, antes de sofrer mudança. Ao colocar as coisas em palavras parece que se dá a elas um tipo de solidez que elas não têm na realidade: a palavra 'bicicleta' nunca enferrujará, mas a bicicleta real, sim.

O misticismo oriental reconhece a tendência humana de pensar em objetos como se fossem sólidos e permanentes, como as palavras que os descrevem, e coloca grande ênfase ao contradizer tal concepção por meio da percepção das mudanças (Huang 1988). Leih-tzu chama atenção de que:

O céu e a terra estão sempre mudando. Porém, por essas mudanças serem tão lentas, pensamos erroneamente que elas não ocorrem. (Wong 1995:42).

De acordo com o budismo, a inabilidade de perceber a natureza de mudança constante do mundo é uma das causas principais do sofrimento (Hagen 1977:21). E conforme aponta Capra (1982:17) ‘A principal característica do tao é a natureza cíclica de seu movimento infinito; todos os desenvolvimentos na natureza, tanto no mundo físico, como no reino psicológico e social, apresentam padrões cíclicos.’

Semelhança 3: a palavra é um filtrado

O Vimalakirita-sutra afirma o seguinte a respeito da linguagem:

As palavras por elas mesmas são menos que o pensamento, o pensamento menos que a experiência. A palavra é um filtrado, um resíduo destituído de seus melhores componentes (de McPhail 1996:2).

Esta passagem fornece uma comparação clara com o conceito pós-moderno de apagamento. Como D. T. Suzuki (1959:5) aponta: ‘Zen insiste em manejar a coisa nela mesma e não uma abstração vazia.’ Hakuin (1996:2), um mestre zen, escreve o seguinte a respeito dos nomes:

Nós vemos montanhas, rios, homens e mulheres, e outras coisas, e pensamos que isto nos dá um certo tipo de liberdade, enquanto na verdade isso é a causa de nossa não liberdade.

Para Hakuin, a realidade não diferenciada é ‘um espaço intangivelmente ilimitado, aberto, vazio, em repouso’, ao passo que ‘A terra, seus vales e rios, são apenas nomes, nada mais’ (Hakuin 1996:42). Como Olson (1982:27) aponta: ‘Da perspectiva de Ch’an, palavras e nomes são incapazes de expressar a verdade última.’ A verdade última (em oposição à verdade relativa) se encontra nas coisas, não em expressões linguísticas que são usadas para descrevê-las. Essa verdade última é bem diferente do par ‘verdadeiro/falso’ da semântica formal, o qual só pode ser empregado a sentenças.

Semelhança 4: não autonatureza

Assim como os construtivistas sociais, os místicos são conscientes da ilusão criada pela linguagem e possuem a ‘mente aguçada para evitar os abismos do sistema de palavras

ECO-REBEL

que constrói sua própria estrutura de conhecimento e inventa sua própria verdade.’

(Grigg 1994). D T Suzuki (1959:5) escreve que:

O zen não é necessariamente contra as palavras, mas está cômico do fato de que elas são suscetíveis de se separarem da realidade para transformarem-se em concepções, e é contra estas concepções que o zen se opõe.

Isso pode ser mostrado por meio do uso, por exemplo, da palavra ‘personalidade’. Burr (1995:21), um construtivista social, argumenta que ‘Não há evidência objetiva a qual você possa apelar que demonstraria a existência de sua personalidade.’ Ele continua dizendo que:

Sentimos que realmente temos personalidade, sentimos às vezes que estamos escondendo nosso verdadeiro eu, e o construtivismo social parece que está dizendo que a pessoa que você imagina ser não existe de modo algum, é apenas uma ilusão... É possível dizer que não temos um verdadeiro eu (Burr 1995, An introduction to social constructionism).

Isso é notavelmente semelhante às ideias zen. Compare a citação acima com a de Harada, um mestre zen japonês:

Nós temos o hábito de perceber ‘esta coisa’ como ‘eu’. A razão para isso é que desde o nascimento nós somos ensinados que as coisas existem. Geralmente, não conseguimos aceitar que as coisas não existem, mas na realidade elas não existem. No budismo, expressamos isso como ‘não autonatureza’ (Harada 1993, The essence of Zen).

Esse comentário está conectado com o tema recorrente da vacuidade, que aparece por todo o budismo e taoísmo: ‘O Bodhisattva Avalokita... lança luz sobre os cinco skandhas e os encontra igualmente vazios.’ (extraído de *the Heart Sutra*, Hanh 1988). Hanh faz a seguinte pergunta: ‘Sr. Avalokita, vazio do quê?’ e, então, ele responde: ‘Vazio de um eu separado.’

Conclusão

Este artigo descreveu desafios a posicionamentos ingênuos a respeito da natureza da realidade e da linguagem, tanto dos teóricos ocidentais contemporâneos como místicos orientais antigos. A razão pela qual construtivistas sociais querem nos lembrar de que os conceitos usados por nós na vida cotidiana são construídos socialmente e são frequentemente políticos, ao invés de serem inevitáveis. Grupos poderosos têm mais acesso a *media* do que grupos fracos e, assim, têm uma habilidade maior para moldar socialmente a construção da realidade.

Construtivistas sociais geralmente são de esquerda, e tendem a pensar que questionar uma construção específica da vida social, que não é natural ou inevitável, mas está de acordo com os interesses de grupos poderosos, é uma maneira de desafiar as relações desiguais de poder. Os posicionamentos dos construtivistas sociais frequentemente são usados em pesquisas que buscam a emancipação, contra-argumentando o sexismo, o machismo, a homofobia etc. O zen também se preocupa com a emancipação, mas de um ângulo diferente:

Zen é a disciplina da iluminação. Iluminação significa emancipação. E emancipação não é nada mais do que liberdade (D. T. Suzuki, 1970, p.5). Satori é emancipação... quando eu estou em minha interioridade, livre cuidadosamente de todos os sedimentos intelectuais, eu tenho minha liberdade, em seu sentido primeiro (ibidem, p. 17).

A emancipação das forças enganadoras dos resquícios intelectuais, à primeira vista, parece muito diferente da emancipação de ideologias racistas e sexistas. Mas o encontro das duas formas de emancipação pode ser encontrado nos trabalhos de análise crítica do discurso, como em Fairclough (1989, 1992) e van Dijk (1993, 1997).

Van Dijk (1997:19) descreve como os ‘poderes discursivos e hegemônicos’ operam por meio da língua para fazer ‘as pessoas agirem como se fosse natural, normal ou simplesmente como se fosse um consenso’. Asserções ideológicas, como por exemplo: ‘o homem é superior à mulher’, são inseridas em vários textos para tornarem-nas senso comum. Fairclough (1989:85) escreve o seguinte:

ECO-REBEL

A ideologia é mais efetiva quando a forma como age é menos visível. Se uma pessoa ficar consciente de que um aspecto em particular do senso comum está sustentando desigualdades de poder às suas próprias custas, deixará de ser senso comum e pode até acabar a capacidade de manutenção das desigualdades de poder.

Assim, o primeiro passo na emancipação social é a percepção de que a língua não fornece um modelo acurado de uma realidade pré-existente. Desta maneira, a emancipação social começa com a emancipação pessoal, segundo as linhas budistas. Conforme Gergen aponta ‘informados por uma sensibilidade construtivista, somos convidados a sair das realidades que nós mesmos criamos’ (Gergen 1999:62). O próximo passo é ‘redescrever’:

[nós devemos] apreciar o poder de redescrever, o poder da língua de fazer coisas novas e diferentes que sejam possíveis e importantes. Uma apreciação que se torna possível somente quando alguém objetiva expandir o repertório de descrições alternativas, no lugar da ‘única descrição correta’ (Rorty apud Gergen 1999:62).

Na Análise Crítica do Discurso a ‘resistência’ é feita por meio do processo de análise e posteriormente pelo incentivo ao rompimento com as convenções linguísticas opressoras (Wodak e Meyer 2002).

O zen também está envolvido com a quebra de convenções linguísticas: *koan* como em ‘Qual é seu rosto original antes de seu nascimento?’ ou ‘Qual é o som de apenas uma mão batendo palma?’ são meios para se abrir a mente (D. T. Suzuki 1964:102). Da mesma maneira, D. T. Suzuki relata a história de Joshu, que respondeu à pergunta ‘Qual é o princípio último do budismo?’ com a afirmação ‘O cipreste no quintal’. Assim, ambos o zen e a Análise Crítica do Discurso rompem com convenções linguísticas, porém de formas diferentes. O que eles têm em comum é o fato de se oporem a premissas ingênuas que defendem que a língua reflete exatamente a realidade, sendo que esse tipo de premissa leva à ilusão e à exploração.

D T Suzuki (1959) descreve diversos métodos de treinamento prático que o zen usa para contradizer a ilusão de que a realidade é igual à língua. Na cerimônia do chá, o apagamento dos nomes é contrabalanceado pela admiração da singularidade e da beleza singela dos utensílios do chá e das xícaras. Nos haikai, o poeta se limita aos detalhes de sua experiência no presente, como o som dos insetos, ao invés de abstrações como

‘esperança’. A natureza inconstante e cíclica do universo é reconhecida por meio da apreciação das estações, com o desabrochar das flores sendo apreciado por causa da certeza de sua decadência imanente.

A técnica mais importante que o zen e o taoísmo usam para trazer à luz as limitações da língua e seus conceitos é a meditação, ou Zazen, que pode ser pensado como um estado de relaxamento mental para acalmar vocalizações e pensamentos abstratos, permitindo a conscientização de se concentrar na experiência do momento presente. Questionamentos de que se isso é na verdade um ‘significado cultural transcendental’ (Gergen 1999:236) ou ‘ir além de nossas categorias’ (Lakoff e Johnson 1999:19), ou ainda se o processo de meditação é construído inteiramente pela língua e pela cultura (Wright 1992) podem ser feitos somente antes ou após a meditação, e não durante ela, já que não há vocalização durante uma verdadeira meditação.

Durante uma sessão de meditação parece que há uma redução do poder ilusório da língua e das abstrações, mas o objetivo do zen não é evitar a língua. Sessões de meditação, como a cerimônia do chá, têm um início e um fim bem definidos e ocorrem em apenas uma fração do dia. O resto do tempo é gasto nas interações no mundo linguístico. Porém, o que a prática do zen pode fazer é cultivar uma consciência das limitações da língua, que podem surgir no mundo linguístico. De acordo com o que Wright (1992) aponta: ‘a sensibilização do silêncio no zen caminha de mãos dadas com a sensibilização da língua’. O zen reflete-se em alguns aspectos da cultura japonesa, por exemplo, na forma em que proposições não são expostas como se fossem a verdade final e única, mas de maneira tentativa, como uma perspectiva dentre muitas outras. ‘Um homem justo... tem sua própria opinião, mas ele não desconsidera obstinadamente a opinião alheia’ (Chuang Tzu 2001:54). Opor-se diretamente às proposições dos outros as declarando falsas é considerado não apenas falta de educação, mas também imaturidade, pois é infantil, de acordo com a cultura japonesa, considerar uma proposição de maneira simplista como verdadeira ou falsa. Assim, Chuang Tsu (ibid: 25) escreve:

Na certeza de que você e eu discutiremos, caso você me vença, e não eu vença você, você estará necessariamente certo e eu errado? Ou caso eu vença você e não você a mim, eu estarei necessariamente certo e você errado?... Você e eu não teremos como saber isso... Quem devo colocar como um árbitro superior? Caso eu empregue alguém que assuma seu ponto de vista, ele estará do seu lado...

Enquanto o cientista ideal no ocidente é confiante e determinado, seguindo as linhas do modelo clássico, o sábio ideal no taoísmo é ‘controlado... como aquele que atravessa o córrego... permissivo como o gelo quando começa a derreter, liso como um bloco intocado de madeira, mas receptivo...’ (Lao-Tsu 1997).

A Análise Crítica do Discurso e o construtivismo social parecem dar um passo a mais que o taoísmo e o zen no sentido de que ao descobrir que a língua cria ilusões, a ilusão é, então, analisada cuidadosamente e são criadas alternativas. Estas alternativas são também ilusões, mas a habilidade de selecionar uma ilusão dentre várias, ou criar uma nova caso seja necessário é uma forma de emancipação, oferecendo libertação da obrigatoriedade de seguir a única e verdadeira versão, uma versão que atua de acordo com os interesses daqueles que têm o poder e a proclamam.

Ao invés de discutir as diferenças entre a Análise Crítica do Discurso e o construtivismo social e entre o tao e o zen, este artigo conclui com a discussão do que cada uma dessas teorias tem a oferecer àqueles que estão familiarizados com somente um lado, ou seja, para alguém que esteja familiarizado com a filosofia oriental, a Análise Crítica do Discurso e o construtivismo social oferecem explicações específicas e razões para se desconfiar da linguagem usada nas tradições orientais. Oferece também formas de analisar áreas específicas da vida social em detalhes com o objetivo de fornecer alternativas e reconstruir certas áreas problemáticas.

Para alguém familiarizado com a Análise Crítica do Discurso e o construtivismo social, a filosofia oriental oferece treinos práticos que podem levar diretamente a revelações sobre as relações entre língua e realidade. A ilusão de que a realidade é mapeada cuidadosamente em nosso sistema linguístico está altamente arraigada em nós, assim qualquer descrição a respeito da ilusão das palavras é parte da mesma ilusão. Geralmente, alguns dizem que ‘o mapa não é o território’, mas podemos argumentar da mesma maneira que ‘o mapa é o território’, pois ‘mapa’ e ‘território’ ambos são rótulos apenas. Para se realmente entender ‘território’ requer estar no próprio território e o misticismo oriental oferece treinos práticos para a conscientização de aspectos da realidade que vão além dos sistemas linguísticos.

Referências

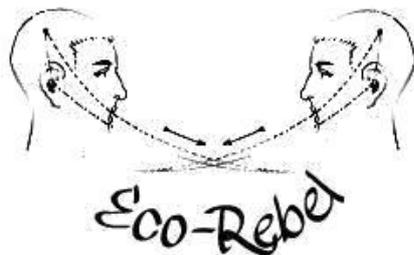
- BARTHES, R. (1972) *Mythologies (translated, original 1957)*. London: Vintage
- Berlin, Brent and D Breedlove and P Raven (1974) *Principles of Tzeltal Plant Classification*. New York: Academic Press
- BOURDIEU, P. (1991) *Language and Symbolic Power (translated, original 1982)*. Mass.: Harvard University Press
- BURR, V. (1995) *An Introduction to Social Constructionism*. London: Routledge
- CANN, R. (1993) *Formal Semantics: An introduction*. Cambridge University Press
- CAPRA, F. (1982) *The Turning Point: Science, society and the rising culture*. London: Harper Collins
- CAPRA, F. (1999) *The Tao of Physics: An exploration of the parallels between modern physics and Eastern mysticism (4th edition, 1st edition published 1975)*. Boston: Shambala
- CHUANG, T. (2001) *Teachings and sayings of Chuang Tzu (translation, original around 300BCE)* New York: Dover
- FAIRCLOUGH, N. (1989) *Language and Power*. London: Longman
- FAIRCLOUGH, N. (1992) *Discourse and Social Change*. Cambridge: Polity Press
- FOWLER, R. (1991) *Language in the News: Discourse and Ideology in the Press*. London: Routledge
- GERGEN, K. (1999) *An Invitation to Social Construction*. London: Sage
- GRIGG, R. (1994) *The Tao of Zen*. Boston: Alva Press
- HACKING, I. (1999) *The Social Construction of What?* Mass.: Harvard University Press
- HAGEN, S. (1997) *Buddhism Plain and Simple*. New York: Broadway Books
- HAKUIN, Z. (1996) *Zen Words for the Heart: Hakuin's commentary on the Heart Sutra (translated by Norman Waddell, original 1744)*. London: Shambala
- HANH, T. N. (1988) *The Heart of Understanding: commentaries on the Prajñāparamita Heart Sutra*. Berkeley: Parallax
- HARADA, S. (1993) *The essence of Zen: Dharma talks given in Europe and America*. Tokyo: Kodansha
- HUANG, A. (1998) *The complete I Ching*. Rochester: Inner Traditions
- LAKOFF, G. ; JOHNSON, M. (1999) *Philosophy in the Flesh: The Embodied Mind and its Challenge to Western Thought*. New York: Basic Books
- LAO, T. (1997) *Tao Te Ching (translated, original around 400 BCE)*. Herts: Wordsworth
- MCPHAIL, M. (1996) *Zen in the art of Rhetoric: an inquiry into coherence*. New York: State University of New York Press
- OLSON, C. (2000) *Zen and the Art of Postmodern Philosophy*. New York: State University of New York Press
- POTTER, J. (1996) *Representing Reality: Discourse, Rhetoric and Social Construction*. London: Sage.
- ROSCH, E. (1973), 'On the internal structure of perceptual and semantic categories' In: MOORE, T. ed., *Cognitive development and the acquisition of language*. London: Academic Press, 111-144
- ROSCH, E. (1975) 'Cognitive representations of semantic categories'. *Journal of experimental psychology*, general 104, 193-233
- STIBBE (2001) 'Semantic classification and ideology' *Journal of Chikushi Jogakuen University*. 13:125-146
- SUZUKI, D. T. (1964) *An Introduction to Zen Buddhism*. New York: Grove Press
- SUZUKI, D. T. (1970) *Zen and Japanese Culture*. NJ: Princeton University Press
- VAN DIJK, T. (1993) 'Principles of Critical Discourse Analysis' *Discourse and Society*, 4(2): 249-283
- VAN DIJK, T. (1997) 'Discourse as Interaction in Society' In: VAN DIJK, T.(ed.) *Discourse as Social Interaction*. pp1-37. London: Sage
- WODAK, R.; MEYER, M. (2001) *Methods of Critical Discourse Analysis*. London: Sage

ECO-REBEL

- WONG, E. (1995) *Lieh-tzu: A Taoist guide to practical living* (translation, original 400 BCE).
London: Shambala
- WRIGHT, D. (1992) 'Rethinking Transcendence: The role of language in Zen experience'
Philosophy East and West, 42:1:pp113-139.

Texto convidado.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), v. 1, n. 2, 2015.



**SOBRE A NECESSIDADE DE SUBMETER O DISCURSO AMBIENTAL
CONTEMPORÂNEO À INVESTIGAÇÃO REFLEXIVA¹**

Richard Alexander (Universidade de Viena, Áustria)

R e s u m o : Esse artigo examina os discursos relacionados a questões ambientais colocados em circulação pela corporação transnacional BP a partir da abordagem da Análise de Discurso Crítica combinada com as técnicas da linguística de *corpus*. O estudo avaliou uma série de comunicados de imprensa emitidos entre 21 de abril e 23 de junho de 2010 por causa do derramamento de óleo ocorrido no Golfo do México naquele período. Vários aspectos linguísticos, como eufemismos e metáforas, foram mapeados, bem como as escolhas terminológicas e lexicais que contribuíram para tirar a atenção dos interlocutores dos verdadeiros problemas causados pela crise ecológica.

P a l a v r a s - c h a v e : Discurso corporativo; Questões ambientais; Análise de Discurso Crítica; Linguística de corpus.

A b s t r a c t : This paper analyses discourses about environmental issues put into circulation by the transnational corporation BP from the combined approach of Critical Discourse Analysis corpus linguistics' techniques. The study evaluated a number of press releases issued by the company between April 21 and June 23, 2010 due to the oil spill occurred in the Gulf of Mexico at that time. Several linguistic aspects, as euphemisms and metaphors, have been mapped, besides terminological and lexical choices that contributed to draw the attention of the interlocutors from the real problems caused by the ecological crisis.

K e y w o r d s : Corporate discourse; Environmental issues; Critical Discourse Analysis; Corpus linguistics.

1. Introdução

A atual conjuntura histórica nos mostra que as pessoas de negócios, os políticos e os grupos da mídia nos bombardeiam com uma incessante enchente de 'notícias' e imagens. Como se espera que os cidadãos respondam de maneira prudente e democrática a algumas das mais urgentes exigências sociopolíticas que os encaram? Nosso foco neste artigo são as questões ambientais que chamam a nossa atenção por meio da mídia. O termo 'discurso ambiental' (incluindo discurso ecológico) é usado para se referir à ampla área dos

¹ Traduzido do inglês por Carla Janaína Figueiredo.

discursos (escrita, fala, a fala da mídia etc.) com a qual ele se envolve, e também para se referir ou explicitamente destacar questões diretamente voltadas para o impacto da língua nos relacionamentos que sustentam a vida, seja entre os humanos, outros organismos ou o meio ambiente físico. Isto se enquadra no estágio atual das crises entrelaçadas que parecem estar se infiltrando pelo sistema de globalização.

Inicialmente, nós temos a mudança climática / o colapso ambiental; depois, houve (ou ainda há) a quebra financeira e as tentativas de salvação do governo empurradas para reforçar e sustentar os ricos e poderosos (também conhecidos como banqueiros, em particular os banqueiros do banco Central, que desde os anos 90 têm se submetido a um controle não democrático); isto é acompanhado por uma recessão econômica que se amplia e por uma intranquilidade em determinados países que, provavelmente, os acompanham. Depois disso, é claro, nós temos as corporações transnacionais que estão, progressivamente, degradando os recursos naturais do mundo por lucros, cada vez mais, a curto prazo – *BP* e *Deepwater Horizon* como sendo as piores atualmente e o caso mais visível! A situação poderia ser caracterizada como plutocracias não eleitas em conivência com oligarquias eleitas, a despeito da democracia nominal e do direito ao voto. (Veja o texto do Citigroup sobre Plutonomia; a palavra ‘plutonomia’ refere-se ao crescimento econômico que é financiado e consumido pelos ricos. A palavra foi criada por Ajay Kapur, um estrategista global do Citigroup, em 2005).

As atividades que algumas destas companhias multinacionais gigantes realizam em muitas partes do mundo têm consequências sociais e políticas, bem como ambientais. Considere a BP. O artigo de Clare Hall (2010), intitulado ‘Petróleo Bruto’, mostra como a BP emprega paramilitares na Colômbia para limpar o distrito de Casanare visando a exploração de óleo; os trabalhadores que manifestaram contra o que eles viram como sendo tratamento social e trabalhista injusto foram demitidos e denunciados nos meios de comunicação. Nós poderíamos aumentar a lista deste tipo de conduta em países como a Colômbia, mas também em outro lugar. Veja Thomas (2008) sobre as maneiras semelhantes pelas quais a indústria da Coca-Cola também se opõe aos trabalhadores que se organizam em sindicatos para exigir direitos trabalhistas e também para protestar contra as consequências ambientais decorrentes do uso de água subterrânea em alguns estados da Índia.

2. Lavagem cerebral verde e o obscurecimento da mídia

ECO-REBEL

Como as pessoas percebem os reais desenvolvimentos do planeta, ou politicamente e existencialmente o seu desenvolvimento crucial, está sendo transformado pela mídia em algo quase além da crença. As reportagens sensacionalistas, efêmeras, obscuras e distorcidas sobre o que acontece no mundo resulta no que Chomsky tem referido como o problema de Orwell.

“O problema de Orwell é para explicar porque nós sabemos e entendemos tão pouco, apesar de a evidência disponibilizada a nós ser tão rica. Como muitos outros intelectuais do século XX, Orwell ficava impressionado com a habilidade dos sistemas totalitários em inculcar crenças que são fortemente arraigadas e amplamente aceitas, embora elas sejam completamente desprovidas de fundamentação e frequentemente simples em suas variações com fatos óbvios sobre o mundo ao nosso redor. O problema é ainda mais amplo, e a história do dogma religioso é suficiente para mostrar. Para resolver o problema de Orwell, nós precisamos descobrir os fatores institucionais e outros que bloqueiam a percepção e a compreensão em áreas cruciais de nossa vida e perguntar por que eles são eficientes. [...] Eu acho, e tem sido amplamente demonstrado, que nas sociedades democráticas onde a violência é raramente utilizada para assegurar a obediência, o problema de Orwell se instaura apesar de tudo” (Chomsky, 1986, p. xxvii).

Quando nós olhamos para os efeitos ambientais dos negócios, a lavagem verde da indústria vem à mente. O termo ‘lavagem verde’ (*greenwash*) está agora no *Dicionário Conciso de Inglês* da Oxford. O dicionário a denomina como sendo: “informação errada disseminada por uma organização de forma a apresentar uma imagem pública ambientalmente responsável”.

Aqui está um exemplo da BP. O *site* da internet contém uma página chamada “Administração ambiental” onde se afirma: “A BP se esforça para minimizar o impacto ambiental de suas atividades ao desenvolver sistemas de administração e padrões na utilização de tecnologia inovadora em suas operações”. Eles também dizem: “A BP adota uma abordagem sistemática e disciplinar em suas operações, utilizando-se de sistemas de administração e padrões para minimizar seu impacto ambiental”. Nesse sentido, é interessante observar como a ‘administração ambiental’ é ‘vendida’ para o público como uma atividade positiva e promissora. Então vem a afirmação surpreendente, de que o derramamento de Macondo apareceria como contradição: “Nós conduzimos, no mínimo anualmente, um processo formal para identificar e avaliar os riscos e as questões emergentes, incluindo questões sociais e ambientais. Nós intencionamos administrar o risco social e ambiental durante cada fase de nossas operações: por meio do lançamento de projetos, pela realização de operações dia após dia, e pelo esforço de trazer um projeto à sua conclusão”. Conforme Alexander (2009) mostrou, John Browne, o chefe executivo

da BP em 1997, deu um depoimento que é relevante, pois naquela mesma época, a BP havia declarado estar trabalhando em uma estratégia verde. Como nós sabíamos, a BP era uma grande corporação multinacional cujas operações não eram compatíveis com a limpeza do planeta. Contudo, Browne afirmou que a BP estava sendo proativa em questões ambientais. Eu analisei o seu discurso usando um corpus linguístico e a abordagem da análise do discurso crítica (ADC).

As agências do governo americano também se engajam em lavagem verde. Quase um ano antes da explosão do poço de óleo da *Deepwater* e o derramamento da MMS (*Minerals Management Service* / Serviço de Administração de Minerais – slogan: Pessoas promovendo energia, o meio ambiente, e a economia), em 4 de maio de 2009, houve a divulgação de notícias nas quais apareciam os seguintes parágrafos:

“A indústria de energia costeira continua a confrontar e a superar os desafios tecnológicos ao mesmo tempo em que a produção de energia se move para águas mais profundas no Golfo do México”, disse o diretor regional Herbst. “Como a direção para as águas profundas continua, nossa ênfase está concentrada no desenvolvimento de energia ambientalmente segura e responsável, a qual se mantém como parte central da missão na MMS””.

3. Estudo empírico dos comunicados de imprensa da BP sobre o derramamento de óleo no Golfo

Este artigo apresenta os resultados preliminares de uma análise empírica de uma seleção de discurso utilizado por uma companhia de óleo (BP) e que está relacionado a questões ambientais. O método adotado combina a abordagem da análise da ADC com técnicas que direcionam quantitativamente o corpus linguístico (Alexander, 2009).

O foco da investigação é um corpus de comunicados de imprensa da BP (Americana: ‘comunicados de imprensa’). De acordo com Scollon (2008, p. 3): “um comunicado de imprensa é um documento utilizado para comunicar ações organizacionais ou corporativas ao público”. Grandes corporações como a BP possuem uma variedade de públicos para quem eles precisam se apresentar. Talvez os discursos científicos, públicos, financeiros, legais serão transmitidos, dependendo de seus destinatários. Seus canais de comunicação interna irão certamente abranger uma gama vasta de discursos. Dessa forma, quando eles são desafiados pelo maior derramamento de óleo conhecido na história, um número considerável de discursos pode provavelmente ser encontrado nos comunicados da imprensa, com a qual eles têm de confrontar o mundo de forma geral:

engenharia, administração de projetos, pesquisa operacional, discursos de comercialização e leis etc., podem estar envolvidos.

3.1 Panorama do material selecionado e as primeiras impressões

O estudo avaliou uma série de comunicados de imprensa da BP ocorridos entre 21 de abril de 2010 e 23 de junho de 2010. O primeiro comunicado de imprensa (21 de abril de 2010) foi intitulado “BP confirma que a *Transocean Ltd* fez circular a seguinte afirmação hoje”. Os comunicados foram gravados a partir do *site* da BP. O último (23 de junho de 2010) foi intitulado “Atualização sobre o derramamento de óleo no Golfo do México”. *AntiConc*, um programa de análise de texto que se encontra nos computadores OSX da Apple, o sistema preferido deste autor, facilitou as investigações do corpus.² Havia 35.624 palavras (ocorrências) e 3.004 palavras diferentes (tipos); isto gerou uma proporção de tipos de representações (PTR) de 0.08432517. A natureza repetitiva do texto está refletida na proporção baixa.

Uma lista de frequência foi calculada. Os itens lexicais mais frequentes (ex. itens não gramaticais) foram ‘BP’ (651), ‘óleo’ (455 exemplos; o sétimo item mais frequente), ‘poço’ (287), ‘controle’ (218 exemplos) e ‘Golfo’ (177 exemplos).

Uma lista dos comunicados de imprensa nos dez primeiros dias ou mais revela como a BP faz questão de demonstrar para o mundo que a assiste que eles estão adotando ações decisivas para lidar com o ‘desastre’ (embora em nenhum lugar seja revelado, referido ou comentado sobre a seriedade da situação, a imensa poluição e o dano ambiental) (Veja Apêndice 1 para a lista). As palavras ‘desastre’ (1) (utilizada por mais de um mês depois do ocorrido em 26 de maio de 2010) e ‘desastres’ (1) ocorrem uma única vez cada (a última em um trecho de discurso sobre lei para os acionistas em letra pequena!): “Declarações relativas ao futuro – Declarações de precaução” – “Resultados reais podem divergir... dependendo da variedade dos fatores, incluindo... **desastres naturais** e condições adversas do clima; guerras e atos de terrorismo ou sabotagem”). O eufemismo utilizado anteriormente é ‘incidente’ e quando é esperado que o chefe executivo da BP, Hayward, demonstre solidariedade pela perda dos trabalhadores (mortos), ele usa o termo ‘tragédia’ (3 exemplos no total) (Veja Apêndice 2 para uma definição do dicionário para ‘desastre’). A escolha preferida, ‘incidente’, é empregada 81 vezes, e a palavra

² O programa foi desenvolvido por Laurence Anthony e está disponível para gravação em seu *site* na internet.

‘incidentes’, apenas uma. O uso de códigos numéricos (o ‘poço MC252’) serve, também, para baixar o tom.

Nós achamos que, frequentemente, os comunicados de imprensa não iam direto ao ponto e, com muita cautela, ‘pisavam em ovos’ quando a questão era a completa bagunça e confusão do momento. Palavras tais como ‘caos’ e ‘desordem’ referem-se a algo que é ruim. Conforme Scollon (2008, p. 48) destaca, a ADC pode auxiliar-nos a analisar apenas o que os comunicados de imprensa incluem e, talvez mais importante, o que eles excluem. Como uma entidade é apresentada e quais qualidades estão relacionadas a ela é o que nos interessa. Nesse sentido, nós podemos concluir, a partir do que conhecemos sobre *sites* corporativos e comunicados de imprensa, que as palavras que ‘soam mal’ tendem a NÃO serem usadas. As corporações permanecem otimistas; isto significa que elas suprimem determinados aspectos ou eventos negativos, ou, no mínimo, tentam abrandá-los. Tudo que eles dizem estar fazendo para consertar a situação, ou pelo menos fazendo o melhor em um trabalho ruim, vem carregado com um valor positivo (para usar aqui a palavra de Hunston, 2000).

Isto significa que podemos encontrar eufemismos sendo empregados. Os escritores escolhem lexicalizações que avaliam, no fim bom do processo, o espectro ou parâmetro bom/mau. De fato, o ‘derramamento’ em si é uma das palavras mais marcadas ou negativas. Com 208 exemplos, ‘derramamento’ é o 22º item mais frequente, com apenas outros três itens lexicais mais frequentes: ‘BP’ (651), ‘óleo’ (500), ‘controle’ (218). Itens relacionados que foram utilizados são formas verbais: ‘derramou’ (4), ‘derramando’ (1) e ‘derrama’ (2). A definição do *Encarta World English Dictionary* para o verbo e para o substantivo ‘derramamento’ contém os advérbios ‘acidentalmente’ ou ‘não intencionalmente’ (Apêndice 3).

3.2 Estilo e maneira de reportar

Há uma série de questões que nós podemos usar para abordar o modo como tais comunicados de imprensa são construídos. Quando eventos desastrosos acontecem, como as corporações capitalistas lidam com eles, se não evitando usar os rótulos ‘desastres’? Quão rápido eles respondem? Até que ponto seus comunicados são claros e transparentes? Os eventos, que neste caso são o resultado direto da intervenção humana, isto é, da

engenharia em sistemas naturais, são dissimulados e entendidos como má sorte ou como produto de um destino infeliz? Qual estilo ou forma é selecionado para apresentar esses fatos infelizes? Eles são genuinamente afirmações relativas aos fatos? Ou nós estamos lidando com textos persuasivos? Há também a questão sobre quem escreve os comunicados de imprensa.

No que diz respeito à autoria dos comunicados de imprensa, Scollon (2008, p. 40) declara que “é essencial que sejamos capazes de analisar quem é o responsável pelas ideias expressas em um documento (o principal). Isto é frequentemente confundido com a identificação de quem criou ou elaborou o texto que nós lemos ou vemos (o autor), e quem é simplesmente o produtor mecânico do objeto material (o animador)”.

Com certeza, alguns dos comunicados de imprensa tornam claro quem é o líder. Nós podemos ver isto em dois exemplos particulares de 02 de maio de 2010 e 14 de maio de 2010 (Mostra 1). Ambos títulos explicitam que o chefe executivo, Hayward, é o líder. Por um lado, ele ‘aplaude’, e, por outro, ele ‘comenta’; isto demonstra como a escolha do verbo fornecedor da resposta serve para moldar e posicionar as respostas do leitor em relação às afirmações e proposição do chefe executivo. O toque pessoal é enfatizado pelo uso frequente da primeira pessoa do singular, de pronomes plurais e de possessivos (duas vezes ‘Eu’, e o exclusivo ‘nós’, uma vez acompanhando um verbo *dicendi* e duas vezes destacando a disposição da BP em ter suas ações realizadas; logo depois, o uso inclusivo de ‘Nossos grupos’ expressa solidariedade e tenta suavizar as esperadas repreensões e críticas do governo americano). Percebe-se, também, a repetição de um ronronar de palavras, ‘aliviar o dano’ na primeira, e um uso semelhante, ‘aliviar o impacto’, na segunda. O uso personalizado desse ronronar de palavras – ‘meu compromisso’ – é típico de uma conversa corporativa amena.

Simultaneamente, no segundo comunicado (Veja Mostra 1), nós encontramos a afirmação vaga, porém cuidadosamente formulada, ‘Nós estamos participando inteiramente das investigações’; isto, na verdade, compromete muito pouco a BP neste estágio dos processos judiciais.

Data do comunicado: 02 de maio de 2010

Hayward aplaude o enunciado do presidente

“A liderança do governo americano aqui tem sido excelente desde o primeiro dia. **Eu concordo com o presidente que a maior prioridade neste momento é interromper o vazamento e aliviar o dano.** Eu reiterarei o **meu compromisso** com a Casa Branca hoje de que a BP fará qualquer coisa e

tudo que nós podemos para interromper o vazamento, atacar o derramamento costeiro, e proteger a costa litorânea do Golfo. Nós agradecemos os esforços incansáveis dos voluntários e de muitos que nos responderam da parte do governo federal, estadual e local, homens e mulheres que têm trabalhado incessantemente desde a data do acidente para aliviar o dano. Nossos grupos estão trabalhando em conjunto, e nós esperamos ansiosamente ouvir mais sugestões de ação provenientes da visita do Presidente hoje”.

Data do comunicado: 14 de maio de 2010

Hayward comenta as declarações do Presidente Obama

Tony Hayward, Chefe Executivo do Grupo BP, disse hoje:

“Nós absolutamente compreendemos e compartilhamos o senso de urgência do Presidente Obama sobre o período de tempo que esta complexa tarefa está nos tomando. Nós queremos agradecer o presidente e a sua administração pelo seu engajamento contínuo neste esforço”.

“A BP – trabalhando juntamente com cientistas e engenheiros advindos de toda a indústria de petróleo, das agências governamentais e departamentos, e com os oficiais locais ao longo da costa do Golfo – está focada em fazer tudo o que está em nosso poder para interromper a corrente de óleo, removê-la da superfície, e proteger a costa litorânea. Nós estamos trabalhando com líderes estaduais e comunitários para aliviar o impacto nas vidas e no sustento daqueles que foram afetados”.

“E enquanto nós continuamos nestes esforços, nós estamos participando inteiramente de investigações que fornecerão lições valiosas sobre como prevenir incidentes futuros dessa natureza”.

Mostra 1: Comunicado do chefe executivo

Mais de um mês após a explosão e o derramamento de óleo, nós temos esta declaração sobre a própria ‘investigação’ da BP, seguida no final por declarações citadas do chefe executivo (Ver Mostra 2). O primeiro parágrafo está vagamente relacionado – ‘o trabalho do grupo de investigação’, operações sem agentes são insinuadas – ‘mecanismos de controle múltiplo’ – que, de alguma forma, ‘milagrosamente’, eram esperadas (o modal ‘deveria’) para prevenir, exatamente, a ocorrência deste tipo de atividade.

Data do comunicado: 25 de maio de 2010

O trabalho do grupo de investigação nos mostra, portanto, que este acidente foi causado por falhas em uma série de processos, sistemas e equipamentos. Havia mecanismos de controle múltiplo – procedimentos e equipamentos – no lugar em que deveria ter prevenido este acidente ou reduzido o impacto do derramamento: a investigação está focada nos sete mecanismos seguintes. [...]

“Eu entendo que as pessoas querem uma resposta simples sobre por que isto aconteceu e quem é o culpado. A verdade honesta é que este é um acidente complexo, causado por uma combinação de falhas sem precedentes”, disse o Chefe Executivo Tony Hayward. “Muitas empresas estão envolvidas, inclusive a BP, e é muito cedo – e não cabe a nós – dizer de quem é a culpa”.

“Este é um resumo básico dos fatos reunidos pelo grupo de investigação. Muito ainda permanece desconhecido, mas nós esperamos que essas informações auxiliem os questionamentos do governo. Este foi um acidente trágico e nós precisamos entender suas causas e tentar garantir que nada semelhante a ele possa acontecer novamente”.

Mostra 2: O Chefe Executivo comenta sobre a ‘investigação’

Hayward faz com que o intencionado seja uma declaração pessoal; percebam o uso do pronome em primeira pessoa ‘Eu’, e o anseio por uma ‘resposta simples’; ele está

indiretamente apelando por uma compreensão e reação ‘humana’ (o uso de ‘A verdade honesta’) por parte dos leitores e ouvintes, por exemplo; mas está cuidadosamente cercado por frases que soam pseudo-legalistas, como ‘é muito cedo – e não cabe a nós – dizer de quem é a culpa’. Scollon observa as formas híbridas de estilo que podemos encontrar nos sites corporativos. A sua caracterização adéqua-se de forma talentosa ao comunicado da BP de 25 de maio (2008, p. 60):

“Esta ‘personalização sintética’, para usar o termo de Fairclough, mistura estilos pessoais e formais ou registros para fornecer uma informação, até certo ponto, de base legal, e o faz de uma forma que é, ao mesmo tempo, não informativa, mas dá a impressão de informação abundante e de preocupação.”

Scollon (2008, p.vii) observou que: “Os discursos estão em colisão em nosso mundo”. Considere a data do comunicado: 18 de junho de 2010, onde há também um foco legal; mas há um deslize na fala PR na parte de uma passagem citada mais adiante por Hayward:

“Mas como os custos e as dívidas que estão finalmente distribuídas entre várias partes não afetarão nossa promessa inabalável de dar um passo à frente na primeira instância rumo à limpeza do derramamento e de acolher todas as reivindicações legítimas de uma maneira justa e eficiente.”

Isto é a reiteração ou encapsulação, em outras palavras, de seu enunciado de abertura: “Estas alegações não desviarão o foco da companhia que é a interrupção do vazamento, nem tampouco alterar nosso compromisso de restaurar a costa do Golfo”.

3.3 O tratamento do campo semântico de obrigação e responsabilidades feito pela BP

Em vista das consequências para o *habitat* natural e para as atividades econômicas e comerciais das pessoas na região do Golfo do México, o campo semântico de obrigação e como a rotulação afeta ou influencia os leitores são pontos que merecem a nossa consideração. Focar no campo semântico de obrigação pode nos mostrar como a companhia lidou com tópicos altamente sensíveis. Nunca admita que você cometeu um grande delito até que seu advogado tenha a chance de reunir evidências para te dar cobertura ou suavizar sua queda – esta parece ser a tática adotada pela BP. Nós encontramos escolhas avaliativas claras que constroem o sentido dos enunciados. Nós podemos ver no comunicado do dia 25 de maio que nenhuma responsabilidade humana é

ECO-REBEL

considerada: ‘este acidente foi causado por falhas em uma série de processos, sistemas e equipamentos’. Aqui nós temos a passividade impessoal seguida por um pseudo-agente, ‘falhas em uma série de processos, sistemas e equipamentos’. Conforme Hunston (2000, p. 181) afirma, características como essas, “juntas, constituem uma cultura construída de conhecimento e opinião, que espera que o leitor compartilhe e seja convencido por ela”. O campo semântico de ‘obrigações’ (21 exemplos) está conectado com o campo adjacente de ‘responsabilidades legais’ (18), ‘responsabilidade legal’ (6), ‘responsável legal’ (1), ‘responsabilidades’ (1), ‘responsabilidade’ (3) e ‘responsável’ (9). Esta questão é considerada brevemente nesta seção.

A Mostra 3 demonstra que ‘responsável’ é uma palavra de duplo sentido. A BP a utiliza duas vezes em seu sentido cotidiano, não relativo à lei, por exemplo, ‘é possível contar com ele devido às suas qualidades de conscientização e confiança’; uma vez colocada à direita, tem-se a palavra ‘organizador’. Os outros 7 exemplos são uso legal e de especialista. Cinco delas têm à direita a colocação ‘parte’ ou ‘partes’, tal como é utilizado em contratos. Uma tem a colocação à esquerda ‘agir como “operador”’, também de uma lei contratual. O número 8 é um pouco híbrido: parcialmente legal e parcialmente suplicante com relação a ‘consciencioso’ e parâmetro confiável, apesar das aparências e do registro comprovado!

1	... a Fundação de peixes e vida selvagem é uma forte...	responsável	... organizador deste dinheiro de um fundo para vida selvagem.
2	... Tony Hayward, “Outras partes, além da BP, podem ser...	responsáveis	... pelos custos e dívidas surgidas pelo derramamento de óleo.
3	... sob a qual a BPXP agiria como ‘operadora’ e ser...	responsável	... por conduzir operações em MC252, mas que...
4	... distintamente responsável legal, junto com quaisquer outras...	partes responsáveis	... pelos custos da remoção do óleo derramado e pelos danos.
5	... pacote de medidas para atender suas obrigações como uma...	parte responsável	...que surge do derramamento da Deepwater Horizon.
6	... nós aceitamos inteiramente nossas obrigações como uma...	parte responsável	...este acordo reafirma nosso compromisso...
7	...na Lei de Proteção do Petróleo, a BP é considerada como...	parte responsável	... e lhe é exigido criar fundos para limpar e restaurar...
8	... Nós cumpriremos nossas obrigações como uma...	companhia responsável	... e também como um passo necessário na reconstrução...
9	... fazer uma reivindicação contra a BP como uma ...	parte designada responsável	... se a reivindicação não é resolvida e paga...

Mostra 3: Concordância de ‘responsável’ (9 exemplos)

O substantivo relacionado ‘responsabilidades’ ocorre apenas uma vez. Ele vem no comunicado do dia 04 de junho de 2010 (Mostra 4). Esse comunicado é claramente endereçado aos acionistas da BP como um ato duplo que parte tanto do Presidente Svanberg quanto do Chefe Executivo da companhia, Hayward. Há um agrupamento de palavras que ronronam ‘grande prioridade’, ‘reconstruindo a confiança na BP’ e ‘garantindo’. Tudo isso é seguido pelo que a gente chama de lágrimas de crocodilo sendo mal destinadas e utilizadas como um modo de educação formal – na frase ‘expressamos nosso profundo pesar e tristeza por esta tragédia’.

Presidente e Chefe Executivo garantem que a BP cumprirá com suas obrigações no Golfo do México

O presidente da BP, Carl-Henric Svanberg, e o Chefe Executivo do Grupo, Tony Hayward, disseram aos acionistas hoje que a resposta da companhia ao derramamento de óleo no Golfo do México é a sua grande prioridade, junto com a reconstrução da confiança na BP e a garantia de que um acidente como esse nunca aconteça novamente. Ambos Svanberg e Hayward expressaram seu profundo pesar e tristeza por esta tragédia.

Svanberg ressaltou o compromisso da companhia em aliviar o dano causado pelo derramamento de óleo.

“A comissão de diretores da BP tem deixado claro desde o início que todos os recursos disponíveis à companhia devem ser aplicados para cumprir com as responsabilidades da BP em dirigir-se a esses eventos”, ele disse. “A tarefa não está, de nenhum modo, completa, e nós ainda temos um longo caminho a percorrer. Trata-se de um trabalho difícil, Tony e o grupo continuam trabalhando incessantemente. Eles têm todo o nosso apoio”.

Mostra 4: Data do comunicado – 04 de junho de 2010

No parágrafo final, Svanberg amontoa palavras que ronronam, ‘o compromisso da companhia em aliviar o dano’. Mas, que tipo de compromisso está escondido e cercado nesta frase anterior, “A comissão de diretores da BP tem sido clara”? O que ‘ser claro’ significa? Se significa alguma coisa, ela embaça a situação ainda mais. Não está suficientemente claro satisfazer os representantes legais da corporação e minimizar o risco de um processo penal. A frase ‘todos os recursos’ está qualificada pela parte ‘disponíveis à companhia’; então, isto não significa tudo – novamente, trata-se de uma frase confusa. ‘As responsabilidades da BP em dirigir-se a esses eventos’ é uma frase ainda mais vaga; ‘dirigir-se’ significa zero de ação; enquanto ‘esses eventos’ é uma encapsulação geral da parte do falante principal sobre o que aconteceu e pelo que eles realmente se sentem responsáveis. Tal fato deixa em aberto e vago o que exatamente eles

irão fazer para responder a essa situação. A pergunta ‘quem deve ser culpado pelo quê?’ subjaz a este discurso escorregadio.

3.4 Jogando o jogo da culpa

Menos de dois meses depois da explosão, o assunto da responsabilidade surgiu em 18 de junho de 2010 no comunicado da imprensa (Veja Apêndice 4). A Mostra 5 apresenta a concordância de 3 exemplos de ‘responsabilidade’.

1	... embora a outra parte já esteja discutindo sua...	...responsabilidade	... pelos custos associados à Deepwater Horizon...
2	... a corporação anunciou que se recusa a aceitar a...	...responsabilidade	... pelos custos da remoção do óleo derramado e pelos danos...
3	... sobre a expansão do derramamento de óleo. Nós estamos tomando inteira...	...responsabilidade	... pelo derramamento e nós vamos limpá-lo...

Mostra 5: Concordância de Responsabilidade (3 exemplos)

Conforme as asserções da direita esclarecem, a BP está criticando a atitude de partes terceiras com relação às suas responsabilidades nos dois primeiros casos. Na contramão disso, é claro, a BP está agora enfatizando que ela está ‘**tomando inteira responsabilidade** pelo derramamento’!

Neste contexto, nós vemos que o termo legalmente significativo, ‘responsável legal’, é usado uma única vez, muito significativamente com a colocação à esquerda, ‘distintamente’, enfatizando, portanto, o desejo da BP de incluir a responsabilidade legal de outras partes no ‘acidente’. Tal fato vem na seção final do comunicado do dia 18 de junho de 2010.

“Todos os coproprietários do arrendamento entraram previamente em um acordo operacional escrito sob o qual a BPXP agiria como “operadora” e seria responsável por conduzir operações na MC252, mas as partes compartilhariam os custos das operações, incluindo o custo da limpeza de qualquer derramamento resultante de perfuração no poço exploratório MC252, de acordo com os seus respectivos interesses de posse na MC252.

Além disso, todos os coproprietários do arrendamento oficializaram documentos com o governo federal americano, pelos quais eles claramente certificaram que cada um deles seria, em conjunto, mas distintamente, responsável legal, da mesma forma que quaisquer outras partes responsáveis, tanto pelos custos com a remoção do óleo derramado quanto pelos danos, de acordo com a Lei de Poluição de Óleo, de 1990”.

ECO-REBEL

Considerando, agora, o sintagma relacionado ‘responsabilidades legais’, nós encontramos 18 exemplos, dos quais 14 são praticamente idênticos (Mostra 6). O texto ‘é muito cedo para quantificar outros custos potenciais e responsabilidades legais associadas com o incidente. O gabinete de imprensa da BP’ mostra claramente uma necessidade legal que precisa ser repetida. Nenhuma responsabilidade legal está sendo reconhecida; esta é a mensagem.

Um outro exemplo associado às asserções à esquerda, ‘não representa uma cobertura na BP’, é direcionada aos acionistas. E somente três exemplos se relacionam, parcialmente, com a questão de obrigação com o mundo real (Números 7, 8 e 10).

1	...é muito cedo para quantificar outros custos potenciais e as...	responsabilidades legais	... associadas com o incidente. Gabinete de imprensa da BP.
2	... é muito cedo para quantificar outros custos potenciais e as...	responsabilidades legais	... associadas com o incidente. Informações técnicas.
3	... é muito cedo para quantificar outros custos potenciais e as...	responsabilidades legais	... associadas com o incidente. Gabinete de imprensa da BP.
4	... é muito cedo para quantificar outros custos potenciais e as...	responsabilidades legais	... associadas com o incidente. Nota: vídeo
5	...é muito cedo para quantificar outros custos potenciais e as...	responsabilidades legais	... associadas com o incidente. Gabinete de imprensa da BP.
6	...é muito cedo para quantificar outros custos potenciais e as...	responsabilidades legais	... associadas com o incidente. Gabinete de imprensa da BP.
7	... partes além da BP devem ser responsabilizadas pelos custos e pelas...	responsabilidades legais	... que surgiram com o derramamento de óleo...
8	... suas obrigações. Mas como os custos e as...	responsabilidades legais	... foram finalmente distribuídas entre várias partes...
9	... o fundo não representa uma cobertura para a BP, nem...	responsabilidades legais	... mas estará disponível para satisfazer as reivindicações legítimas.
10	... certeza sobre a extensão e a determinação do tempo para os custos e...	responsabilidades legais	... relacionadas ao derramamento. Os negócios da BP continuam...
11	...é muito cedo para quantificar outros custos potenciais e as...	responsabilidades legais	... associadas com o incidente. Gabinete de imprensa da BP.
12	...é muito cedo para quantificar outros custos potenciais e as...	responsabilidades legais	... associadas com o incidente. Gabinete de imprensa da BP.

ECO-REBEL

13	...é muito cedo para quantificar outros custos potenciais e as...	responsabilidades legais	... associadas com o incidente. Mais informações.
14	...é muito cedo para quantificar outros custos potenciais e as...	responsabilidades legais	... associadas com o incidente. Gabinete de imprensa da BP.
15	...é muito cedo para quantificar outros custos potenciais e as...	responsabilidades legais	... associadas com o incidente. Gabinete de imprensa da BP.
16	...é muito cedo para quantificar outros custos potenciais e as...	responsabilidades legais	... associadas com o incidente. Mais informações.
17	...é muito cedo para quantificar outros custos potenciais e as...	responsabilidades legais	... associadas com o incidente. Data do comunicado: 03
18	...é muito cedo para quantificar outros custos potenciais e as...	responsabilidades legais	... associadas com o incidente. Questionamentos da imprensa.

Mostra 6: Concordância de ‘responsabilidades legais’ (18 exemplos)

Há uma série de discursos a serem encontrados nos comunicados de imprensa. Além do financeiro, legal e jornalístico, há também o discurso da engenharia.

3.5 O discurso da engenharia

Uma amostra do discurso de engenharia empregado pode ser visto no comunicado do dia 25 de maio de 2010.

“Atualização na resposta sobre o derramamento de óleo no Golfo do México – 25 de maio.

Tendo progredido em paralelo com os planos para extinguir, está o desenvolvimento de uma cobertura vertical da marinha baixa como opção de contenção. Isto envolveria primeiro a remoção da cobertura vertical danificada que está no topo da BOP, deixando a tubulação em evidência no topo dessa cobertura vertical da marinha baixa. Essa cobertura, que é um dispositivo de contenção projetado com uma alça de vela para barrar, seria conectada à cobertura vertical do perfurador da *Discoverer Enterprise* e, então, colocada sobre a cobertura vertical da marinha baixa com a intenção de captar a maior parte do óleo e do gás que está saindo do poço e, assim, transportá-lo para a superfície. A cobertura vertical da marinha baixa já está no local, e podemos adiantar que essa opção estará disponível para posicionamento no final de maio”.

Como a primeira sentença demonstra, por meio da estrutura sujeito – verbo – complemento, que inclui grupos nominais complexos, nenhuma ação humana está estabelecida. O gerúndio passivizado, ‘Tendo progredido’, tem uma contrapartida na nominalização ‘desenvolvimento’. Contudo, as frases preposicionais complexas que

ECO-REBEL

foram acrescentadas – oito palavras e onze palavras – são enriquecidas ou complicadas por termos técnicos e abreviações do tipo ‘BOP’. O texto inteiro sugere que todo processo é, de alguma forma, operado por máquinas; mas, quais as pessoas que estão operando essas máquinas, isso não é mencionado. Há dois exemplos de ‘projetado’ juntos com ‘dispositivo de contenção com uma alça de vela’ criando, mais adiante, um grupo nominal complexo.

...a cobertura vertical da marinha baixa...	... projetada	... como dispositivo de contenção com uma alça de vela que barra...
... no topo do BOP. A cobertura vertical da marinha baixa, um...	... um dispositivo de contenção	projetado com uma alçadevelaquebarra

3.6 A utilização de metáfora

Uma consideração sobre as metáforas utilizadas nos mostra que as metáforas militares são as mais proeminentes. Percebam o que Hayward diz em um determinado ponto: ‘Nós estamos atacando este derramamento em duas frentes.’ A seguinte lista (com a frequência dos itens) (Mostra 7) ilustra que este é um dado significativamente consistente ao longo do período estudado.

atacar (3)	atacando (3)	posicionar (5)	posicionado (62)
posicionando (4)	posicionamento (30)	frentes (5)	interceptar (9)
interceptando (1)	interceptação (1)	matar (48)	morto (2)
matando (2)	lançar (2)	lançado (7)	lançamentos (1)
operação (53)	operacional (11)	operações (100)	alívio (96)
suprimentos (2)	alvo (3)	alvejado (3)	

Mostra 7: Metáforas militares

Este, talvez, não necessariamente nos surpreenda, já que a guarda costeira americana assumiu um papel importante no início (mencionado no comunicado de 21 de abril de 2010) da limpeza, e como o comunicado de imprensa de 19 de julho de 2010 apresentou: “BP continua trabalhando cooperativamente com as direções e aprovações do Comandante de Incidentes Nacionais”. O próximo comunicado refere-se ao ‘Comando Unificado’.

“Sob esta estrutura, as atividades que respondem aos estados do Golfo onde a BP opera, os quais estão centralizados no Comando Unificado com a Guarda Costeira em Nova Orleans, reportará diretamente ao Sr. Dudley (23 de junho de 2010)”.

ECO-REBEL

Na Mostra 8, o uso de ‘frentes’ resume esta utilização metafórica. O derramamento está sendo ‘combatido’ ou ‘atacado’.

1	... os esforços da Subsea continuam focando em duas ...	frentes:	primeira, reduzindo o vazamento de óleo derramado por...
2	...Nós estamos determinados a combater este derramamento em todas as...	frentes,	nas águas profundas do Golfo, e no raso...
3	... a BP continua a atacar o derramamento em muitas ...	frentes	fazendo tentativas contínuas para prevenir a saída do óleo...
4	... “Nós estamos atacando este derramamento em todas as...	frentes,	trazendo para as nossas ações todos e quaisquer recursos...
5	...”Nós estamos atacando este derramamento em duas ...	frentes	- na origem do poço e na superfície costeira...

Mostra 8: Concordância de ‘frentes’

Os termos da engenharia, ‘alta extinção’, e mais tarde, ‘extinção estática’, para as tentativas de bloquear o vazamento do óleo bruto, foram frequentemente mencionados na cobertura da operação feita pela TV. Os 48 exemplos de ‘extinguir’ são testemunhas de sua proeminência. A Mostra 9 contém mais exemplos de textos desta utilização militar.

Diferentemente do sistema de contenção da cobertura vertical da marinha baixa, a Q4000 e os sistemas da *Helix Producer* estão conectados para extinguir e obstruir as linhas no BOP por meio de vários dispositivos de alta extinção existentes.

Depois da interceptação, espera-se que as operações comecem a extinguir o vazamento do óleo e do gás do reservatório por meio da extração de fluidos pesados específicos que estão no fundo do poço que vaza. (Data do comunicado: 19 de junho de 2010)

O sistema de contenção da cobertura vertical da marinha baixa, o sistema Q4000, e os sistemas adicionais de contenção planejada jamais foram posicionados nestas profundidades antes ou sob estas condições, e a sua eficiência e habilidade para conter ou expandir o óleo e o gás não podem ser garantidos.

Uma vez que a interceptação ocorra, espera-se que as operações comecem a extinguir o vazamento de óleo e gás do reservatório por meio da extração de fluidos pesados específicos que estão no fundo do poço que vaza.

...e operações de extinção realizadas (Data do comunicado: 19 de julho de 2010)

As operações começarão, então, a extinguir o vazamento de óleo e gás do reservatório por meio da extração de fluidos pesados específicos que estão no fundo do poço que vaza.

Mostra 9: Metáforas militares

3.7 O uso de advérbios

A forma como certas frases adverbiais são empregadas pode, algumas vezes, indicar a posição ideológica que o produtor do texto assume. O programa *AntCon* nos permite

ECO-REBEL

organizar as palavras de acordo com a sua terminação. Então, eu atentei para as palavras que terminam em ‘-ly’ (-mente), já que este sufixo constitui a terminação típica de uma vasta classe de advérbios em inglês. Obviamente, nem todas as palavras que terminam em ‘-ly’ são advérbios. Há 90 itens que terminam em -ly. Dentre estes itens, 5 são substantivos, tais como ‘família’³, ‘julho’, ou verbos, como ‘voar’, ‘aplicar’, ‘suprir’. Muitos outros são adjetivos, como ‘cedo’ e ‘diário’. Mas, a maioria deles aparece como sendo advérbios. É importante ressaltar que ‘cedo’ aparece 25 vezes, principalmente nos enunciados repetidos ao longo de várias semanas: ‘É muito cedo para quantificar outros custos potenciais e responsabilidades legais associadas com o incidente.’

A Mostra 10 contém os onze advérbios mais frequentes.

aproximadamente (88)	atualmente (41)	remotamente (15)	imediatamente (13)
temporariamente (12)	permanentemente (11)	completamente (11)	diretamente (10)
anteriormente (9)	proximamente (8)	finalmente (7)	

Mostra 10: Advérbios de frequência (selecionados)

Oito são temporais. Todavia, ‘remotamente’, ‘proximamente’ e ‘completamente’ são advérbios de modo. Por exemplo, ‘remotamente’ (15) é utilizado em todos os casos em um sentido técnico: ‘veículos operados remotamente’ (VOR); e o advérbio ‘proximamente’ tem a palavra ‘trabalhando’ como uma colocação à sua esquerda.

Considerando um advérbio não temporal agora, a Mostra 11 contém uma seleção de concordâncias de ‘aproximadamente’, a qual salienta o caráter vago e circular que ele desempenha.

1	...o gás recolhido do BOP alcançou a Q4000 ...	aproximadamente	...à 1h da manhã , CDT (7h, BST), em 16 de junho.
10	...o sistema de contenção da cobertura vertical da marinha baixa, desde que começou a operação, está...	aproximadamente	... a 127.000 barris. No futuro, aproximadamente 22.000 barris...
20	... para fornecer uma capacidade de contenção do óleo adicional de...	aproximadamente	... 20.000 a 25.000 barris por dia. Junto com a LM...
30	... estas operações têm recuperado, no total,	aproximadamente	... 720.238 barris (30.25 milhões de galões)...

³O sufixo -ly em inglês representa a formação de advérbios. Seu correspondente em língua portuguesa é o sufixo -mente. Mas, como em todo processo de tradução, nem sempre há uma correspondência direta dos termos. É, por isso, que os termos família, julho, voar, aplicar e suprir não fazem muito sentido no texto em português. Mas, em inglês, eles terminam em -ly, (family, July, fly, apply, supply), e é, nesse sentido, que o autor quer destacar: nem toda palavra que termina em -ly é advérbio.

ECO-REBEL

40	... o custo desta reação atinge ...	aproximadamente	...\$3.12 bilhões, incluindo o custo do derramamento...
50	...um aumento no agente químico absorvente tem sido empregado. Até agora...	aproximadamente	...30.000 declarações tem sido submetidas e mais ...
60	...Golfo do México. O equipamento está localizado...	aproximadamente	...a 41 milhas do litoral da Louisiana, no Mississippi Canyon...
70	... o incidente ocorreu em 20 de abril de 2010 ,...	aproximadamente	...às 22h , horário no Golfo dos Estados Unidos...
80	...a água foi temporariamente reservada por ...	aproximadamente	...três dias devido aos efeitos do furacão...
88	... o poço que vazava está agora ...	aproximadamente	...entre 5 e 7.5 pés, horizontalmente distante da MC252,...

Mostra 11: Seleção de concordância de ‘aproximadamente’

Na concordância selecionada, nós vemos que três das dez ocorrências possuem referências de tempo. Duas entre dez são referências de distância. Uma acompanha a palavra ‘declarações’, e a outra acompanha ‘\$3.12 bilhões’.

Quando consideramos o conjunto completo de 88 ocorrências, vemos que ‘O custo desta reação é/atinge a’ está colocada à esquerda em oito exemplos dos 88. De 88, 32 possuem dígitos que são seguidos pela palavra ‘barris’, como colocação à direita. A colocação à esquerda de ‘um total de’, ou ‘no total’ ocorre 15 vezes entre 88. O fato é que apenas menos da metade dos usos refere-se a ‘barris de óleo por dia’, ‘barris de óleo [foram] recolhidos’, ‘recolhidos ou expandidos pelos sistemas de contenção’, ‘têm recuperado, no total’, ou ‘capacidade de’ mostrar o quanto é importante, para a companhia, a quantificação da extensão da poluição ambiental causada pelo derramamento. Os advogados sabem que as reivindicações de compensação serão dependentes desta quantificação. Desde o início, tornou-se evidente que as próprias avaliações da BP eram muito mais baixas que aquelas feitas pela Guarda Costeira Americana.

De 88 ocorrências, 3 possuem a seguinte colocação: ‘Aproximadamente 214 milhões de barris de óleo equivalentes a reservas líquidas comprovadas’. Estas declarações ocorrem quando a situação financeira da BP é mencionada em comunicados endereçados aos acionistas. De 88, 3 possuem um número mais a palavra ‘milhões’, mais a palavra ‘barris’ como sua colocação à direita. Por exemplo, ‘214 milhões de barris de óleo equivalentes a reservas líquidas comprovadas’. Aqui o advérbio está qualificando dos dados financeiros direcionados aos acionistas da BP.

4. Discussão: formação e estruturação dos eventos socioeconômicos e das catástrofes ecológicas

Nós podemos argumentar que este estudo preliminar acerca da BP oferece evidências suficientes sobre como ações erradas e prejudiciais cometidas por grupos corporativos e elites políticas envolvidas moldam e representam erroneamente os eventos socioeconômicos, e como as catástrofes ecológicas estão se tornando cada vez mais ‘normalizadas’ e ‘naturalizadas’. Esta tendência não é nova, é claro.

Em Alexander (2008), eu investiguei como as corporações do tipo *ExxonMobil* apoiavam os grupos de especialistas responsáveis pela solução de problemas, tais como o *George Marshall Institute* (GMI), e o *Competitive Enterprise Institute* (CEI). Tais instituições são, na verdade, criações das corporações e fundações. Duas décadas atrás, Herman e Chomsky (1988, p. 26ff) referiram-se a esses grupos como ‘máquinas de artilharia antiaérea’. Eles produzem a ‘artilharia antiaérea’ (um dos cinco filtros em um modelo de propaganda política que Herman e Chomsky desenvolveram) para confundir seus inimigos. Eles também trabalham para conquistar aprovação sem, contudo, fornecer evidências por meio do que Agre (2000) conceituou como ‘racionalidade simulada’. Agre afirma: “Este procedimento – decisão primeiro, depois argumentos – já se consolidou como rotina em meio às burocracias privadas e públicas do mundo bem como uma completa indústria de relações públicas”. Argumentos precisam ser, apenas, de forma plausível, racionais para um ouvinte mal informado. A ‘percepção’ é algo primário; apenas uma minúscula porcentagem perceberá que está sendo mal direcionada. “Alguém precisa adotar a superfície das formas dos argumentos racionais – organizando as palavras de maneira que pareçam lógicas, utilizando vocabulário científico, exemplificando os fatos (cuidadosamente selecionados), fornecendo estatísticas que soam impressionantes, mencionando as opiniões de autoridades, isto é, aquelas pessoas que serão reconhecidas como autoridades, e assim por diante” (Agre, 2000). Isso é o suficiente para administrar a opinião pública junto com outras táticas de controle.

Sharon Beder (2005, p.14-15) percebeu como os grupos ambientais têm, cada vez mais, se voltado para os negócios. Ela menciona o Nature Conservancy como um bom exemplo de representante desta tendência que procura soluções ‘ganhar ou ganhar’ para problemas ambientais que não interferem, de modo desnecessário, nas atividades empresariais. Johann Hari (2010), em *The wrong kind of Green* (O tipo errado de Verde), mostra que os ‘grupos verdes’ americanos poderiam ter aceito fazer parte de um caminho de

‘integração’, aceitando, assim, ‘uma doação financeira’ da Shell e da BP. O caso de Conservação Internacional está sendo discutido.

Uma outra tática que nós podemos mencionar é a de renomear. De acordo com um comunicado de imprensa de 04 de maio de 2009, o Departamento do Interior, *Minerals Management Service* (MMS), possui um novo nome, o *Bureau of Ocean Energy Management, Regulation and Enforcement* (BOEMRE).⁴ Na iminência de um escândalo em face à boataria, o qual afirmava que a MMS tinha praticamente ido para a ‘cama com a indústria do óleo’, e que tal fato já estava acontecendo por algum tempo, este aspecto é o que mais se assemelha ou recorda os processos orwellianos que podem ser identificados no governo e nos círculos corporativos. Conforme Alexander (2009, p.18) o apresenta: “Uma nova rotulação ou renomeação é uma manobra frequente que objetiva, de alguma forma, limitar os danos por meio de, simplesmente, desviar a atenção”. De fato, os chamados analistas bancários de investimentos preferem falar sobre o campo de óleo *Macondo* nos programas de TV empresariais do que sobre o Golfo do México!

O modo como os militares americanos ‘rotulam’ as suas operações é também emblemático dessa tática de distração. Esse uso quase cínico pode ser visto nos nomes da Guerra do Vietnam. O que se espera do significado dessas frases, quando duas palavras são reveladas, é talvez, simplesmente, um conjunto de frases que nos remetem ao cotidiano, ao lar, tais como ‘Primeira Chamada’, ‘Causa Justa’, ‘Resolução Clássica’, ‘Vontade Séria’, ‘Promessa Silenciosa’, ‘Resposta Fundamental’, ‘Braços Abertos’. Outros exemplos, como o uso dos adjetivos ‘decisivo’ e ‘deliberativo’ em dois exemplos acima, invocam uma ausência de sentido, principalmente no que se refere a ações, mas são responsáveis por acionar associações positivas e, até mesmo, virtuosas. Talvez elas impliquem virilidade, qualidades masculinas, e mesmo força moral, bondade e retidão, em qualquer um dos casos, um ‘empenho generoso e heroico’ (Alexander, 2009, p. 204). Uma outra característica que os linguistas têm destacado são as pressuposições. Até jornalistas, como Poole, estão cientes disso, e observam como todas as palavras e frases carregam algumas pressuposições não expressas ou argumentos ‘não falados’ (2006, p.3). Determinadas escolhas, tais como os grupos antiaborto, aqueles que se autodenominam ‘a favor da vida’, parecem ter como objetivo evitar o ter que justificar certas posições (Alexander, 2009, p. 186).

⁴ Fonte: <https://www.mms.gov/homepg/whatsnew/newsreal/2009/090504.pdf>

5. Situando a discussão dentro de um quadro teórico

Nós agimos bem se perguntamos seriamente em que tipo de sociedade nós estamos vivendo à luz de tais resultados. Como que o mundo real funciona? É neste ponto que a nossa abordagem precisa ser informada pelo ceticismo, pela investigação detalhada crítica e por uma recusa em levar as coisas na cara e na coragem. Claramente, o estudo dos fundamentos históricos e socioeconômicos básicos para a investigação acerca da desinformação e dos processos relacionados a ela é fundamental ou, no mínimo, pode ser útil. Pode ser útil, também, trazer Herbert Marcuse à baila. A análise de Marcuse (1964) sobre a sociedade tecnológica moderna, *One-Dimensional Man* (O homem unidimensional) foi publicada há mais de quarenta anos atrás. Mesmo assim, ao reler essa obra hoje, ela permanece consideravelmente adequada e relevante para o nosso mundo atual. Em primeiro lugar, ele pintou um retrato de uma sociedade tecnologicamente superdeterminada, um mundo pós-industrial totalitário, com sua “confortável, tranquila, razoável e democrática ausência de liberdade”. Conforme Stephen Amidon (2000, p. 56) observa: “Um olhar marcusiano frio para o nosso mundo indica que nós estamos presos em uma única dimensão, mais profunda do nunca” (*apud* Alexander, 2009, p. 166).

Certamente, a releitura do capítulo 9, intitulado ‘*The Catastrophe of Liberation*’ (A catástrofe da libertação), é para compreendermos uma dentre duas coisas: o quanto Marcuse foi profético ou o quanto ele foi sensível às pressões psicológicas e sociais exercidas pelas corporações capitalistas e pelo sistema empreendedor de produção de massa sobre as pessoas do país – os Estados Unidos – onde ele tinha se exilado. Considerem esta passagem, na qual Marcuse reflete sobre a tese de que, ao invés de beneficiarem-se das realizações do capitalismo tardio ocorrido nos países superdesenvolvidos, as pessoas estão, ao contrário, piorando suas vidas, visto que, na verdade, o que ocorre é uma ‘luta pela sobrevivência’, segundo ele (1964, p. 191).

“A luta por mais ‘espaço para viver’ acontece não somente em um contexto de agressividade internacional, mas, também, dentro da própria nação. Aqui, a expansão tem, em todas as formas de trabalho em equipe, vida comunitária e diversão, invadido o espaço interno da privacidade e praticamente eliminado a possibilidade de que esse isolamento em que o indivíduo, lançado para trás de si mesmo, possa permitir a ele pensar, questionar e encontrar”.

Um pouco mais tarde, Marcuse faz uma pergunta retórica para a qual ele mesmo fornece uma resposta parcial (1964, p. 191):

“Pode uma sociedade, que se mostra incapaz de garantir a privacidade do indivíduo até mesmo dentro de quatro paredes, afirmar diretamente que ela respeita o indivíduo e que se caracteriza como sendo uma sociedade livre? [...] Uma socialização sólida e forte começa em casa e prende o desenvolvimento da consciência e da conscientização”.

É impossível não ver ou não ouvir as ressonâncias provenientes da primeira década do século XXI! Antes disso, Marcuse enfatiza a *The Language of Total Administration* (A língua da administração total – 1964, p. 77ff.), apontando detalhadamente o jargão que reflete o que ele diz (ibid.: 82), “o caráter autoritário desta língua”. Ele fornece detalhes de algumas das características de sua manifestação, tais como ‘concretude’ (ibid.: 84): “Esta língua, que constantemente impõe *imagens*, e milita contra o desenvolvimento e a expressão de *conceitos*. Em seu imediatismo e objetividade, ela impede o pensamento conceitual; portanto, ela impede o pensamento” (grifos no original) (*apud* Alexander, 2009, p. 167).

Ler os comunicados de imprensa da BP durante o ano de 2010, com a sua mistura de discurso legislativo, científico, técnico e de engenharia, traz o que Herbert Marcuse (1964) afirma sobre a operacionalização da mente. Marcuse fornece uma investigação muito analítica desta tendência, que alguns veem como sendo tão válida hoje quanto há quase cinquenta anos atrás. Ele assim escreve (1964, p. 27):

“A tendência pode ser relacionada com o desenvolvimento de um método científico: operacionalismo nas ciências físicas, behaviorismo nas ciências sociais. A característica comum é o empirismo total no tratamento dos conceitos; seus significados são restritos à representação de operações particulares e ao comportamento. O ponto de vista operacional é bem ilustrado pela análise de P. W. Bridgman sobre o conceito de extensão”.

Aqui ele se refere a um livro publicado em 1928, intitulado *The Logic of Modern Physics* (A lógica da Física Moderna). Marcuse discute isso durante certo tempo, pois estava claro que Bridgman havia aplicado este ponto de vista operacional à sociedade como um todo. Ele viu a sua adoção causando uma mudança em todas as nossas práticas de pensamento costumeiras. Quaisquer métodos de pensamento precisariam ser formulados em termos de operações. Marcuse percebe, de forma perspicaz, como esta previsão tinha se tornado realidade nos anos 60. Conforme ele afirmou (1964, p. 27), “A nova forma de pensamento

é hoje a tendência predominante na filosofia, psicologia, sociologia, e outros campos”. Aqueles de nós que trabalham na universidade, mesmo nas humanidades tais como os estudos da linguagem, incluindo o ensino e aprendizagem de línguas, e no geral a educação, sabem que esta abordagem operacionalista tem influenciado nossos sistemas de ferramentas metodológicas e epistemológicas. Está claro que as mudanças (as chamadas ‘reformas’) em muitos países, principalmente no campo da universidade, tendem a estimular essa tendência operacionalista. Afinal de contas, as áreas da ciência e do estudo acadêmico somente podem se proteger com grande dificuldade dos paradigmas poderosos que vêm para realizar o controle hegemônico e periódico sobre as várias áreas das interações sociais humanas. Seria surpreendente se esse não fosse o caso. Marcuse (1964, p. 28) intitulou, de forma geral, esse fenômeno como “o reino da realidade de uma única dimensão”.

Quando aplicamos tais considerações ao discurso ecológico, descobrimos que elas têm sido amplamente integradas a esse reino operacionalista, no qual esse ‘crescimento’ impera. Talvez nós possamos arredondar os números considerando o que Susan George (2008, p. 157) tem a dizer sobre a frase ‘desenvolvimento sustentável’:

“A frase ritualística e oca, ‘desenvolvimento sustentável’, não significa absolutamente nada em 95% dos casos em que as pessoas a utilizam, mas ela tem servido para dar tempo às ‘competições não distorcidas e livres’, e tem permitido ao mercado todo poderoso reinar por, pelo menos, algumas décadas extras”.

George argumenta enfaticamente que o pensamento ecológico está sendo desenvolvido na Europa e através do que ela chama de projeto da Europa, mas ela conclui quase que de forma pessimista:

“Quem pode acreditar que os Estados Unidos, a China ou a Índia podem dar ao planeta a mínima esperança ecológica tendo em vista que eles, de forma relaxada e a sangue frio, continuam descendo pela estrada que termina em uma parede de tijolos?”

Os resultados deste estudo pretendem realmente destacar o clichê que nos permite lembrar que, quando lemos textos ou vemos imagens sobre questões ambientais, nós precisamos procurar saber de ‘onde as pessoas estão vindo’, isto é, quais são os interesses reais que subjazem aos textos que se apresentam como gêneros científico, jornalístico, político e de negócios (Alexander, 2008; Scollon, 2008).

ECO-REBEL

Apêndice 1

Comunicados de imprensa da BP: títulos do início do desastre (de 21 de abril a 31 de maio de 2010)

21 de abril de 2010	A BP confirma que a <i>Transocean Ltd</i> emitiu a seguinte declaração hoje.
21 de abril de 2010	A BP oferece total apoio à <i>Transocean</i> depois do fogo no equipamento de perfuração.
22 de abril de 2010	A BP inicia intervenção ao derramamento de óleo no Golfo do México.
24 de abril de 2010	A BP mostra-se solidária às famílias daqueles que foram perdidos no fogo do equipamento de óleo americano.
25 de abril de 2010	A BP segue adiante com sua intervenção no derramamento de óleo no Golfo do México.
26 de abril de 2010	A BP acelera sua intervenção ao derramamento no Golfo do México.
27 de abril de 2010	Um quarto dos resultados de 2010.
28 de abril de 2010	A BP promete total apoio às investigações da <i>Deepwater Horizon</i> .
29 de abril de 2010	A intervenção da BP na MC252 do Golfo do México continua sua escalada sobre e abaixo da superfície.
30 de abril de 2010	Preparações da BP na via costeira para o derramamento de óleo na costa do Golfo.
30 de abril de 2010	A BP adianta planos de proteção da via costeira na costa do Golfo Americano.
02 de maio de 2010	Hayward aplaude o enunciado do presidente.
03 de maio de 2010	Esclarecimento sobre o vazamento de óleo no Golfo do México
04 de maio de 2010	Inicia o trabalho para perfurar o poço que vazava e assim interromper o derramamento de óleo.
05 de maio de 2010	Atualização acerca da intervenção ao derramamento de óleo no Golfo do México.
06 de maio de 2010	Atualização acerca da intervenção ao derramamento de óleo no Golfo do México.
07 de maio de 2010	Atualização acerca da intervenção ao derramamento de óleo no Golfo do México.
10 de maio de 2010	Atualização acerca da intervenção ao derramamento de óleo no Golfo do México.
13 de maio de 2010	Atualização acerca da intervenção ao derramamento de óleo no Golfo do México.
14 de maio de 2010	Hayward faz comentários sobre as declarações do presidente Obama.
17 de maio de 2010	A BP anuncia doações ao turismo dos quatro Estados do Golfo.
17 de maio de 2010	BP Atlantis
17 de maio de 2010	Atualização acerca da intervenção ao derramamento de óleo no Golfo do México.
18 de maio de 2010	Atualização acerca da intervenção ao derramamento de óleo no Golfo do México.
20 de maio de 2010	Atualização acerca da intervenção ao derramamento de óleo no Golfo do México.
21 de maio de 2010	A BP reitera sua transparência na intervenção ao derramamento de óleo.
21 de maio de 2010	A BP lança câmera de imagens ao vivo do vazamento.
24 de maio de 2010	Atualização acerca da intervenção ao derramamento de óleo no Golfo do México.
24 de maio de 2010	A BP promete \$500 milhões para pesquisa independente sobre os impactos do óleo derramado no ambiente marinho.
25 de maio de 2010	A BP informa o governo americano sobre as perspectivas iniciais da investigação da <i>Deepwater Horizon</i> – o foco encontra-se em sete mecanismos de controle.

ECO-REBEL

25 de maio de 2010	Atualização acerca da intervenção ao derramamento de óleo no Golfo do México.
25 de maio de 2010	Atualização referente ao monitoramento do ROV sobre o procedimento de 'alta extinção'.
25 de maio de 2010	A BP anuncia o lançamento de sites na internet para intervenções específicas nos Estados.
26 de maio de 2010	Atualização acerca da intervenção ao derramamento de óleo no Golfo do México.
26 de maio de 2010	Atualização acerca da intervenção ao derramamento de óleo no Golfo do México.
26 de maio de 2010	A BP indica um mediador independente para garantir um processo com reivindicações justas e no tempo preciso.
27 de maio de 2010	Atualização sobre o derramamento de óleo no Golfo do México.
28 de maio de 2010	Atualização sobre o derramamento de óleo no Golfo do México.
29 de maio de 2010	Atualização sobre o derramamento de óleo no Golfo do México.
31 de maio de 2010	A BP dá início a melhorias na estratégia de contenção da cobertura vertical da marinha baixa para manter o óleo fora do Golfo.

Fonte: <http://www.bp.com/articlelisting.do?taxonomyId=-1&year=2010&contentId=2006635&categoryId=2012968&mon=¤tPage=6>

Apêndice 2

- desastre (substantivo)

1. evento que causa uma perda séria, destruição, tribulação, infelicidade, ou morte.
2. alguém ou alguma coisa que fracassa completamente, especialmente de um modo que é doloroso, constrangedor, ou engraçado (informal).

Apêndice 3

- derramar (verbo)

1. fluir ou permitir que algo venha a fluir de um recipiente, especialmente de forma acidental e geralmente resultando em perda ou desperdício.

- (substantivo)

2. quantidade de alguma coisa que flui acidentalmente ou sem intenção de um recipiente ou área fechada, ou um exemplo desse tipo de acontecimento.

Apêndice 4

Data do comunicado: 18 de junho de 2010

A BP enfatiza que o desacordo com as outras partes não diminuirá sua promessa de limpar o derramamento e pagar pelas reivindicações legítimas.

Apesar de outra parte já estar contestando sua responsabilidade pelos custos associados com o incidente da *Deepwater Horizon* e o derramamento resultante disso, hoje a BP reiterou sua promessa de limpar o óleo e o gás derramado no Golfo do México e de pagar por todas as reivindicações legítimas que surgiram a partir desse derramamento.

A *Anadarko Petroleum Corporation* anunciou que se recusa a aceitar a responsabilidade pelos danos e pelos custos com a remoção do óleo derramado, e afirma, ainda, que, sob uma exceção referente ao custo de um acordo operacional conjunto e provisões que compartilham as responsabilidades legais, a *BP Exploration & Production Inc. (BXP)* foi 'repulsivamente negligente' e se envolveu em 'uma má conduta deliberada' como operadora da *Mississippi Canyon*, Bloco 252 (MC252).

A BP discorda fortemente dessas alegações e não permitirá que elas diminuam o seu compromisso com a região da costa do Golfo. "Essas alegações não tirarão o foco da companhia que é interromper o vazamento nem alterará nosso compromisso com a restauração da costa do Golfo", disse o chefe executivo da BP, Tony Hayward. "Outras partes, além da BP, podem ser responsáveis pelos custos e pelas responsabilidades legais surgidas a partir do derramamento de

óleo, e nós esperamos que essas partes correspondam às suas obrigações. Entretanto, os custos e as responsabilidades legais que já estão distribuídas entre as várias partes não afetarão nossa promessa inabalável de dar um passo à frente no primeiro estágio de limpeza do derramamento, e nós pagaremos as reivindicações legítimas de maneira justa e eficiente.”

Nota

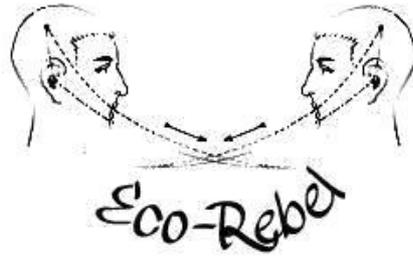
Texto apresentado por mim na Conferência de Graz, em 2010.

Referências

- AGRE, P. *The Crisis of Public Reason*. Independent Media Center, Tuesday 15 Aug 2000. <<http://www.indymedia.org:8081>> (acesso: 28/02/2008).
- ALEXANDER, R. J. *How the anti-green movement and its 'friends' use language to construct the world*. In: DÖRING, M. ; PENZ, H. ; TRAMPE, W., (Eds.), *Language, Signs and Nature: Ecolinguistic Dimensions of Environmental Discourse*, Tübingen: Stauffenburg Verlag, 2008, p. 127-142.
- ALEXANDER, R. J. *Framing discourse on the environment. A critical discourse approach*. Nova York e Londres: Routledge, 2009.
- AMIDON, S. *On Herbert Marcuse's One Dimensional Man*. *New Statesman* 27 Novembro 2000, 55-57.
- BEDER, S. *The stain in sustainability*. *New Internationalist* 383, 2005, p. 14-15.
- CHOMSKY, N. *Knowledge of Language*. Nova York: Praeger, 1986.
- GEORGE, S. *We, the peoples of Europe*. Londres: Pluto Press, 2008.
- HALL, C. *British Petroleum*. *New Internationalist* 434, 2010, p. 27.
- HARI, J. *The wrong kind of Green*. *The Nation*, Março 22, 2010.
- HERMAN, E. ; CHOMSKY, N. *Manufacturing consent: The political economy of the mass media*. Nova York: Pantheon, 1988.
- HUNSTON, S. *Evaluation and the planes of discourse: status and value in persuasive texts*. In: HUNSTON, S. ; THOMPSON, G. (eds) *Evaluation in Text: Authorial Stance and the Construction of Discourse*. Oxford: OUP, 2000, p. 176-207.
- MARCUSE, H. *One Dimensional Man*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1964.
- SCOLLON, R. *Analyzing Public Discourse: Discourse Analysis in the Making of Public Policy*. Nova York e Londres: Routledge, 2008.
- THOMAS, M. *Belching Out the Devil: Global Adventures with Coca-Cola*. Londres: Ebury Press, 2008.

Recebido: 01/02/2014.

Aceito: 30/07/2015.



ECOLOGIA DA LÍNGUA COMO TEORIA LINGUÍSTICA¹

Mark Garner (University of Roehampton, Londres)

R e s u m o : A ecologia da língua foi proposta por Einar Haugen em 1972 como o estudo da interação de qualquer língua a seu meio ambiente. A despeito de alguns usos do termo na literatura, os sociolinguistas não terem sido capazes de desenvolver todo o potencial que Haugen vira em uma abordagem ecológica. No entanto, desenvolvimentos recentes no pensamento ecológico aplicado à língua levanta questões sobre diversos pressupostos da linguística convencional. Por exemplo, de uma perspectiva ecológica, a língua não é um sistema governado por regras, mas uma forma de comportamento sistematizado que emerge da socialidade humana: comunicação, cultura e comunidade. Como previsto por Haugen, a ecologia da língua oferece uma abordagem alternativa empolgante à teoria linguística.

P a l a v r a s - c h a v e : ecologia da língua, comportamento sistematizado, holístico, dinâmico, interativo.

A b s t r a c t : Language ecology was proposed by Einar Haugen in 1972 as the study of the interaction of any given language and its environment. Despite some use of the term in the literature, sociolinguists have failed to develop the potential that Haugen saw in an ecological approach. Recent developments in ecological thought, however, when applied to language, raise questions about many basic assumptions of conventional linguistics. For example, from an ecological perspective, language is not a rule-governed system, but a form of patterned behaviour arising from the needs of human sociality: communication, culture, and community. As Haugen foresaw, language ecology offers an exciting alternative approach to linguistic theory.

K e y w o r d s : language ecology, patterned behaviour, holistic, dynamic, and interactive.

1. Introdução

Em um artigo publicado em 1972, o linguista norueguês-americano Einar Haugen propôs uma nova abordagem ao estudo da língua em sociedades multilíngues. Ele chamou essa abordagem 'ecologia da língua' (*language ecology*), definindo-a como "o estudo da interação de uma língua qualquer e seu meio ambiente". Os detalhados estudos linguísticos e filológicos se preocupavam antes de mais ainda com os modos pelos quais diferentes línguas, faladas ou escritas, coexistem e interagem em uma comunidade

¹Traduzido do inglês por Hildo Honório do Couto.

multilíngue. O foco da ecologia da língua, como concebida por ele, era interação comunitária e cultural, sendo que o termo tem sido usado de vez em quando na literatura dedicada ao estudo de sociedades multilíngues (um exemplo indonésio recente é Wijayanto, 2005).

Com poucas exceções, (p. ex., Mackey 1980; Harmann 1988; Nelde 1989; Mühlhäusler 1996 e minha própria tese de doutorado e publicações dela derivadas - ver Garner 1988), os pesquisadores linguistas têm falhado em desenvolver o potencial que Haugen vira em uma abordagem ecológica. Uma dificuldade é que, em seu artigo, Haugen parece um tanto inseguro quanto a estar propondo que ela poderia levar a uma base teórica para uma disciplina distinta, por um lado, ou, por outro, que ela seria uma metáfora interessante para alguns aspectos do multilinguismo comunitário. Pesquisadores subsequentes têm falhado em clarificar a questão mediante uma análise cuidadosa do conceito. O resultado disso tudo é que os pesquisadores têm usado o termo de qualquer jeito, de um modo geralmente mal definido, embora a expressão 'ecologia da língua' seja bastante comum na área. Edwards (1995) estava certo quanto mostrou que a ecologia linguística não trouxe nenhuma contribuição significativa ao estudo do multilinguismo vinte anos após ter aparecido em cena. O potencial teórico da ideia não foi explorado integralmente até meu estudo recente (Garner 2004). Conceitos como 'ecologia da língua', 'a ecologia linguística' e, com uma ênfase diferente, 'ecolinguística' (Fill & Mühlhäusler [orgs.] 2001) têm se tornado correntes. A concepção de ecologia dos linguistas, no entanto, não tem sido afetada pelos avanços filosóficos recentes, que têm ficado geralmente tão imprecisos e limitados como eram trinta anos atrás.

Este ensaio tem dois objetivos. Primeiro, eu examino as causas para a incerteza sobre o que significa ecologia da língua e sobre o que ela pode significar para a linguística. Essas causas são encontráveis na ideia de Haugen de que ecologia é uma metáfora, porque se trata de uma metáfora que não funciona. Segundo, eu mostro como a ecologia agora pode ter um papel central no estudo da língua. Isto é possível por causa de diversos desenvolvimentos no pensamento ecológico nas últimas décadas, desde que o artigo de Haugen apareceu. A filosofia ecológica já não vê a ecologia como um mero traço do meio ambiente natural que pode servir como metáfora para outros fenômenos, mas como um modo distinto de pensar, com implicações de longo alcance para muitas disciplinas, inclusive as ciências da linguagem.

2. A proposta de Haugen

Haugen estava insatisfeito com as abordagens contemporâneas à descrição linguística. Os linguistas, disse ele, frequentemente tratavam a comunidade de fala de uma língua como nada mais do que uma parte de um pano de fundo incidental do que eles viam como o real objeto da linguística. Eles ‘se mostravam tão ansiosos pela fonologia, a gramática e o léxico’, que mal se davam conta do fato de que as línguas existem porque são usadas por povos reais em comunidades a fim de comunicarem. Os linguistas se contentavam com deixar esse assunto para os antropólogos, os sociólogos e assemelhados, mas ele argumentava que ‘havia um forte componente linguístico na ecologia da língua’ (Haugen, 1972, p. 325). Em suma, ele não fazia distinção entre linguística teórica e sociolinguística. Haugen estava propondo algo como uma analogia com o mundo natural. A expressão ‘meio ambiente’ da língua nos leva imediatamente a pensar no entorno físico em que a língua é falada. No entanto, ele definiu meio ambiente de modo um tanto diferente e, até certo ponto, surpreendente: o meio ambiente não é o cenário físico, mas o cenário social e cultural em que a língua é usada. Em outras palavras, o meio ambiente são os falantes da língua:

O verdadeiro meio ambiente de uma língua é a sociedade que a usa como um de seus códigos. A língua existe somente na mente de seus usuários, e só funciona relacionando esses usuários uns aos outros e à natureza, isto é, o meio ambiente social e o natural [...]. A ecologia da língua é determinada primordialmente por aqueles que a aprendem, usam e transmitem a outros (Haugen, 1972, p. 325).

Uma língua não deve ser tratada simplesmente como um sistema estrutural (fonologia, morfologia, sintaxe etc.) que de alguma maneira existiria independentemente de seus falantes. Para ele, é impossível entender a língua sem seus falantes. Essa ideia não era originalmente de Haugen, mas havia sido deixada de lado, sobretudo na América, aproximadamente no meio século precedente, uma vez que Saussure (sem data [1916]) esboçou os fundamentos da linguística como uma disciplina ‘científica’ estruturalista. Haugen não alegou que os linguistas deveriam deixar a estrutura de lado – ele próprio era especialista em fonética e fonologia --. Ele estava tentando restaurar um equilíbrio com sua noção de comunidade-como-meio ambiente como um dos elementos centrais na descrição linguística.

Quando me deparei com essas ideias pela primeira vez, estava trabalhando em minha pesquisa de doutorado sobre comunidades imigrantes e suas línguas. O ensaio de Haugen parecia conter uma ideia que eu estava procurando, parecendo ser o arcabouço teórico ideal no qual eu poderia fazer minha pesquisa de campo. Eu fiquei surpreso ao constatar que, embora o ensaio de Haugen tivesse

sido impresso já há alguns anos, parecia que ninguém tinha tentado desenvolver suas ideias esquemáticas em uma teoria sistemática (Garner, 1986; 1988). A despeito disso, considere a perspectiva geral sobre a natureza dinâmica, interativa sobre língua e comunidade bastante valiosa para associar um conjunto de características históricas das comunidades em estudo a um conjunto de traços linguísticos observados na realidade.

Um modelo teórico específico ainda continuava distante. Como mencionado acima, Haugen usou a expressão ‘ecologia da língua’ de modo um tanto ambíguo. Isso não é surpreendente porque quando uma ideia realmente rica aparece, tende a não ser muito clara: ela aponta para muitas direções ao mesmo tempo. Mas, como ele mesmo sugeriu, a ecologia da língua era para se tornar um ‘estudo científico de direito próprio’, a metáfora ecológica precisava ser esclarecida e sistematizada. No entanto, quando eu tentei fazer isso, ficou claro que a metáfora não dava certo. Como eu dissera antes, o problema estava em pensar ecologia como metáfora. Em termos de teoria da metáfora (Kövecses, 2002), os termos do domínio-origem (ecologia biológica) não podem ser projetados nos do domínio-alvo (língua como fenômeno social).

Em que sentido o que Haugen pensava sobre ecologia poderia ser uma metáfora útil no seio da linguística? Ele via a ecologia como consistindo de três elementos: (1) um organismo, (2) seu meio ambiente e (3) o processo que os relaciona (suas interações).

Na biologia é possível descrever a natureza de um organismo, tal como um animal ou uma planta, em termos de sua coformação física e genética. É possível do mesmo modo descrever a natureza do meio ambiente: a topografia, o clima, a flora, a fauna e assim por diante. A história da vida de qualquer organismo específico emerge da interação dos dois. Um gato selvagem é um animal inteiramente diferente de um gato doméstico bem alimentado em aparência física, personalidade (se é que podemos usar esse termo) e comportamento, uma vez que precisa lutar por alimento a cada dia de sua vida. Por exemplo, o gato selvagem mata outros animais, altera a vegetação até certo ponto e assim por diante; a casa em que vive o gato doméstico é afetada por sua presença assim como é afetada por seus proprietários. As diferenças são determinadas pelas interações entre cada gato e seu meio ambiente.

Haugen sugeriu que a língua podia ser pensada como um organismo e sua comunidade como o meio ambiente. A tarefa dos linguistas seria descrever as características das duas entidades e mostrar como a interação entre elas pode dar lugar a coisas diferentes.

Haugen argumentou, com razão, que há uma longa tradição no estudo da língua de tratá-la metaforicamente como se ela fosse um organismo vivo. Termos como ‘nascimento’ e ‘morte’ de línguas, ‘árvores genealógicas’ e outros comprovam isso. É claro que os estudiosos na

ECO-REBEL

verdade não consideravam a língua como um verdadeiro organismo, mas lhes era cômodo compará-la a ele. O problema com a metáfora ecológica, no entanto, está em como encaramos o meio ambiente. Isto, diz Haugen, não é uma metáfora:

o *verdadeiro* meio ambiente da língua é a sociedade que a usa (Haugen, 1972, p. 329: *itálico acrescentado*).

De acordo com Haugen, este meio ambiente compreende dois componentes: o psicológico e o sociológico, que se sobrepõem em diversos pontos, mas em geral podem ser vistos como segue. O componente psicológico tem a ver com a língua como existente na mente do falante: o seu uso da língua dá sentido ao ego (*self*) e ao mundo; sua interação com outras línguas na mente; as atitudes do falante em relação à língua. O componente sociológico tem a ver com a língua como ela existe no seio da comunidade: como é usada entre as pessoas. Ele inclui onde, quando e porque a língua é usada e não usada, bem como ao modo pelo qual isso se relaciona aos padrões de comportamento social dos falantes. Por outras palavras, há uma relação real (e não metafórica) entre comunidade e língua.

Este é o problema conceptual do âmago da ideia de Haugen. Por um lado, há uma entidade metafórica: ‘língua-como-organismo’, e, por outro, uma entidade literal: o que devemos chamar ‘meio ambiente-*per-se*’.

Como fica o *status* ontológico do terceiro elemento (interação)? Se a interação é um processo literal, como podemos descrever uma interação entre uma entidade metafórica e uma entidade real? O que acontece especificamente na interação língua-comunidade e quais são os mecanismos pelos quais ela se dá? É relativamente fácil mostrar como as características de uma comunidade (sua história, sociologia, demografia, valores culturais, religião e outras) influenciam o uso da língua. Mas, a influência é mútua, em outras palavras, ecológica? Se sim, temos a implicação de que as comunidades são afetadas pelas línguas que falam. Até certo ponto, isso é o que afirma a ‘hipótese Sapir-Whorf’ (Whorf, 1956), mas a hipótese é limitada a questões de psicologia: a percepção de um falante individual é guiada (ou determinada) pela língua que ele ou ela fala. Há pouca ênfase no tipo de comportamento comunitário em que Haugen estava interessado. De qualquer modo, a hipótese Sapir-Whorf vem sendo debatida há meio século, e evidência conclusiva a favor ou contra tem sido difícil de se encontrar.

Isso deixa o objeto de estudo da disciplina proposta indefinido, problema de que Haugen não parece ter tido consciência, como se vê em sua sugestão de que a linguística poderia dar uma grande contribuição à disciplina ‘ecologia humana’:

A ecologia da língua seria uma extensão natural desse tipo de estudo [isto é, a ecologia humana], e tem aparecido sob nomes como psicolinguística, etnolinguística, antropologia linguística, sociolinguística e sociologia da linguagem (Haugen, 1972, p. 327).

A escola de sociologia da ecologia humana, centralizada na Universidade de Chicago, estudava padrões de assentamento humano nas cidades. Os ecólogos humanos viam a cidade como o meio ambiente ‘natural’ em que os humanos urbanos vivem. Isso levou a um conhecimento mais profundo do efeito do ambiente construído sobre o comportamento social humano. Por outras palavras, a ecologia humana é uma aplicação literal da ecologia biológica. Os seres humanos são, de fato, organismos (mesmo que de um tipo especial) e interagem com seu meio ambiente físico do mesmo modo que os demais organismos. É claro que essa interação é mais complexa do que, por exemplo, a de um gato e o mundo selvagem. O meio ambiente para os humanos é complexo, uma vez que compreende tanto o entorno artificial quando o natural. As interações com eles são mediadas por um conjunto de valores culturais e processos psicológicos que não estão presentes no gato. Apesar disso, ecologia humana não é uma metáfora.

A ecologia da língua de Haugen, ao contrário, envolve uma metáfora e uma metáfora incompleta, para ser sincero. Por esse motivo, o restante deste artigo é dedicado à discussão das influências sociais na língua. Nem língua-como-organismo nem interação ecológica serão discutidas doravante. Ele termina com uma taxonomia de alguns aspectos sociais da língua, sem nenhuma tentativa de integrá-los teoricamente.

O fato é que, embora Haugen tenha sugerido que a ecologia da língua poderia ir além do mero status de ‘ciência descritiva’ e tornar-se uma ‘ciência preditiva e até mesmo terapêutica’, na verdade ele não pôde ir além de usá-la para descrever diversos caminhos no contexto das ciências da linguagem. Isso pode ajudar a encorajar uma fertilização cruzada de ideias, mas não provê um arcabouço teórico que os integre. Não podemos condenar Haugen por isso: a ideia de aplicar o pensamento ecológico além da biologia era relativamente desconhecida em seu tempo. Ele estava certo ao reconhecer que há algo ecológico na língua. Agora nós temos a oportunidade de reexaminar sua proposta original à luz de desenvolvimentos ulteriores.

3. Uma ecologia não metafórica da língua

ECO-REBEL

O movimento ecológico moderno se baseia na convicção de que só adotando essa postura que a humanidade pode verdadeiramente entender o mundo e se salvar de uma catástrofe iminente. Assim, surgiu um movimento filosófico da ecologia biológica e o pensamento ecológico começou a ser aplicado em muitas áreas muito além de suas origens. A ecologia da língua pode, creio eu, contribuir com a teoria linguística somente se aplicarmos a filosofia ecológica à descrição e explicação da língua. Embora a filosofia ecológica tenha muitas versões, com vários nomes, ela pode ser caracterizada mediante quatro traços. Interessantemente, esses traços podem ser vistos já na primeira formulação da ecologia em 1866 pelo biólogo Haeckel:

a totalidade das relações dos organismos com o mundo externo em geral, com as condições orgânicas de existência; o que temos chamado de economia da natureza, as relações mútuas de todos os organismos que vivem no mesmo lugar, sua adaptação ao meio ambiente ao redor deles, as transformações provocadas pela sua luta pela existência (citado em Hayward, 1995, p. 26).

Assim, o pensamento ecológico tem a ver com fenômenos que são:

- 1) holísticos ('a totalidade das relações ...');
- 2) dinâmicos ('as transformações provocadas pela sua luta pela existência');
- 3) interativos ('as relações mútuas de todos os organismos');
- 4) situados ('relações com o mundo externo'; 'organismos [...] que vivem no mesmo lugar').

Vejamos essas características em termos de suas implicações para um entendimento ecológico da língua.

3.1 Holístico

O filósofo Hayward (1995) contrasta o pensamento ecológico com o assim chamado pensamento 'iluminista', com base na ciência natural empírica que tem predominado no pensamento ocidental desde o século dezenove. Pensamento iluminista é uma abordagem analítica à aprendizagem:

A ciência clássica atual trabalha com uma ontologia materialista atomista. Essa ontologia é também reducionista, assumindo que qualquer corpo complexo é redutível ontologicamente a seus constituintes simples. É também mecanística [...]. Essa metafísica tem enformado a visão da natureza viva como efetivamente uma máquina perfeita (Hayward, 1995: 29).

Como formulada por Saussure (1916), a linguística deveria operar segundo os princípios da ciência clássica de duas maneiras. A primeira tarefa era isolar a língua, como objeto de estudo, de todas as considerações não linguísticas, inclusive a comunidade de falantes. A segunda era identificar as entidades que formam a língua (seus fonemas, morfemas, lexemas e assim por diante) e formular regras que governam suas relações em qualquer língua dada.

O pensamento ecológico volta-se para todos complexos e sistemas. Há diversas opiniões sobre o que são esses todos e esses sistemas, bem como deveriam ser interpretados. Não obstante isso, os pensadores ecológicos estão de acordo quanto ao fato de que somente compreendendo a complexidade, a diversidade e as inter-relações – em vez de entidades isoladas – podemos entender melhor nosso mundo.

Em uma linguística enformada pela visão ecológica, a língua emerge da interação complexa da comunidade, da cultura e da comunicação. A língua existe porque o povo se comunica em situações reais. Todo exemplo de língua é língua em uso, sendo inseparável de seu uso na situação específica. Os elementos linguísticos individuais e as regras que subjazem a sua combinação não tem nenhuma importância em si mesmas, mas apenas como manifestações do processo comunicativo como um todo (Halliday, 1994). Esse tipo de linguística tenta entender a natureza e o funcionamento da língua estudando interações humanas significativas, caracterizadas por diversidade, variação e todos complexos.

3.2 Dinâmico

O pensamento científico clássico levou a considerar a natureza como uma máquina, com partes imutáveis e bem definidas funcionando constante e predizivelmente do mesmo modo. De acordo com uma perspectiva ecológica, ao contrário, as partes são fluidas, com características e identidades mutáveis, ‘sistematicamente integradas [uma à outra] e definindo-se mutuamente’ (Hayward, 1995, p. 29). Por outras palavras, é o dinamismo do sistema que determina a natureza de qualquer parte no momento em que é observado. Uma justificativa importante para esta concepção é dada pelos achados da física, durante muito tempo paradigma do pensamento científico, que está crescentemente preocupada com a variabilidade nas entidades e a imprevisibilidade de grande parte do universo (veja, por exemplo, Dupré, 1995; Ladyman 2002, especialmente a parte II). De acordo com essa perspectiva,

cada situação particular é única e difere, mesmo que levemente, de qualquer outra situação que envolva as ‘mesmas’ partes.

Aplicado à língua, o princípio do dinamismo significa que tratamos cada enunciado como de alguma maneira único. A concepção tradicional e do senso comum sobre a comunicação linguística é a de que um falante deseja expressar um significado particular e, conseqüentemente, faz escolha entre as palavras da língua, aplica as regras de combiná-las e então forma o enunciado para expressar o significado. Isso é um procedimento bastante equivocado. Em cada interação, a natureza do enunciado

é determinada por mil e um fatores: o cenário físico como percebido pelos participantes; os participantes e a percepção que têm um do outro; os meios não linguísticos disponíveis; a intenção prévia de comunicação, e assim por diante. É determinada também pela seleção das palavras disponíveis no vocabulário. Os falantes ‘usam mal’ palavras e inventam outras, ‘infringem as regras’ da morfologia e da sintaxe, além de integrar elementos linguísticos e não linguísticos em um ato de comunicação descosido.

A língua é altamente repetitiva: as pessoas dizem a mesma coisa uma vez atrás da outra. Frequentemente podemos prever o que uma pessoa vai dizer se conhecermos a situação suficientemente. Essa repetitividade tem sido interpretada como evidência de que a língua está seguindo um conjunto de regras.

No entanto, se considerarmos que as pessoas são motivadas pela facilidade e eficiência no entendimento de uma à outra e não por uma força interior para seguir regras abstratas, a repetida regularização da língua emerge sob uma nova luz.

Regularidade torna a comunicação mais fácil e mais eficiente por meio da redução do esforço exigido do falante ao escolher o que dizer, e pelo ouvinte ao prever o que virá em seguida. Regularidades são comportamento governado por hábito: elas são manifestações da tendência natural em todos os organismos de fazer o que fizeram antes. Diferentemente de comportamento governado por regras, regularidades são inerentemente mutáveis – na verdade, duas regularidades nunca são exatamente iguais. Cada situação é inerentemente dinâmica. Há sempre uma imprevisibilidade potencial em cada uma. Eu refiro a essa imprevisibilidade dinâmica como ‘criatividade’, que é muito diferente do uso que Chomsky (1968, 1976) faz do termo. Previsibilidade e criatividade na regularização são princípios fundamentais da língua.

3.3 Interativo

Um sistema dinâmico é evidentemente caracterizado por interações. Uma das implicações da proposta de Haugen é a de que o foco da linguística, como acontece na biologia ecologia, deveria ser na própria interação. Um biólogo que quiser entender como e porque um organismo é afetado por suas interações com o meio ambiente examina a natureza da própria interação. Por exemplo, ela é duradoura ou efêmera; única ou contínua; voluntária ou inevitável; hostil ou amigável; solitária ou em companhia (e, se for o caso, em companhia com quem)? As respostas a essas perguntas são essenciais para o entendimento do sistema como um todo dinâmico, bem como das características das entidades que contém. A discussão de Haugen sobre ecologia se centra na língua e na comunidade como entidades separadas, cada uma considerada como um objeto de estudo. As ‘dez perguntas’ que ele faz no final de seu artigo dizem respeito a como fatores sociais influenciam as formas e o uso da língua. Uma abordagem mais apropriadamente ecológica consiste em estudar a natureza da interação. A língua é um aspecto fundamental – mas apenas um aspecto – da socialidade humana. Desde o começo da língua na pré-história humana, sua natureza tem sido determinada pela interação. Qualquer outra função – como monólogo privado, pensamento verbal, ou (na escrita) diários pessoais – é derivado dela. Às vezes os linguistas dão a impressão (e alguns o dizem explicitamente) que a interação é irrelevante ou, no máximo, incidental no entendimento da língua em si. Há entre os linguistas contemporâneos muito mais interesse no uso linguístico, como, por exemplo, na análise do discurso e na pragmática. No entanto, durante séculos o estudo da língua tem se concentrado tanto em elementos linguísticos como palavras e regras da sintaxe e da morfologia que as duas têm sido tratadas como se tivessem significado em si mesmas, de modo que usar a língua seria simplesmente uma questão de seguir as regras. A consequência é que a língua existe para a finalidade de se criarem sentenças bem formadas, o que implica que cada sentença bem formada automaticamente tem significado. Essa concepção ainda persiste em algumas teorias linguísticas.

De uma perspectiva ecológica, a língua existe porque as pessoas precisam interagir. Ela é de longe o lado mais importante e vital de nossa interação, a tal ponto que em qualquer outra situação a interação seria impossível (ou pelo menos muito restrita) sem a língua. Mas, interações pessoais compreendem muito mais do que o componente linguístico. Por isso, a forma que qualquer língua adquire depende da interação específica de que faz parte, interação que provê o meio ambiente para a língua ser usada. Portanto, é necessário

considerar também, no meio ambiente, as interferências e determinações mútuas entre os traços linguísticos e não linguísticos. A língua interage com todos os aspectos não verbais – contato ocular, expressões faciais, postura corporal, gestos e assemelhados – bem como com as percepções dos participantes e o que pensam de si e dos outros, além do cenário físico, social e cultural. Tudo isso, e mais, age em conjunto para formar o todo complexo que é a interação.

3.4 Situado

A importância da situação para o pensamento ecológico emerge de tudo que acaba de ser dito, e o resume. Dizer que um fenômeno é situado é dizer mais do que tudo tem que estar em algum lugar. Implica que não importa o que estejamos interessados em entender – seja um objeto físico como um organismo ou algo intangível como uma ideia ou um sentimento – ocorre em um contexto, e esse contexto é uma parte importante do fenômeno. Deve ter ficado claro pelo que vem sendo dito até aqui que situação é mais do que a localização física. Na verdade, Haugen excluiu o meio ambiente físico de sua discussão, mas ele tem um papel a exercer na ecologia da língua. Sapir (1949)

é uma discussão esclarecedora, mas um tanto estreitamente focada, desse papel. O foco holístico, dinâmico e interativo do pensamento ecológico significa que vemos a situação como uma parte constitutiva da língua. Às vezes útil ‘remover’ a língua da situação temporariamente, conforme o caso, a fim de examiná-la mais pormenorizadamente. Diferentemente da linguística tradicional, no entanto, uma linguística ecológica a ‘trará de volta’ à situação a fim de entendê-la como parte do todo sistêmico da interação. Do contrário, ficaríamos apenas com uma das figura.

Uma analogia grosseira pode deixar as coisas mais claras. Se você desejar descrever uma partida de futebol, não seria suficiente descrever os jogadores, as condições do jogo e a bola, e, talvez resumir as regras do jogo. Todos esses elementos são essenciais para se ter jogo de futebol, mas não constitui a partida. Ela é o processo continuamente mutante pelo qual todos esses elementos (e, é claro, outros) interagem por um período especificado de tempo. Um administrador pode analisar o que um jogador individual fez, por exemplo, contando quantos de seus passes atingiram a finalidade desejada, mas uma avaliação completa de seu desempenho pode ser atingida somente à luz da situação como um todo. O administrador precisa levar em consideração coisas como o que outros jogadores – tanto colegas de time quanto oponentes – estão fazendo durante o tempo em questão, o estado do jogo, as situações de toque de bola e assim por diante. Em seguida, pode-se dar um intenso

exercício de treinamento ao jogador para aprimorar suas habilidades de dar passes, mas enquanto não forem testados com sucesso em outra partida, não se pode dizer que houve melhora.

De modo semelhante, tratar a língua como um sistema abstrato que existe independentemente de seu contexto é uma atitude errada. Isso pode até nos mostrar muito sobre princípios teóricos que podem ser aplicados à língua, mas pouco sobre a língua como a percebemos e usamos:

Separar o falar da particularidade de seu contexto obscurece seu ser (Becker, 1991, p. 232).

4. Conclusão

A ecologia da língua não cumpriu a promessa da proposta original de Haugen. Ela tem se mantido como uma abordagem marginal e mal definido, principalmente no estudo de sociedades multilíngues. Adotando uma filosofia da ecologia da língua, no entanto, põe à nossa disposição possibilidades de fazer avançar o estudo da língua muito maiores do que empregando a ecologia como uma metáfora.

A língua é parte do complexo comportamento humano. Como todos os demais aspectos do comportamento, compreende padrões que são aprendidos mediante interação no contexto da comunidade de usuários. Padronização contínua em muitos níveis dá a nós humanos a capacidade de reconhecer e interpretar os padrões de nosso comportamento e o dos outros. Toda e qualquer ação tem sentido somente no contexto da totalidade do comportamento; a padronização da língua tem sentido somente no contexto da padronização da totalidade do comportamento comunicativo. Todos esses padrões se baseiam em repetição constante, e a predizibilidade é uma de suas características essenciais. O caráter formular ou predizível de todo comportamento comunicativo, inclusive o linguístico, é essencial para a continuidade da comunicação, da cultura e da comunidade. Sem ele o significado seria impossível. Um dos objetivos da ecologia da língua é um entendimento dos processos de padronização em si, bem como do modo de se relacionarem com a situação de uso. Padrões são regularidades gerais, que podem ser variados, mesmo que levemente, em cada repetição. A preocupação tradicional da linguística com gramáticas, ou conjuntos de regras, que se supõe subjazerem a cada instância da língua, é superada em uma abordagem ecológica por um interesse nas maneiras pelas quais a padronização na língua e em todo comportamento serve para torná-lo significativo.

A linguística já se estabeleceu há muito tempo como uma disciplina independente. A tal ponto que outras disciplinas que também se interessam por comportamento humano significativo (como a

ECO-REBEL

sociologia, a psicologia e a antropologia) ocasionalmente descrevem aspectos do comportamento por analogia com as regras formuladas pela linguística (veja, por exemplo, Giddens, 1984).

Uma visão ecológica, como veremos, vai muito além de simplesmente ver paralelos entre diferentes tipos de comportamento. Ela sugere que todos os comportamentos significativos, ‘linguísticos’ ou ‘não linguísticos’, são manifestações do mesmo processo. Podem, portanto, ser utilmente estudados do mesmo modo. Isso não é o mesmo que dizer que todas essas disciplinas são de fato a mesma, mas que cada uma tem muito a contribuir com as outras. Cultura, continuidade e mudança podem ser mais produtivas não como fenômenos linguísticos *stricto sensu*, mas como processos ecológicos no seio do estudo amplo e multidisciplinar da socialidade humana. Essa abordagem às ciências humanas é um conceito profundamente ecológico.

Ao se definir como um empreendimento ‘científico’, a linguística tem adotado uma abordagem atomística, reducionista e mecanística da ciência empírica iluminista. A língua tem sido abstraída de suas situações de uso e de suas comunidades de usuários. Muito progresso tem sido atingido por se entender a língua dessa forma, mas muito tem sido ignorado ou considerado como estando fora do escopo da disciplina. Em um pequeno artigo como este não há espaço suficiente para discutir as implicações de uma visão ecológica para empreendimentos futuros da linguística; um tratamento mais detalhado pode ser encontrado em Garner (2004). A ecologia da língua pode satisfazer o desejo de um tipo de ‘nova’ linguística que o teórico social espanhol Ortega y Gasset formulou há mais de quatro décadas atrás:

Há muitos anos eu venho procurando uma linguística que tenha a coragem de estudar a língua em sua realidade integral, como ela é no discurso real, vivo, não como um mero fragmento amputado de uma configuração completa. [...] Mas, é óbvio que a linguística ainda [...] não compreendeu a língua exceto como uma primeira aproximação porque o que ela chama ‘língua’ não tem nenhuma existência real, é uma imagem utópica e artificial construída pela própria linguística (Ortega y Gasset, 1963, p. 241-2).

Referências

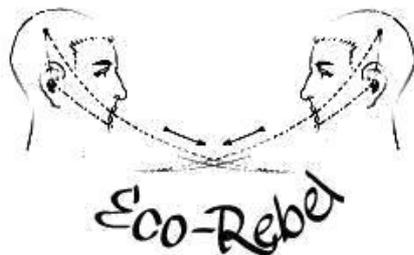
- BARRON, C.; BRUCE, N., ; NUNN, D. *‘Introduction’ a Knowledge and Discourse: Towards an Ecology of Language*. Harlow: Pearson Education, 2000, p. 1-12.
- CRYSTAL, D. *Linguistics*. Harmondworth: Penguin, 1990.
- DUPRÉ, J. *The Disorder of Things: Metaphysical Foundations of the Disunity of Science*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1995.
- GARNER, M. *The Swedish and Russian Speech Communities in Melbourne in the Context of Developing a Theory of the Ecology of Language*. Tese de doutorado, Universidade de Melbourne, 1986.
- _____. *Ethnic languages in two small communities: Swedish and Russian in Melbourne*. *International Journal of the Sociology of Language* 72, 1988, p. 37-50.
- _____. *Language: An Ecological View*. Oxford: Peter Lang, 2004.
- GIDDENS, A. *The Constitution of Society*. Cambridge: Polity Press, 1984.
- HAARMANN, H. *Language in Ethnicity: A View of Basic Ecological Relations*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1986.

ECO-REBEL

- HALLIDAY, M. *Language as Social Semiotic*. New York: Chapman and Hall, 1994.
- HAUGEN, E. The Ecology of Language. In: DIL, A. S. (ed) *The Ecology of Language: Essays by Einar Haugen*, Stanford: Stanford University Press, 1972.
- HAYWARD, T. *Ecological Thought: An Introduction*. Cambridge: Polity Press, 1995.
- KÖVECSES, Z. *Metaphor: A Practical Introduction*. New York: Oxford University Press, 2002.
- LADYMAN, J. *Understanding the Philosophy of Science* London: Routledge, 2002.
- MACKEY, W. The Ecology of Language Shift. In: *The Ecolinguistics Reader*, (edited by FILL, A. ;MÜHLHÄUSLER, P.). London: Continuum, 2001, p. 67-74.
- MÜHLHÄUSLER, P. *Linguistic Ecology. Linguistic Change and Language Imperialism in the Pacific Region*. London: Routledge, 1996.
- NELDE, P. *Ecological aspects of language contact or how to investigate linguistic minorities*. Journal of Multilingual and Multicultural Development 10/1, 1989, p. 73-86.
- ORTEGA Y GASSET, J. *Man and People*. New York: Norton, 1963.
- SAPIR, E. *Selected Writings of Edward Sapir*. (ed. D. Mandelbaum) Berkeley: University of California Press, 1949.
- SAUSSURE, F. *Course in General Linguistics* (trans. Wade Baskin) London: Peter Owen, 1916.
- WHORF, B. *Language, Thought and Reality: Selected Writings of Benjamin Lee Whorf* (edited by CARROLL, J.) Cambridge, Mass: Technology Press of MIT, 1956.
- WIJAYANTO, A. *An Ecolinguistic Perspective on the Languages Used by a Javanese in Banjarmasin-South Kalimantan (a case study)*. *Kajian Linguistik dan Sastra* 15/ 29, 2005, p. 80-92. *Kajian Linguistik dan Sastra*, Vol. 17, No. 33, 2005: 91 - 101.
- <http://pt.scribd.com/doc/27175229/Garner-Mark-2005-Language-Ecology-as-Linguistic-Theory> (20/04/2011).

Texto convidado.

ECOLINGÜÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), v. 1, n. 2, 2015.



A VISÃO DE RICHARD J. ALEXANDER SOBRE A ECOLINGUÍSTICA¹

Richard Alexander (Universidade de Viena, Áustria)

R e s u m o : Esse breve artigo aborda a importância de se pensar o vínculo entre a língua e o meio ambiente, uma vez que aquela desempenha um papel importante no que diz respeito a influenciar os falantes a perceberem ou a construir o mundo que os rodeia. Para estabelecer esse vínculo entre os estudos da língua e as questões ambientais, faz-se necessária uma abordagem interdisciplinar, preocupada também com destacar as ramificações políticas e sociais das interações, de forma a descobrir como os produtores dos discursos estão realmente se posicionando em relação ao meio ambiente.

P a l a v r a s - c h a v e : Língua; meio ambiente; discurso; abordagem interdisciplinar.

A b s t r a c t This brief paper discusses the importance of thinking about the relationship between language and environment, since the former plays an important role in influencing speakers to realize or to build the world around them. In order to establish this link between language studies and environmental issues, an interdisciplinary approach is necessary, together with a concern to highlight the political and social ramifications of the interactions, in order to discover how the producers of discourse are really positioning themselves in relation to environment.

K e y w o r d s : Language; Environment; Speech; Interdisciplinary approach.

A Ecolinguística tem sido, há muito tempo, utilizada como um conceito guarda-chuva para um campo de estudos que abrange dois focos principais. Depois de Bolinger (1980), alguns veem o nosso trabalho como algo que segue uma trajetória que parte “da ecologia da língua para a língua da ecologia e volta para a ecologia da língua”.

Meu trabalho e o de muitos colegas estão localizados na área da língua e da ecologia. O surgimento dos movimentos ‘verdes’, ou grupos de campanha ambiental, partidos políticos em alguns países e oposição às práticas comerciais e sociais ecologicamente prejudiciais, tem levado os negócios e os grupos economicamente poderosos a se posicionarem, primeiro, na defensiva, para depois iniciarem o contra-ataque. Como Greer e Kenny (1996) demonstram, a resposta por parte das grandes corporações comerciais

¹ Traduzido do inglês por Carla Janaína Figueiredo.

que foram responsáveis pela degradação ambiental foi a de adotar tanto uma linguagem superficial quanto às declarações de ambientalistas para, assim, engajarem-se na ‘lavagem cerebral verde’ (*greenwash*).

Portanto, as divulgações de desastres ecológicos e ambientais, tais como derramamento de óleo no mar ou ‘fome’ relacionada com os processos de desertificação na África, vêm e vão de forma cíclica, da mesma forma como os altos e baixos do mercado de valores. E claramente, no mundo da globalização corporativa, as prioridades anunciadas pelo último ignoram a relevância do primeiro (com exceção do fato de que os primeiros roubam a atenção de forma sensacionalista) na moldura globalmente midiaticizada, a qual constitui a janela no mundo que está fazendo a sua administração e que também ajuda a administrar esse mundo. Na combinação e cooperação com outras abordagens disciplinares – as ciências sociais, as ciências da vida, a biologia, a ecologia, e a economia – nós podemos começar a desatar o *nó* da distorção que está contribuindo para a crise ecológica. O uso da língua é crucial neste processo.

Considere, por exemplo, o termo ambíguo ‘meio ambiente’. Ele pode ser contrastado com ‘realidade física’. A vida humana como parte de uma biosfera mais ampla, mas como um simples elemento inerente a ela, o que pressupõe uma interação constante dos seres humanos com ela, da qual eles não se separam, e ela é, portanto, o seu meio ambiente (Lakoff, 1987, p. 215). Dessa forma, o ‘meio ambiente’ é definido como relativo ao modo como os seres humanos interagem com a ‘realidade física’. O primeiro é uma noção antropocêntrica enquanto o último é independente de todos os seres animados. ‘Realidade física’, ‘ecologia’, ‘biosfera’, ‘meio ambiente’: listamos tais termos para destacar a dificuldade de apreensão do local da existência humana no nível das palavras e dos conceitos individuais. Portanto, talvez não seja surpreendente compreender que a questão de relacionar a ‘mudança climática’ aos humanos seja, no mínimo, parcialmente uma questão discursiva ou linguística. Como os linguistas e estudiosos da língua, nós estamos convencidos de que ela desempenha um papel importante no que diz respeito a influenciar os falantes a perceberem ou a construírem o mundo de uma maneira específica.

Talvez seja pedir muito que as pessoas compreendam como as atividades a curto prazo em que elas e seus antepassados se envolveram (ou têm se envolvido) tenham contribuído para consequências a longo prazo e não intencionais com relação ao planeta como um todo. Como o adágio keynesiano afirma, de modo a confortar cada um individualmente,

‘no futuro, todos nós estaremos mortos’. Mas não, é claro, todos ao mesmo tempo, ele deveria ter acrescentado.

Nós precisamos ser cautelosos aqui. Demonstrar a conexão entre língua e discurso e a compreensão de questões ecológicas é uma área central para a pesquisa interdisciplinar. A necessidade de destacar as ramificações políticas e sociais é semelhantemente de grande importância. Tal abordagem não é nova para os linguistas e certamente não é para os linguistas aplicados.

Como muitos colegas argumentam, as percepções e as não percepções acerca das crises ecológicas ou de problemas ambientais, tais como mudança climática, destruição de florestas e ecossistemas das quais todas as espécies, incluindo os humanos, dependem, não são sensorialmente experimentadas aqui e agora. É o discurso permeado pelas muitas vozes dos cientistas que constitui a fonte de nosso conhecimento sobre tais questões. Elas, por sua vez, são filtradas e frequentemente distorcidas pelas apresentações da mídia acerca de tais acontecimentos. Desse modo, nós podemos ouvir bem a pergunta que é imposta: afinal de contas, onde é que o ‘mundo real’ realmente está em perigo?

O resultado surpreendente dessa ‘cascata’ de diferentes perspectivas e influências nas questões ecológicas significa que um foco significativo da análise orientada para a língua envolverá uma mudança para além do que pode ser compreendido como os limites estreitos do assunto. A meu ver, uma abordagem interdisciplinar é o único caminho pelo qual os estudos sobre a língua e as ações envolvendo a ecologia e as questões ambientais podem ter garantido o seu prosseguimento de forma frutífera no futuro. Entender a maneira como a língua e a investigação da ecologia (como ciência de fato e aplicações tecnológicas em geral) estão relacionadas requer uma abordagem interdisciplinar ou transdisciplinar (veja Halliday, 1990, neste contexto).

Além disso, dada a forma como o mundo está organizado, é evidente que a desigualdade subjacente ao acesso à informação sobre o mundo – ecologia ou meio ambiente, em nosso caso – está coberta por uma fachada que eventualmente representa o que transita pelo mundo como ‘natural’, como ‘não prejudicial’ ou mesmo como ‘inevitável’. É o desmantelamento dos aspectos linguísticos dessa fachada que eu vejo como o objetivo mais importante do meu trabalho, o qual eu situo dentro da análise do discurso crítica e, também, como uma das arenas principais de intervenção para os estudantes do discurso e da ecologia.

ECO-REBEL

O que as guerras envolvendo recursos ou fontes têm a ver com as nossas preocupações sobre o meio ambiente e a ecologia, por exemplo? Muito, eu diria. Enquanto os nossos representantes políticos e os interesses corporativos garantem que estão operando em favor dos direitos humanos e do seu bem-estar e, ao mesmo tempo, objetivamente, fazem piorar essa situação por razões de estado ou em nome da proteção dos empregos, da segurança nacional, do livre comércio, dos ‘valores do acionista’, da democracia ou quaisquer que sejam as justificativas dadas, como estudiosos da língua, nós estamos sendo chamados para mediar esse desencontro evidente entre o dizer e o significar.

Há um papel decisivo para a análise crítica da língua na esfera da língua e da ecologia. Meu trabalho (Alexander, 2009) objetiva destacar certos aspectos do discurso de forma a descobrir o que os produtores deste discurso estão realmente conseguindo. O seu foco está em como os falantes e os escritores posicionam tanto os seus ouvintes quanto os seus leitores, levando-os, assim, a entender ou a ver os ‘fatos’ ou os eventos que eles relacionam de uma maneira particular.

Um outro foco alega que o discurso da economia de mercado está colonizando e servindo para estreitar o discurso crítico e oposicionista no que diz respeito ao meio ambiente e à ecologia, e ainda fornece evidência empírica para esta alegação. Eu tenho investigado como os pensamentos e as ações sobre questões ecológicas e ambientais estão sendo linguisticamente canalizadas por meio de um modelo específico da economia de mercado. Este trabalho é parte de um projeto que enfatiza a relação dialética entre língua e ecologia. (Veja Alexander, 1993 e 1996; e Fill, 1993 e 1996). Eu argumento que o discurso ambiental e o pensamento ecológico são severamente limitados dentro da estrutura do pensamento e do discurso econômico. Nós estamos lidando aqui com um modelo específico de economia com uma base institucional fortemente estabelecida. As ricas e poderosas corporações comerciais, em particular, mas, também, os seus seguidores na política e na mídia, empregam um discurso para direcionar a tolerância no que diz respeito a uma degradação ambiental futura.

A estruturação da ecologia nessa perspectiva está avançando rapidamente dentro de nosso sistema econômico capitalista prevalecente. Além disso, este não é um desenvolvimento recente. Nos anos 70, O’Neill (1972, p. 20) nos chamou a atenção para o assunto que eu pretendo discutir: “a imaginação política está acorrentada pela organização corporativa da sociedade moderna”. É difícil para os governantes limitar a habilidade das corporações

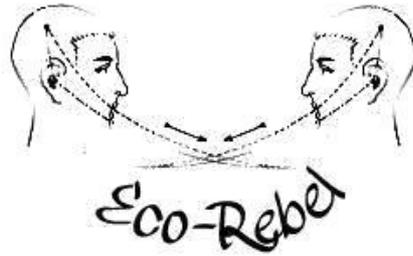
multinacionais com o intuito de “dar forma à *ecologia nacional* e à *economia psíquica dos indivíduos*” (grifos meus).

Tal fato significa um mau presságio para o futuro de nosso planeta. Estudiosos da língua na área de língua e ecologia, independentemente de se autodenominarem ‘ecolinguistas’ ou não, podem desempenhar um papel bastante significativo, especialmente se eles trabalham em universidades ou em outras instituições educacionais. Eles podem destacar o que está acontecendo quando as corporações, os políticos e os ativistas falam e escrevem e, assim, influenciar o que as pessoas pensam sobre questões ambientais e ecológicas.

Referências

- ALEXANDER, R. J. *Introduction to the Aims of the Symposium, Work So Far and Some Ecolinguistic Principles to Pursue*. In: ALEXANDER; BABG; DØØR (orgs.), 21-30, 1993.
- _____. *Introduction to the Symposium ‘Language and Ecology’: Past, Present and Future*. In: BABG; DØØR; ALEXANDER, R. J.; FILL, A.; VERHAGEN, F. (orgs.), p. 17-25, 1996.
- _____. *Framing discourse on the environment. A critical discourse approach*. Nova York e Londres: Routledge, 2009.
- _____; BANG, J. C.; DØØR, J. (orgs.). *Papers for the symposium “Ecolinguistics. Problems, theories and methods” AILA 1993*. Odense: Odense University, ISBN 87-89349-09-1, 1993.
- BANG, J. C.; DØØR, J.; ALEXANDER, R. J.; FILL, A.; VERHAGEN, F. (orgs.). *Language and Ecology: Eco-Linguistics. Problems, Theories and Methods. Essays for the AILA 1996 Symposium*. Odense: Odense University, 1996.
- BOLINGER, D. *Language. The Loaded Weapon*. Londres: Longman, 1980.
- FILL, A. *Ökologistik. Eine Einführung*. Tübingen: Günter Narr, 1993.
- _____. *Ökologie der Linguistik–Linguistik der Ökologie*. In: FILL, A. (org.), p. 3-16, 1996.
- _____. (org.). *Sprachökologie und Ökologistik*. Tübingen: Stauffenburg Verlag, 1996.
- GREER, J.; BRUNO, K. *Greenwash. The Reality behind Corporate Environmentalism*. Nova York e Penang: The Apex Press and Third World Network, 1996.
- HALLIDAY, M. A. K. *New ways of meaning. A challenge to applied linguistics*. *Journal of Applied Linguistics*, p. 6: 7-36, 1990.
- LAKOFF, G. *Women, Fire, and Dangerous Things. What Categories Reveal about the Mind*. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 1987.
- O’NEILL, J. *Sociology as Skin Trade. Essays towards a reflexive sociology*. Londres: Heinemann, 1972.

Texto convidado.



ECOLINGUÍSTICA: UM ENQUADRAMENTO CONCEITUAL¹

Jørgen Chr. Bang & Jørgen Døør (Universidade de Odense, Dinamarca)

R e s u m o : A linguística e a linguística aplicada têm tentado se apresentar como neutras, tentando imitar as ciências naturais. A linguagem e a linguística são avaliadas como parte da atividade social, constituídas por e constituindo a práxis social, como parte de um processo significativo que se baseia em valores. A práxis social é constituída por várias contradições nucleares, como *cultura-natureza*, *privado-público*, *cidade-campo*. A ecolinguística é a parte da linguística aplicada crítica que focaliza as maneiras pelas quais a linguagem e a linguística são envolvidas na crise ecológica. Ela é uma teoria crítica de linguagem e é tanto partidária quanto objetiva. Esse modelo dialético de linguagem inclui também uma matriz semântica, que explicita os diversos tipos de significado. Ele inclui ainda o modelo dialógico que, na verdade, não é 'duológico' como os modelos tradicionais, mas inclui um terceiro participante, vale dizer, ele compreende sujeito 1 (S₁), sujeito 2 (S₂) e sujeito 3 (S₃). Tudo deve ser encarado da perspectiva das dimensões bio-lógica, sócio-lógica e ideo-lógica. A referência compreende as dimensões lexical, anafórica e dêitica. A nossa teoria ecológica e dialética de linguagem e de linguística é uma crítica tanto da cultura que produz a crise ecológica quanto das suas teorias tradicionais de linguagem. O artigo termina com a análise de dois textos legais sobre a produção orgânica.

P a l a v r a s - c h a v e : Ecolinguística, contradições nucleares, matriz semântica, modelo dialógico, referência.

A b s t r a c t : Linguistics and applied linguistics have tried to show themselves as neutral, like natural sciences. Here, language and linguistics are evaluated as part of social activity constituting and being constituted by social praxis, inside a meaning process based on values. Social praxis is made up of various nuclear contradictions: culture-nature, private-public, city-country. Ecolinguistics is part of critical applied linguistics which focuses the ways language and linguistics are involved in the ecological crisis. It is a theory of language which is both partisan and objective. This dialectic model of language includes a semantic matrix, which explains the diverse types of meaning. It is a dialogic model which, as a matter of fact, is not 'duologic' as traditional models. It includes a third participant, i.e., S₁, S₂, S₃. All this from the bio-logic, socio-logic, and ideo-logic dimension. Reference comprises the lexical, anaphoric and deictic dimension. Our ecologic and dialectic theory of language is a critique to the culture which produces the ecologic crisis and to its traditional theories of language. The essay ends by analyzing two legal texts about organic production.

K e y w o r d s : Ecolinguistics, nuclear contradictions, semantic matrix, dialogic model, reference.

¹ Traduzido do inglês por Dilys Karen Rees.

Introdução: A Linguística Aplicada & a Ecolinguística

A Linguística Aplicada e muitos linguistas estão envolvidos em um jogo de linguagem em que a linguagem e a linguística são apresentadas como fenômenos neutros. Há muitas razões para esse erro e essa falsa ideologia; uma é o desejo de imitar o sucesso das ciências naturais.

A linguística tradicional pressupõe que:

- (i) se a linguística quer ser aceita como uma ciência genuína, é preciso que ela imite as ciências naturais ou formais,
- (ii) as ciências naturais e formais são objetivas e neutras e
- (iii) somente as ciências naturais e as formais têm métodos que garantem tanto a objetividade quanto a neutralidade.

Nós, no entanto, participamos de outro jogo de linguagem em que a linguagem e a linguística não são consideradas ou tratadas como neutras. A linguagem e a linguística são avaliadas como parte da atividade social, constituídas por e constituindo a práxis social e, assim, fazem parte de um processo significativo que se baseia em valores.

Consequentemente, a linguística aplicada é um estudo engajado dos vários jogos de linguagem com a intenção de estabilizar e mudar (i) os modos de usarmos a linguagem e (ii) nossos pontos de vista sobre a nossa maneira de usarmos a linguagem.

A linguística e a linguística aplicada são atividades sociais que confirmam ou criticam a práxis social. A linguística aplicada é uma intervenção na práxis social, isto é, uma intervenção em uma problemática significativa e constituída de valores. Desse modo, qualquer mudança no nosso uso da linguagem é ao mesmo tempo uma mudança na práxis social.

A práxis social é constituída por várias contradições nucleares que tanto limitam/constrangem/restringem quanto condicionam cada atividade social incluindo o uso da linguagem e a linguística. Qualquer fenômeno na nossa práxis social é dialeticamente determinado por uma conjuntura de todas as contradições nucleares, embora uma seja dominante.

Uma das contradições nucleares é *cultura-natureza* e no nosso tempo faz parte de uma crise ecológica. A crise ecológica codetermina o lugar e a função da linguagem e da linguística. Consequentemente, a linguística aplicada não pode deixar de ser envolvida na crise.

Pelo fato de que a linguística aplicada é um estudo do uso real e do uso possível da linguagem, seu objeto compreende a determinação dialética tanto da linguagem quanto da linguística ('pura' e aplicada).

1. Alguns Modelos para a Ecolinguística

A ecolinguística é a parte da linguística aplicada crítica que focaliza as maneiras pelas quais a linguagem e a linguística são envolvidas na crise ecológica. A ecolinguística é uma teoria crítica de linguagem/linguística e é tanto partidária quanto objetiva.

- 1 A linguagem e a ecolinguística são partes de uma cultura, de uma formação social e uma práxis. Dessa maneira, a linguagem e a linguística são constituídas pelas *contradições nucleares* da nossa práxis social.

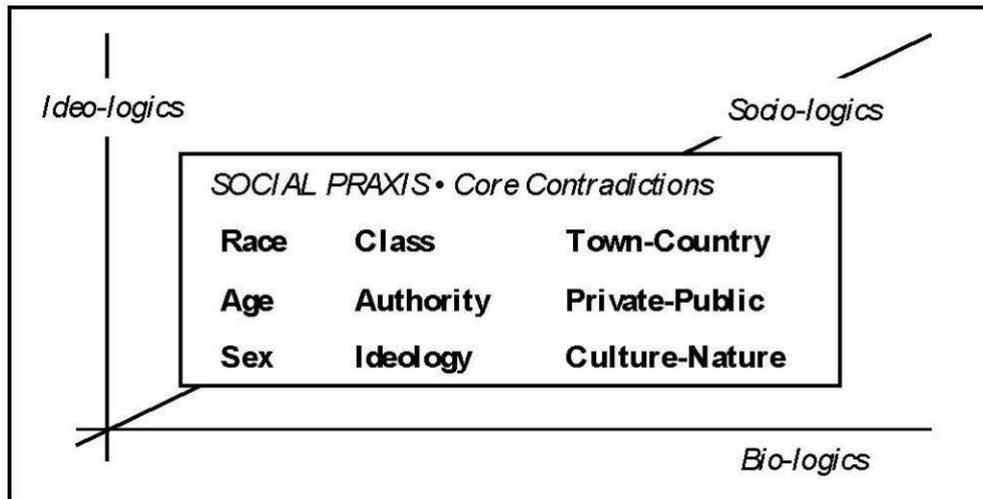


Figura 1. Contradições Nucleares da Práxis Social

A Figura 1 é um dos nossos modelos que determina e define o cenário de e para a teoria crítica da linguagem/linguística.

2. Nosso segundo modelo de e para uma teoria dialética e ecológica da linguagem/linguística é uma explicação de uma *matriz semântica*.

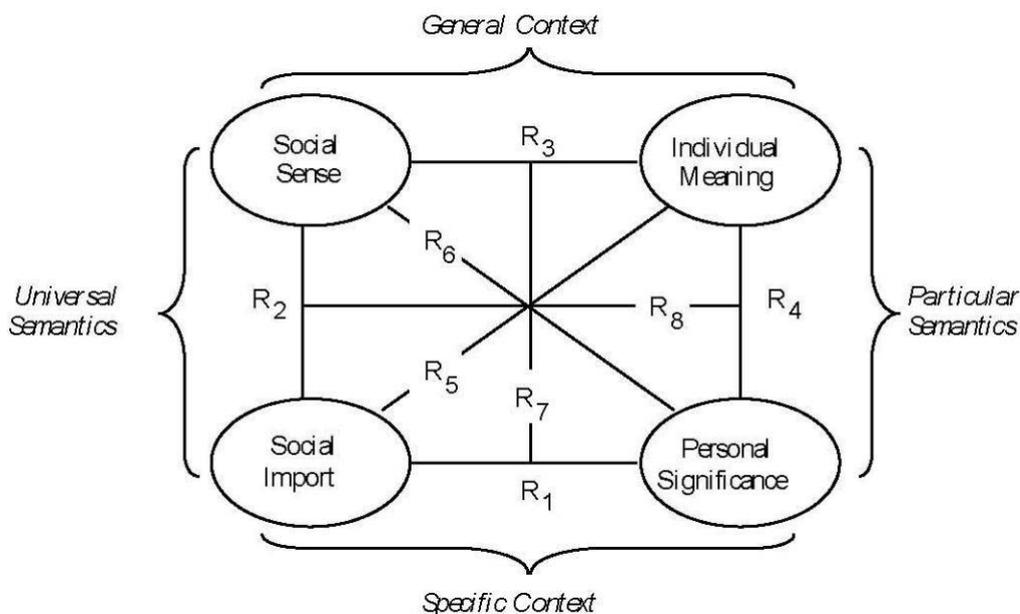


Figura 2 – Matriz Semântica

A matriz consiste de quatro constituintes semânticos que constringem e condicionam o uso da linguagem:

1. Chamamos o primeiro constituinte do *sentido social* (*social sense*) do texto. É uma dimensão diacrônica da semântica de um texto como é encontrada normalmente em dicionários comuns. O sentido social de palavras dinamarquesas pode ser encontrado em *Ordbog over det danske Sprog* (*Dicionário da Língua Dinamarquesa*), vol. 1-28, Copenhague 1918-56, e em *Nudansk Ordbog* (*Dicionário de Dinamarquês Moderno*), vol. 1-2, 14, ed. Copenhague 1990.

Os dois dicionários contêm a semântica tradicional e o padrão das palavras dinamarquesas. Eles registram os usos das palavras numa seleção de materiais escritos, identificam os modos pelos quais a palavra é tradicionalmente usada e, ao mesmo tempo, estabelecem um significado padrão: o *significado social* (*social import*). A relativa invariância do significado social é um efeito da, como também causa, relativa estabilidade da práxis social.

Os dicionários apresentam o cânone cultural, que é transmitido socialmente e transformado na educação primária, secundária e superior.

São objetivos no sentido de que descrevem alguns aspectos do uso normal das palavras e são partidários no sentido de que são seletivos e funcionam como normas para o sistema educacional e para outros aparelhos do estado.

2. O segundo constituinte da nossa matriz semântica é o *significado individual* (*individual meaning*) do texto. Tanto o sentido social quanto o significado individual são constituintes da dimensão diacrônica do texto. Para o usuário individual da língua, os significados individuais são a maneira comum e normal pela qual ele produz e compreende o texto. O significado individual difere do sentido social e estabelece o indivíduo como uma pessoa e não uma máquina/um computador.

O meu uso normal e padrão das palavras *liberdade*, *matéria* e *mente* difere do sentido social delas, mesmo assim ainda há similaridades suficientes com o sentido social para que eu seja compreendido quando participo de diálogos.

O significado individual de uma palavra/um texto é (i) a maneira normal pela qual uso a palavra/o texto e (ii) a interpretação que habitualmente lhe dou ao compreender o uso que outra pessoa faz da palavra/do texto.

O significado individual é (i) relativamente invariável por um período longo na minha história pessoal e (ii) relativamente invariável em situações diferentes em tempos e lugares diferentes. O sistema dos meus significados individuais está, portanto, em uma relação dialética com meu *topos*.

De certa forma, o meu significado individual de algumas palavras-chave, de alguns textos-chave determina a minha personalidade e codetermina a minha identidade social. Assim, embora o significado individual difira do sentido social e me torne um indivíduo, isto é, um *principium individuationis*, sou classificado como fazendo parte de um tipo de indivíduo que normalmente utiliza o texto de uma certa maneira, que difere do sentido social. Talvez eu seja classificado como um ecologista, um marxista ou um pacifista.

3. O terceiro constituinte da nossa matriz semântica considera o *sentido social* (*social import*). Esse constituinte se apresenta como o aspecto sincrônico condicionado pela identificação e aceitação dos participantes do contexto comunicativo do diálogo. O contexto pode ser um tribunal ou um congresso da AILA.

O contexto do tribunal define a interpretação semântica do texto. Como eu mesmo sou juiz da paz, tenho consciência da semântica específica de certas palavras que, de alguma forma, é gerada pelo contexto em especial. Meu uso da palavra *saber* é diferente no tribunal do meu uso na minha vida familiar ou na minha vida profissional. Alguma indicação do uso correto, dos significados sociais, dos termos-chave pode ser encontrada em textos legais.

Naturalmente, não há uma separação exata entre os aspectos sincrônico e diacrônico do contexto de significação, os significados sociais. O texto legal e casos legais registrados são exemplos claros do aspecto diacrônico dos significados sociais, mas o fato importante a considerar é que a dimensão sincrônica domina os significados sociais. Isso ocorre porque a dimensão sincrônica é a conjuntura dos significados sociais e da significância pessoal que é o uso real do texto, enquanto que o sentido social e o significado individual é o pano de fundo.

Temos dicionários que determinam os significados sociais de certos termos. No contexto do congresso da AILA temos dicionários que guiam os significados sociais de termos-chave, isto é, *A Dictionary of Linguistics and Phonetics* (Oxford 1985) de D. Crystal, *Dictionnaire encyclopédique des sciences du langage* (Paris 1972) de O. Ducrot e T. Todorov e *Perspektiven der Linguistik Bd I-II* (Stuttgart 1973) de W. A. Koch.

As definições dos significados sociais se tornam definições de sentido social. Um exemplo é a palavra *organic* (orgânico) em *The Penguin Pocket English Dictionary* (4th Ed. 1990:589f.) definida como: “[...] de ou sendo comida produzido utilizando fertilizante somente de origem vegetal ou animal sem a adição de fertilizantes químicos, pesticidas etc.

4. A *significação pessoal* (*personal significance*) é o quarto aspecto da nossa matriz semântica. É a contribuição única e pessoal ao uso e desenvolvimento da língua e, por conseguinte, é definida e limitada à situação real em que o diálogo ocorre. Ela engloba todos os aspectos que Chomsky tentou eliminar. Dito de forma simples, o objeto de pesquisa de Chomsky não é a língua porque a língua pressupõe tanto similaridades quanto diferenças pessoais. Há uma razão para a comunicação linguística, pois não somos gêmeos idênticos. Em segundo lugar, a língua muda e podemos usá-la criativamente porque somos diferentes e algumas diferenças são condicionadas pelo nosso ambiente.

3. O terceiro modelo é um *Modelo de Diálogo*. Ele ilustra o fato de que a situação prototípica para o uso, a compreensão e o estudo da linguagem é o diálogo. Consequentemente, a nossa teoria difere de modelos *duológicos* como o do *Cours de linguistique générale* e de Chomsky. O modelo tradicional do *Cours* mostra duas cabeças idênticas entre as quais algo é transmitido do cérebro e da boca para o ouvido e o cérebro. Não há nenhum corpo e nenhum ser e as duas cabeças são idênticas.

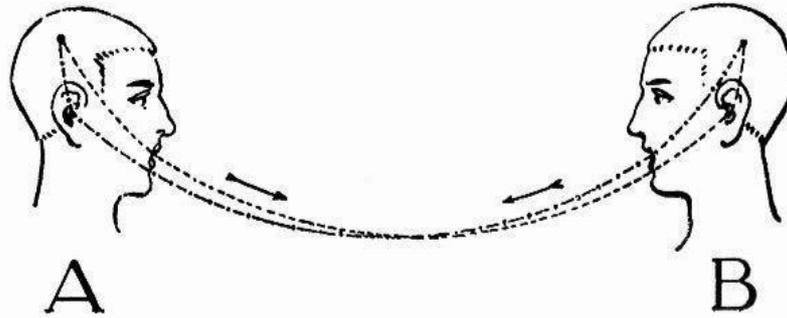


Figura 3: Circuito da fala de Saussure

Esse modelo dualístico é, até onde sabemos, incompatível com a teoria crítica ecológica.

Chomsky descreve bem o seu modelo:

A teoria linguística se preocupa, em primeiro lugar, com o falante-ouvinte ideal, numa comunidade de fala inteiramente homogênea, que conhece perfeitamente a sua língua e não é afetado por certas condições gramaticalmente irrelevantes como limitações de memória, distrações, mudanças de atenção e interesse, e erros (aleatórios ou característicos) ao aplicar seu conhecimento da língua em um desempenho real (Chomsky, 1965:3).

Há uma característica essencial compartilhada pelo *Cours* e por Chomsky. Na verdade os seus modelos não são duológicos, mas modelos *monológicos*. Isso ocorre porque o falante e o ouvinte não são duas pessoas *diferentes*.

O fato de que o *Cours* e Chomsky produziram modelos e, portanto, abstrações não é um problema. O erro deles é que as suas idealizações reduzem (i) o objeto da pesquisa a algo que não é língua e reduzem (ii) o ambiente em que a comunicação linguística ocorre a um ambiente morto, privado das condições para a significação.

A comunicação linguística pressupõe (i) diferenças que fazem a diferença entre os participantes e (ii) um ambiente vivo e heterogêneo.

Nós criamos um modelo prototípico que tem a intenção de ser sensível à comunicação linguística em situações naturais.

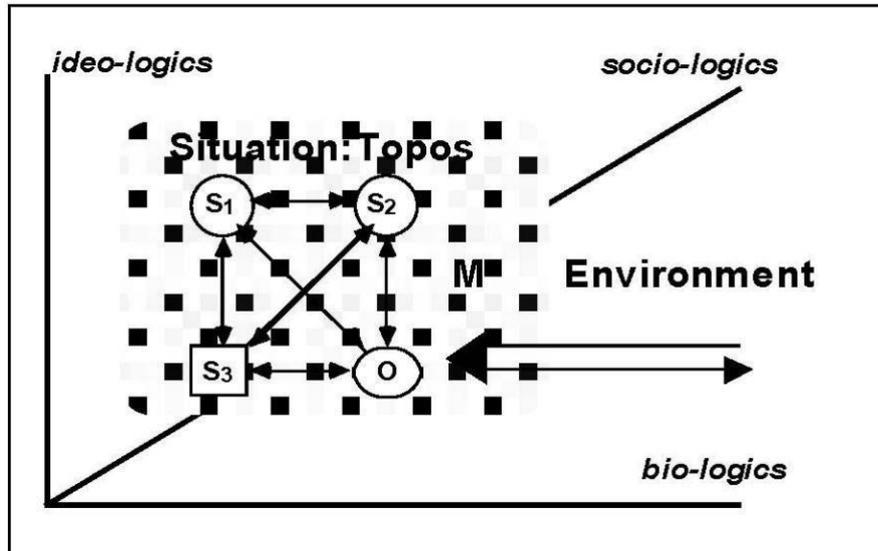


Figura 4: Modelo Dialógico

Simbolizações:

S: Sujeito/Sujeitos

M: Meio/Meios

O: Objeto/Objetos

↔: Relação Dialética = $\left\langle \right\rangle$

Topos: Espaço, Tempo-Lugar

Primeiro, o nosso modelo difere do *Cours* e de Chomsky porque modela um *diálogo*, isto é, uma comunicação linguística entre *três* pessoas. Na situação prototípica, as três pessoas constituem uma comunidade de fala heterogênea.

O fato de que aprendemos a nossa língua materna na família ilustra claramente que a comunidade de fala é heterogênea e que essa heterogeneidade é explicada por contradições nucleares. Os participantes de um diálogo familiar são diferentes, por exemplo, das seguintes maneiras: (i) contradição de gênero: mãe, pai e filha; (ii) idade: adulto e criança; (iii) classe: o pai faz parte da classe objeto (pedreiro), a mãe faz parte da classe média (assistente de escritório) e a criança é membro da classe residual¹.

Se aplicarmos o modelo à aprendizagem de língua no sistema educacional, um participante é o professor, outro é o aluno e o terceiro é o censor que pode estar presente ou ausente e nos dois casos controla o que é aceitável. O papel do censor ilustra a contradição de autoridade.

Em segundo lugar, entende-se o *meio* como um termo guarda-chuva. O meio pode indicar a língua específica usada. Uma sessão da AILA sobre a ecolinguística poderia usar inglês como um meio mesmo que nenhum participante tenha essa língua como sua L1. O meio pode ser uma máquina de fax ou uma televisão.

Em terceiro lugar, o objeto pode ser qualquer coisa, de um texto a uma ideia abstrata, de uma pessoa individual à Comunidade Econômica Europeia. Pressupomos, no entanto, que o *O* que as três pessoas realmente compartilham não é idêntico com *O*. Nas condições mais favoráveis, ele representa uma parte genuína de *O*:

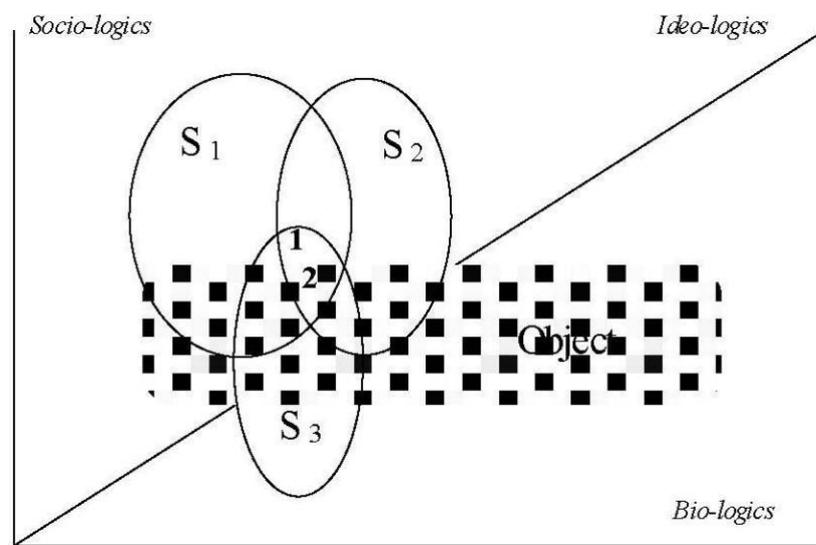


Figura 5. O: O Objeto do Diálogo

A concepção compartilhada de *O* (vamos assumir que *O* é um texto) poderia ser:

- a) Parte 1 + Parte 2, uma concepção adequada, isto é, uma interpretação larga demais do texto,
- b) Parte 1, uma concepção inadequada, isto é, uma interpretação errônea do texto, ou
- c) Parte 2, uma concepção adequada no sentido de que abrange uma parte genuína de *O*, isto é, é uma interpretação razoável do texto.

Em quarto lugar, a relação entre a situação e o ambiente é uma relação dialética. O ambiente deve ser interpretado aqui como um ambiente ideo-lógico, sócio-lógico e bio-lógico.

4 A nossa teoria dialética de linguagem é um tipo de *contextualismo*, isto é, questões sintáticas e semânticas são integrados ao contexto e à situação, e a situação é conceituada como um diálogo numa comunidade de fala heterogênea. Assim, o fenômeno da *dêixis* ocupa um papel essencial e vital na nossa teoria de linguagem. A linguagem e a linguística não podem ser compreendidas a não ser que sejam consideradas na sua relação dialética com o ambiente. Uma definição tradicional de *dêixis* é:

Dêixis (dêítico): Um termo usado na teoria LINGUÍSTICA para incluir os traços da LINGUAGEM que se referem diretamente às características pessoal, temporal ou de localidade da SITUAÇÃO, na qual uma ENUNCIACÃO ocorre, cujo SIGNIFICADO é relativo àquela situação; por exemplo, *agora/depois, aqui/ali, isto/aquilo* são dêiticos (palavras dêiticas ou EXOFÓRICAS). [...] (Crystal, 1985, p. 89)

A nossa matriz semântica, no entanto, diz que não são somente os termos dêiticos que ‘se referem às’ características históricas da situação. Cada palavra e cada texto recebe parte do seu significado e da sua força semântica da situação (cf. Hurford; Heasley, 1983: 63; 1983:63). Não há nenhum significado livre do contexto ou da situação. A linguística e as teorias de linguagem que se fundamentam nessa liberdade são, na verdade, teorias *atópicas*, isto é, são, tanto histórica quanto logicamente, maneiras impossíveis de compreender a linguagem. Cada compreensão é determinada situacional e historicamente.

É um pressuposto e um preconceito tradicional que a teoria genuína formula a relação entre elementos livres do contexto em termos de uma lei abstrata. As leis utilizam de constantes lógicas e a relação lógica entre os elementos a-históricos é também considerada a-histórica e livre do contexto.

Do nosso ponto de vista, os elementos e as relações são determinados pelo contexto e pela situação. Dessa forma, *indicadores dêiticos* são aqueles aspectos do texto que se referem situacionalmente e/ou contextualmente às pessoas, aos objetos, ao tempo, ao lugar e suas ligações lógicas. Termos como *ou-ou, se-então, ambos-e, todos/alguns, um/muitos, porque* e *portanto* são, assim, dêiticos lógicos, determinados pela matriz semântica, pelo universo do discurso e pela situação.

As línguas são compreendidas, usadas, aprendidas e desenvolvidas em situações. A língua faz parte da nossa existência e a natureza da nossa existência consiste em não termos acesso a “um ponto de vista de lugar nenhum”. Dessa maneira, não há nenhuma parte ou

nenhum subconjunto da língua que tenha um significado ou uso livre do contexto. Mas as palavras são mais ou menos dependentes do contexto e da situação. Mesmo que cada palavra, morfema, frase etc. seja determinada pela apresentação gramatical, semântica e situacional, há morfemas, palavras e frases que são consideradas como dêixis explícita. São, por assim dizer, lexicalizadas mostrando a referência dêitica.

Na Figura 6, definimos a dimensão dêitica de referência como uma das três dimensões envolvidas no uso de cada palavra, frase, texto etc. Cada fenômeno linguístico determina e é determinado como parte da língua (a dimensão *lexical*), parte do texto (a dimensão *anafórica*) e parte do contexto e situação (a dimensão *dêitica*).

Dimension of reference	Dominating reference	Reference to
Lexical	Inter-textual	COtext social & individual } lexicon & grammar
Anaphoric	Intra-textual	INtext cataphoric (forward) anaphoric (backward) symphoric (simultaneous)
Deictic	Extra-textual	CONtext C-prod } Persons C-comm } Time C-cons } Place C-derived } Logics

Figura 6 – Modelo Triplo de Referência

O *sentido social* e o *significado individual* são menos sensíveis às características específicas da situação, isto é, a dimensão dêitica, do que o *sentido social* e a *significação pessoal*. É impossível apreender a força semântica do texto a não ser que se compreenda a realização social e a significação pessoal do texto.

Consideremos um exemplo:²

1. Não podemos agora porque eu preciso ganhar o meu sustento.

Para fazer uma análise dêitica de *eu*, sugerimos as seguintes três perguntas:

²Na verdade, Bang & Døør retiraram este exemplo da sua análise de um recorte do romance *Puffball* da autora Fay Weldon. Essa análise foi apresentada no Congresso Mundial da AILA de 1993, em Thessaloniki, Grécia, onde Bang & Døør participaram do simpósio *Língua e Gênero*. O artigo que analisa o romance de Weldon se intitula, *Deixis, Gender & Core Constructions*.

1. Que pessoas participam do diálogo (Quem é o *eu*, quem é o *tu* implícito etc)?
2. Qual o *topos* (tempo-lugar) indicado *agora*?
3. Qual a *lógica* ou conjunção de lógicas indicada pela conjunção *porque*?

De um ponto de vista dialético as perguntas são *conditio sine qua non* para a compreensão do texto.

A diferença essencial entre a nossa forma de análise de dêixis e uma análise tradicional é:

- (i) Incluímos os termos lógicos no grupo de traços dêiticos;
- (ii) A nossa teoria semântica não é fundamentada numa teoria proposicional já que não supomos que haja ou deva haver uma matriz permanente e a-histórica ou um quadro normativo ao qual possamos recorrer a fim de determinar a natureza da dimensão semântica do texto, e
- (iii) Os termos lógicos são constituídos e constituem a práxis em que significam algo, isto é, a semântica de *porque* no nosso exemplo é determinada, necessariamente, como parte da lógica capital.

Achamos que John Lyons (1977) está correto: “Pensando bem, constata-se que quase todas as orações são indiciais”.³

3. A Categoria Sujeito

O eminente linguista M. A. K. Halliday faz uma distinção útil entre três interpretações diferentes relativas à noção de sujeito. Ele ilustra essa questão em relação à análise de uma oração:

2. The Duke gave my aunt this teapot.⁴

Halliday trabalha com três tipos diferentes de sujeito:

- (i) Sujeito psicológico = Tema
- (ii) Sujeito gramatical = Sujeito e
- (iii) Sujeito lógico = Ator.

Eles são respectivamente:

- (i) Aquilo que é o objetivo da mensagem
- (ii) Aquilo de que algo é predicado [...]
- (iii) O agente da ação (Halliday, 1985, p. 33)

³ Dêixis = indexical = shifter = signature (N da T)

⁴ Em uma tradução literal, a versão da frase é, “O Duque deu minha tia esta chaleira” (N da T)

No número 2, “é razoável afirmar que *the Duke* é, de fato, o Sujeito nos três sentidos”.

No número 3 os três tipos são separados:

3. This teapot my aunt was given by the Duke.⁵

Nesse exemplo, *this teapot* é descrito como o tema ou o sujeito psicológico; *my aunt* é o sujeito (gramatical); *the Duke* o Sujeito lógico ou Ator.

Halliday define “como uma aproximação útil” os três termos em relação “aos três tipos principais de significado que são materializados na estrutura da oração”:

- (i) O tema é a função na ORAÇÃO DE MENSAGEM. É o objetivo da mensagem: o ponto de partida para o que o falante dirá;
- (ii) O sujeito é a função na ORAÇÃO COMO TROCA. É o elemento que é responsável: no qual se investe o sucesso da oração seja qual for a sua função de fala;
- (iii) O Ator é a função na ORAÇÃO COMO REPRESENTAÇÃO (de um processo). É o participante ativo no processo: aquele que faz a ação (Halliday, 1985: 36f.)

A análise da dêixis, no entanto, implica um quarto tipo de sujeito e ator. A palavra *my* se refere a alguém que enuncia a oração. Do mesmo modo, a palavra *this* indica que a oração é enunciada para alguém que está na situação onde a chaleira (*teapot*) está presente. A palavra *the* (em *the Duke*) indica que a oração é dita para alguém que tem o duque do contexto relevante em mente.

No entanto, não podemos saber a partir do texto de Halliday ou do exemplo a quem *my* se refere ou quem é o destinatário. O quarto tipo de sujeito ou ator, o sujeito dêitico, implica um quinto tipo de sujeito, a saber, o falante/escritor na situação real, isto é, M. A. K. Halliday. Não sabemos se a tia é realmente a tia de Halliday ou se ela é a tia de outra pessoa, ou seja, de uma pessoa fictícia ou de alguém real no universo discursivo estabelecido por Halliday.

Para explicarmos os diferentes níveis do sujeito, fazemos a distinção entre três níveis de sujeito, a saber, o sujeito *pragmático*, o sujeito *semântico* e o sujeito *sintático*. A nossa análise da oração tem a seguinte forma:

⁵ Em uma tradução literal, a versão da frase é, “Esta chaleira minha tia foi dada pelo duque” (N da T).

ECO-REBEL

in the situation of communication	M.I.K.Halliday writes,	Pragmatic	} logical subject	{ Halliday X The duke
in the universe of discourse (context)	X says/said/writes/wrote,	Semantic		
in the text	<i>The duke gave my aunt this teapot</i>	Syntactic		

Ao usar um modelo dialógico, torna-se evidente que *my* indica o falante ou o ator no ato de fala. Não sabemos, porém, se isso se refere ao Eu da situação real da comunicação, isto é, o S₁ da situação. A oração é apresentada sem indicações explícitas sobre a relação entre falante/escritor/ator na nossa comunicação (Halliday) e o falante/escritor/ator no universo discursivo. A pessoa X, que é o responsável pela parte do significado situacional da oração, pode ser uma pessoa ficcional ou uma pessoa real. A configuração sintática funciona como uma mensagem e uma troca, mas não recebemos informação suficiente ou indicações para identificar a realização social (*social import*) e a significação pessoal (*personal significance*). Todavia, na situação em que Halliday e nós estamos comunicando, temos conhecimento sobre uma convenção de realização social (*social import*) ou hábito que diz que o gramático tradicional é livre para construir os exemplos. Achamos que é um hábito ruim, pois faz com que os gramáticos, os estudiosos e os alunos fiquem cegos ou inconscientes acerca da importância de significados situacionais e funções, ou seja, a língua no seu ambiente original e natural.

Das regras tradicionais de realização social (*social import*) (cf. gênero), estamos certos de que o falante X da oração 2 não é idêntico ao falante da nossa situação, ou seja, Halliday, e que ninguém pode ser responsabilizado pelo enunciado. Do nosso ponto de vista, na oração faltam as condições fundamentais e vitais para que ela seja significativa ou informativa.

2 Há, pelo menos, três sujeitos/atores/pessoas lógicos: (i) *the duke*, (ii) a pessoa que disse *my* e (iii) o escritor presente, isto é, Halliday.

Halliday e a tradição parecem não compreender a importância daquilo que chamamos de *sujeito discursivo*. Como mostramos, a palavra dêitica *my* em 2 talvez se refira a uma pessoa em um universo discursivo que não esteja disponível aos leitores na situação de comunicação atual, ou seja, a nós e a vocês. Achamos que é importante aumentar a

conscientização acerca da coordenação dos sujeitos/atores sintático, semântico e pragmático.

Assinalamos que se um modelo dialógico é usado como o modelo de e para análises linguísticas, a identificação dos termos essenciais e vitais do texto se torna mais fácil. Se os nossos métodos e modelos dialéticos forem seguidos, as funções das várias partes do texto se tornam mais claras. Uma identificação do sujeito-conjunção da oração fica mais direta, se os traços dêiticos são procurados: por exemplo, o termo *this* recebe sua força sintático-semântica na relação com *teapot* e com os participantes do diálogo, isto é, com os atores, sujeitos e temas semânticos e sintáticos.

4 Uma Análise de Dois Textos Legais sobre a Produção Orgânica

Nesta parte apresentaremos somente algumas observações da nossa análise dêitica de dois textos legais:

ATO SOBRE A PRODUÇÃO DE FAZENDAS ORGÂNICAS (Ato no. 363 do dia 10 de junho de 1987), do Parlamento Dinamarquês, *Folketinget*,
REGULAMENTAÇÃO DO CONSELHO (CEE) No. 2092/91 do dia 24 de junho de 1991 sobre a produção orgânica de produtos agrícolas e indicações a respeito de produtos e alimentos agrícolas.

Esses exemplos textuais são partes constitutivas da situação e contexto ecológicos em que estamos inseridos; não são exemplos livres de contexto ou de situação.

2 A conscientização internacional, nacional e local do crescimento dos problemas ecológicos já chegou ao nível legal. Um exemplo dessa tendência é o *Ato no. 363 do dia 10 de junho de 1987*, da Dinamarca.

O Ato determina um aspecto de dêixis lógica na afirmação a seguir:

(§1.1) The aim of this Act shall be to promote organic farm production.⁶

A dêixis lógica engloba não somente os termos lógicos (*todos, nenhum, alguns, um, muitos, se-então, ambos-e, ou-ou, porque*), mas também modalidade: *The aim shall be [...]*.

⁶O objetivo deste Ato é promover a produção agrícola orgânica.

ECO-REBEL

O Ato articula uma lógica dêitica, contudo, não menciona o fato de que essa lógica está incluída tanto na lógica capitalista quanto na lógica burocrática, ao mesmo tempo que as contradiz. O Ato afirma:

(§1.2) O objetivo da produção agrícola orgânica é estabelecer sistemas estáveis e harmônicos, em que os métodos de produção são organizados com o objetivo de facilitar a integração das produções individuais no ciclo natural biológico nos campos e nos estábulos.

O objetivo contradiz a lógica capitalista. Tanto Dinamarca quanto a CEE são formações capitalistas. O objetivo da lógica capitalista é produzir valor/lucro supérfluo e estender o poder do capital sem considerar o ‘ciclo natural biológico’, a não ser que seja mais lucrativo e de acordo com o interesse do capital.

A contradição entre a lógica do Ato, a lógica capitalista e a lógica burocrática é explicada adicionalmente em um dos anexos, a Regulamentação do Conselho da CEE no. 2092/91 do dia 24 de junho de 1991:

+	-
Exigir dos clientes Um novo mercado Uso menos intensivo da terra Proteção do meio ambiente Conservação do campo Produzido organicamente Condições para competição justa Assegurar conformidade Sujeito a inspeções Um sistema de inspeção regular	Uso de químicos sintéticos Efeitos prejudiciais no meio ambiente

A linguagem do Ato abrange, por um lado, as contradições entre os objetivos da produção natural, biológica (e modos de vida) e, por outro lado, os interesses do capital e das indústrias transnacionais.

O Ato define a distinção entre dois tipos de produção que são indicados pelos seguintes predicados:

o natural, o biológico, o orgânico, o ecológico; e

ECO-REBEL

o industrial.

O Ato afirma que o seu objetivo é a promoção do primeiro tipo de produção.

+	-
Orgânico Estável Harmônico Integrativo Natural Biológico	Produzido industrialmente

2 Quem é o sujeito e o ator da seguinte frase e como deve ser determinada a semântica desse sujeito?

4 The aim of this Act shall be to promote organic farm production.

A primeira pergunta, *quem é o sujeito?*, deve ser interpretada como uma pergunta complexa: *quem ou o que é o sujeito/ator/pessoa/tema sintático/semântico/pragmático?* Não desenvolveremos uma análise sintática; em vez disso explicaremos os princípios semânticos que precisam reger uma análise que seja do interesse da ecolinguística, isto é, a fim de indicar uma resposta para a segunda parte da nossa pergunta: *como a semântica do sujeito deve ser determinada?*

Os três tipos de *sujeito* recebem a sua força semântica⁷ por ele ser incorporado na práxis social.

Nossas condições para entender o tema, o sujeito e o ator do texto são as contradições nucleares da práxis social. Tanto o ator quanto o tema são determinados pela conjunção das contradições nucleares: o sujeito que realmente vai “promover a produção agrícola orgânica” (*to promote organic farming*) está situado:

- (i) nas contradições específicas de classe,

⁷ Usamos o termo *força semântica* porque consideramos os fenômenos semânticos como sendo tanto orientados dinamicamente quanto servindo para orientar. Em contradição, o termo *valor semântico* indica um ponto de vista de produto estático.

- (ii) nas contradições de autoridade, isto é, as relações *Macht und Herrschaft*⁸ na Dinamarca, na CEE, e entre Dinamarca e a CEE,
- (iii) nas contradições natureza-cultura, e
- (iv) nas contradições cidade-campo.

Se não determinarmos o sujeito em relação às contradições nucleares, não será possível fornecer uma descrição sintática ou semântica adequada da frase e do texto como um todo. Se seguir o processo indicado aqui, então se torna claro e evidente que o *Ato* não determina o critério para o sucesso do objetivo.

O objetivo é que a produção agrícola orgânica será

- (i) o único meio de produção,
- (ii) o meio dominante de produção, ou
- (iii) uma espécie de nicho exótico de produção?

Se essas determinações são vagas ou abertas, então a definição da lógica dêitica é indeterminada.

A análise dêitica esclarece que o *Ato* é uma intervenção política nas contradições crescentes entre a produção ecológica e a produção capitalista industrial.

Do ponto de vista linguístico, o que é importante é estar consciente do fato de que se a dêixis não está limitada ao “uso de demonstrativos, pronomes pessoas da primeira e segunda pessoa, tempo verbal, advérbios de tempo e lugar como AGORA e AQUI”, ela inclui também a dêixis lógica, ou seja, termos lógicos e modalidade, então a noção de *contradição* é necessária para a compreensão, a interpretação e o uso da linguagem.

3 Qual é a teia semântica em volta das pessoas/dos atores ecológicos? O *Ato* dinamarquês define as pessoas que produzem organicamente, por meio dos termos *os que solicitam subvenções* (*the applicants for grants* §5.1) e *os beneficiários* (*the recipients* §6):

Os que solicitam subvenções [...] ao fazerem o requerimento, devem produzir evidências de que as condições para a subvenção foram cumpridas.⁹

Desse modo, o produtor é reduzido, de uma pessoa que produz, a um usuário das subvenções governamentais. Ademais, o produtor é sujeitado a ou incluído em um

⁸ Isto é, as relações de poder e controle.

⁹ Applicants for grants [...] shall upon request produce evidence that the conditions for the grant have been fulfilled (§5.1).

sistema de inspeção que é uma parte autorizada de controle do aparelho do Estado (o Ministério da Agricultura):

O Ministério da Agricultura, ou qualquer pessoa autorizada pelo Ministro, pode, a qualquer hora, sem uma ordem judicial e com provas de identidade, ter acesso às fazendas etc. [...] para inspecionar as fazendas etc. como também as contas e os livros etc. (§7.1)¹⁰

O Ato define o Ministério, o Conselho e os inspetores autorizados como os atores no processo do cumprimento do objetivo: “promover a produção agrícola orgânica”.

4 Conclusão e Convites

O esboço de uma teoria ecológica de linguagem aqui apresentado é produzido em condições semelhantes ao projeto *A Ética Ambiental (Environmental Ethics)*.

Uma parcela da comunidade de pesquisa tenta lidar com os sérios problemas éticos da nossa crise ecológica, empregando teorias e conceitos éticos tradicionais e bem estabelecidos em problemas ecológicos.

Outra parcela da comunidade de pesquisa compreendeu que a ética tradicional é parte do problema e coprodutora das contradições e dos dilemas ecológicos. Portanto, faz-se necessário uma abordagem nova da ética e das dimensões éticas da crise ecológica. A nossa teoria ecológica de linguagem e de linguística é uma crítica tanto da cultura que produz a crise ecológica quanto das suas teorias tradicionais de linguagem. É importante, do nosso ponto de vista, expressar claramente que há muitas alternativas possíveis às teorias tradicionais de linguagem e, assim, a nossa teoria é uma entre outras, na família de teorias críticas.

Referências

CHOMSKY, N. *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge: M.I.T. Press, 1965.

CRYSTAL, D. *A dictionary of linguistics and phonetics*. Londres: Blackwell, 1985, 2^a. ed.

HALLIDAY, M. A. K. *New ways of meaning – a challenge to applied linguistics*. In:

PÜTZ, M. (org.). *Thirty years of linguistic evolution*. Philadelphia.

¹⁰The Minister of Agriculture, or anyone authorized by the Minister, shall at any time without a court order and on proof of identity have Access to farms etc. [...]to inspect the farms etc. as well as the accounts and books etc. (§7.1)

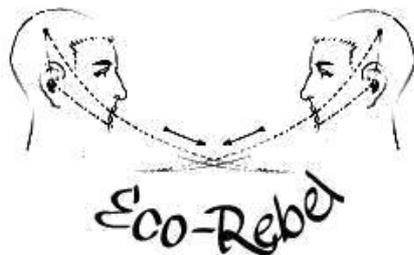
ECO-REBEL

HURFORD, J. R.; HEASLEY, B. *Semantics: A coursebook*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983, p. 63.

LYONS, John. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977

Texto convidado.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), v. 1, n. 2, 2015.



LÍNGUA, CULTURA, RELIGIÃO E NAÇÃO NO MUNDO E NO BRASIL

Pierre Guisan (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

R e s u m o : Este artigo tem como objetivo provocar uma reflexão sobre a questão da língua, da cultura e da nação no mundo e no Brasil, tanto do ponto de vista histórico como em sua problemática atual. Ele foi escrito pelo professor de francês que sou, o que explica a escolha de exemplos e a exploração de fontes europeias e de língua francesa. Entretanto, acredita-se que, pelo fato que os estudos sistêmicos pretendem uma abordagem de caráter plenamente científico, as conclusões são gerais, embora não deixem de ter um valor heurístico exemplar. A minha única intenção é tentar contribuir para o debate renovado nessa área de conhecimento das ciências humanas, no que a jovem disciplina Ecolinguística pode dar grandes contribuições.

P a l a v r a s - c h a v e : Língua, cultura, religião, *standard*, estado-nacional.

A b s t r a c t : The objective of this article is to suggest a reflection about language, culture, and nation in Brazil and in the world, from the historical and present-day point of view. It was written by the teacher of French that I am, what legitimizes the election of European and especially French examples and sources I make use of. However, due to the fact that systemic studies aim at having a scientific character, it is possible that the conclusions have a general validity, without losing a certain specificity. My only intention is to attempt at contributing with the on-going debate in this area of human sciences, as is the case with the young discipline Ecolinguistics.

K e y w o r d s : Language, culture, religion, standard, nation-state.

1. As metáforas tradicionais

O texto que segue apresenta algumas reflexões elaboradas a partir de alguns casos concretos que ilustram as relações complexas entre as línguas e o seu meio ambiente, o qual pode ser considerado sob múltiplas perspectivas, como, por exemplo, os indivíduos e as comunidades de falantes, ou os contatos com outras línguas, ou ainda os territórios nos quais são faladas, as variações e mudanças que as afetam e assim por diante.

Apesar dos progressos que as várias especialidades da pesquisa linguística alcançaram, até recentemente faltava uma visão holística que levasse em conta de forma dialética e abrangente as várias perspectivas que tentam entender o que constitui aquilo que chamamos de **língua**. Assim se explica a exigência cada vez mais explícita da transdisciplinaridade que os estudos sistêmicos podem oferecer.

A questão das línguas evidencia o desamparo dos que se dedicam a falar delas, a descrevê-las ou, para os mais ambiciosos, a explicá-las, pelo fato de ter que recorrer a metáforas para realizar essas metas.

A começar pela designação da “coisa” em si. Apenas nas línguas românicas e em grego ela tem o nome de um órgão de natureza anatômica, cuja funcionalidade principal certamente não era o da expressão, da comunicação ou da afirmação da identidade coletiva! Dentes, lábios, faringe, mobilidade do rosto ou das mãos, contribuem tanto quanto a língua para a realização da fala. Sem falar das línguas que dispensam totalmente o uso deste órgão, como as línguas dos sinais.

Outro exemplo de metáfora: língua é um ser vivo, que nasce, cresce e morre. Pertence a uma família de línguas, e podemos reconstituir a sua árvore genealógica, a qual vai comportar mães, irmãs, primas e filhas. Tal metáfora teve certamente um valor pedagógico e heurístico, mas resultou também num efeito perverso, quando esquecemos que se tratava de mera metáfora, com os seus limites. De fato, a língua não é um ser vivo, mas o reflexo já havia sido criado. Tratava-se de uma representação que se encaixava perfeitamente na ciência positivista da época, e na doutrina darwiniana da evolução das espécies.

Outra consequência perversa foi a crença que instaurou uma hierarquia evolucionista entre as línguas, que vão se aperfeiçoando no decorrer de uma evolução seletiva. O resultado foi, entre outros, o de criar um mito, isto é, o da perfectibilidade das línguas, da sua categorização distinguindo línguas de dialetos, falares, pidgins, crioulos, e assim por diante. Há línguas primitivas e línguas evoluídas. Há línguas com escrita e línguas ágrafas, ou, em outros termos, “analfabetas”. Há línguas com literatura, e línguas pitorescas “apenas” orais. Enfim, há línguas puras, e línguas deformadas, impuras, adúlteras, sodomitas até!

Assim é que uma preocupação científica positivista pode se tornar um mito ideologicamente racista, cegada pelo fato de se limitar a alguns aspectos, sem levar em consideração outras dimensões que poderiam ter sido evidenciadas com o auxílio de outras disciplinas, como, por exemplo, a neurologia, a psicologia infantil ou a antropologia.

No nosso modo de ver, a ecolinguística, seguindo o modelo formal dos estudos sistêmicos, pode contribuir para superar os impasses aos quais chegam as disciplinas especializadas. A filologia românica tradicional, por exemplo, será incapaz de explicar

muitos traços das línguas românicas sem o socorro da germanística. A língua francesa inclui um grande número de traços ditos germânicos, como a regra V2 (verbo em segunda posição), a inversão interrogativa, a localização do infinitivo no final da oração, o vocalismo fonético, são alguns dos traços que marcam o caráter germânico da língua francesa, e que explicam também as variações constatadas entre as variantes locais.

A mudança linguística se explica basicamente como sendo o resultado de duas necessidades contraditórias e incompatíveis: a exigência de economia (de tempo), no discurso, e a clareza na compreensão (que geralmente se realiza mediante insistência e repetição, procedimentos que prolongam o tempo de discurso).

São apenas uns exemplos que demonstram a necessidade de se recorrer sempre a mecanismos extralinguísticos para descrever e explicar fatos estritamente linguísticos. Mas teremos logo a seguir outras ilustrações de casos mais desenvolvidas que não poderiam ser investigados de forma satisfatória sem a ajuda da perspectiva sintética e holístico-crítica dos estudos sistêmicos, que são a dialética entre língua e nação de um lado, e entre língua e cultura, do outro.

2. Definir as línguas, as suas relações dentro e fora de uma comunidade e as suas instrumentalizações

Trata-se aqui de compartilhar algumas reflexões a respeito da pertinência de se rever o conceito social de *línguas*, assim como as relações que elas mantêm entre si. Isto fundamenta uma revisão da função histórica do francês dito *standard*, por exemplo, esboçando assim também uma hipótese sobre o seu provável futuro. A mim me parece que somos herdeiros de fato de uma *Weltanschauung*, surgida a partir do Iluminismo e reforçada tanto pelo Romantismo como pelo Positivismo. A imagem que a maioria de nós parece manter geralmente seria a de línguas caracterizadas por essa norma *standard*, cuja modalidade escrita exerce uma autoridade hegemônica indiscutível e aceita por quase todos os locutores. Em torno dessa norma, reconhecida como tal, gravitariam uma multidão de variantes¹ satélites, no caso todos *letos*, dialetos, socioletos etc., descritos,

¹A sociolinguística brasileira se acostumou consensualmente a adotar o termo de *variedade*, para designar uma forma particular da língua tal como falada por determinada comunidade. Preferimos o termo de *variante*, que utilizaremos ao longo do presente artigo. Com efeito, a palavra *variedade*, a nosso ver, define geralmente uma **qualidade** daquilo que apresenta grande número de (vários) estados diferentes, cada um considerado uma *variante*. Prefiro me conformar a definições tais como são aceitas pela maioria dos falantes e registradas nos dicionários da língua portuguesa, em vez de contribuir para a construção de um jargão próprio de alguns poucos especialistas!

por exemplo, por William Labov e seguidores. Esses sistemas planetários constituiriam umas *fonias*, universos que se justapõem, coabitam, e podem estabelecer contatos ou até entrar em conflitos. Fala-se, portanto, hoje em dia, de francofonia, de lusofonia, quando se falava outrora em pangermanismo, panslavismo etc., cada época veiculando as suas ideologias.

Não há dúvida de que tal concepção de justaposição de sistemas, cada um sendo constituído de uma língua-norma e das suas variantes subalternas, corresponde a uma realidade relativamente recente, a qual não é necessariamente destinada a permanecer². De fato, estamos assistindo nos dias de hoje a um esfacelamento das identidades nacionais, e com elas de uma penca de estruturas e de sistemas sobre os quais elas se apoiavam. Desmoronam também em particular os sistemas planetários³ de línguas ditas nacionais, das suas normas cercadas de suas respectivas variantes. Assim é que o servo-croata dá origem a duas línguas que vão aprofundando e valorizando suas diferenças com rapidez. Da mesma forma, o tcheco deve cada vez mais se distinguir do eslovaco, e não seria estranho se se assistisse ao nascimento de um boêmio, de um morávio, ou ainda de uma norma própria à cidade de Brno.

Acima de tudo, pretendemos dizer com isso que o processo atual, geralmente descrito como sendo o de ressurgimento de ideologias nacionalistas, poderia na realidade se revelar de uma natureza totalmente diferente, na medida em que o Estado Nacional, com certeza, não preenche mais as funções que detinha no período do processo de expansão e consolidação do capitalismo da revolução industrial, que foi tão bem descrito por HOBBSAWM (1994). Pessoalmente, eu tenderia a ver nas mudanças contemporâneas um desmoronamento ou um esfacelamento das estruturas que garantiam a coesão do sistema mundial e, conseqüentemente, o esfacelamento das línguas nacionais e das suas normas, assim como, quem sabe, uma volta a um estado anterior de mosaico de falares, com um relativo abandono das normas em uso até agora, em favor de uma grande língua veicular – e não é difícil prever qual seria a *koiné*⁴ eleita, se não for o caso desde já.

²O uso que predominou até os nossos tempos modernos era o de um sem-número de variantes dialectais locais, ao lado de uma língua comum “letrada”, como o latim na Europa ocidental, e posteriormente em línguas ditas da “norma”, “nacionais”, ou ainda do árabe clássico em outras regiões como na Península Ibérica, no Sul e no Leste do Mar Mediterrâneo; entretanto, todas elas não constituíam a língua materna da imensa maioria da população.

³Para evitar qualquer mal-entendido, é preciso especificar aqui que entendemos como sistema *planetário* toda estrutura que funciona à imagem dos astros que gravitam uns em torno de outros, segundo uma ordem hierárquica, como Louis-Jean CALVET (2004) propõe, sob o nome de estrutura *gravitacional*.

⁴ Chamamos aqui de *koiné* todo falar usado principalmente nas atividades comerciais entre povos e indivíduos de línguas diferentes, sem que nenhuma geração venha a adotá-la como língua “nativa”, num

Entretanto, voltarei a falar dessa hipótese de prospectiva que, naturalmente, estaria se constituindo através dos meios de comunicação e de deslocamentos que caracterizam o que se chama de *globalização*.

Para exemplificar a representação que se teve das línguas, no que diz respeito ao seu domínio, ao seu território e à sua legitimidade, vou recorrer aqui a dois principais exemplos relativamente bem estudados quanto às relações e aos conflitos linguísticos, tais como se consolidaram e evoluíram em dois países aparentemente muito diferentes, o Brasil e a Suíça, tentando estabelecer o que nesses exemplos há de uma possível generalização.

3. Língua e religião: o paradigma francês

Podemos de certa forma afirmar que de fato a maioria das “*grandes*” línguas se tornaram religiões, no sentido de que as religiões, além de pretenderem instituir um relacionamento entre o indivíduo e o divino, organizam, principalmente através de uma teatralização dramática e ritualização, vínculos forjados entre indivíduos de uma mesma comunidade, que assim se sentem como sendo membros de um corpo superior, que chamaremos de *polis*, república, clã, ou nação, de acordo com os lugares e as épocas. Trata-se, portanto, de muito mais do que uma metáfora cômoda. Sendo entendida assim, a língua seria apenas um mito identitário, ao lado de outros mitos que preencheriam a mesma função, como seria o caso principalmente da religião, da raça ou do território. É preciso insistir aqui sobre o fato de território e raça serem, eles também, em última análise, meros mitos construídos, cuja realidade aparente funciona na estruturação da identidade coletiva apenas na medida em que se estabelece uma fé comum para que tenham esse papel.

A língua francesa, de certo modo assumiu um papel mundializado específico que, longe de ser o de uma língua *nacional*, foi o de uma língua *koiné* das elites europeias no momento em que elas se preparavam para ter um papel hegemônico, graças ao movimento do colonialismo europeu⁵. Todas as línguas europeias, mediante sua *gramatização*, termo que retomamos do AUROUX (1994), se constituem em normas escritas, numa primeira

fenômeno de criouliização, por exemplo. Tal falar pode ficar em uso durante séculos, sem adquirir norma fixa, e sempre ficando a “língua de ninguém”, como foi o caso da *Língua Franca* do Mediterrâneo da Idade Média, de um português “simplificado” no Oriente até o século XIX, ou de um inglês lexical com sintaxe rudimentar até hoje.

⁵O paradoxo é que, durante o período em que o francês desfrutava do *status* de língua “internacional” reconhecido pelas elites aristocráticas, literárias e artísticas europeias, não era língua materna da maioria dos súditos ou cidadãos da França, situação que perdurou até o fim do século XIX.

etapa, e em modalidades orais em seguida, preparando a constituição ideológica, logo política, das diferentes unidades nacionais. Sendo a França na época o país que mais rapidamente e completamente se centralizou e unificou no continente europeu, a sua língua, que havia se tornado *nacional*, vai assim representar um modelo, mais do que o castelhano, o *hochdeutsch* ou o português, por exemplo. Esse caráter de modelo vai resultar numa certa universalização, que, aliás vai se tornar pouco compatível com a sua aspiração propriamente nacional a partir da Revolução de 1789, o que explica provavelmente a sua adoção pelas classes dirigentes europeias, de Berlim a Berna, entre outras *capitais*⁶.

4. Língua e escrita, liberdade e repressão

Um grande número de historiadores, filólogos e linguistas se debruçou recentemente com um olhar novo sobre esses assuntos, que se pensava já haverem sido estudados de forma exaustiva, como a emergência dos estados nacionais, das línguas e das literaturas nacionais, de modo que está se delineando uma revisão radical de perspectiva na área⁷. Notamos a partir de então que foi superada, a partir dos tempos modernos, uma situação de mosaico de variantes orais sem fronteiras claramente estabelecidas⁸, as quais coabitavam todas com uma única outra língua escrita, normalizada – o latim, no que diz respeito à cristandade ocidental –, língua não materna de uma minoria, os intelectuais e o *clero*, como eram chamados na época. Esse latim era conhecido apenas por uma pequena elite, fato que, aliás, nos leva a relativizar as concepções que tradicionalmente distribuem historicamente as sociedades entre as que, de um lado, possuem uma escrita, e as outras que são desprovidas de grafias. Tal situação, que atribui a competência da leitura e da

⁶Neste exemplo, as famílias aristocráticas que governavam esta pequena república bernense vão afrancesar os seus sobrenomes, substituindo desde o século XVIII a partícula nobiliária – ou rural – germânica *von* por *de* (como *de Meuron*, *de Kalbermatten*, até quando como nesse último patronímico seria difícil dissimular as inequívocas origens rurais : *Kalbermatten* = as pastagens dos bezerros!)

⁷Vale mencionar aqui nomes como CHARTIER (2008), AUROUX (1992), HOBSVAM (1994), ANDERSON (2000), SAÏD (2001), GELLNER (1999) e SAND (2008).

⁸Havia portanto uma época em que, num itinerário em linha reta, por exemplo de Paris a Viena, o viajante passava quase insensivelmente de uma área na qual se falava um dialeto de *Ile-de-France* ao dialeto vienense, transitando por todas as variantes justapostas sucessivas tais como o falar da Champanha, seguido do da Lorena, da Alsácia, da Floresta Negra, da Suábia, da Baviera e da Baixa-Áustria, que se distinguiam sucessivamente por uma proporção crescente de traços lexicais, morfossintáticos, fonéticos e prosódicos ditos *germânicos*. Entretanto, revelava-se tarefa impossível estabelecer linhas de demarcação geográficas entre falares regionais vizinhos. A mesma constatação poderia ser feita ao longo de outro itinerário, saindo de Lyon, e passando por Marselha, Nice, Gênova, Pisa e Roma, ou enfim ao longo de qualquer itinerário do Velho Mundo. Em tal perspectiva, qualquer tentativa de se estabelecer um atlaslinguístico no qual cores representariam línguas resultaria num quadro desbotado impressionista, onde haveria apenas uma mistura e uma fusão de nuances infinitas.

escrita a uma ínfima minoria especializada da população, parece até ser a regra mais geral na história, que reúne o clero medieval, os escribas egípcios, os mandarins hãnses e as mulheres tuaregues⁹!

A grande revolução será, a partir de uma língua que era unicamente escrita, numa primeira etapa, assim como o francês escrito do Renascimento, a emergência de uma norma oral que, ao permitir uma homogeneização linguística do território, vai contribuir para a construção de fronteiras linguísticas e do mito da **língua nacional**, língua do estado. A partir disso, fazer dela um patrimônio milenar que refletisse a essência e ou gênio dos povos, era apenas um passo, e a mistificação se completou com rapidez, com consequências catastróficas arrastadas por todas as derivas nacionalistas.

Entretanto, a situação atual permite vislumbrar uma inversão do processo, na medida em que a hegemonia dessa língua *standard* parece estar seriamente ameaçada pelo advento de uma diversidade de meios de comunicação que tornam a cada dia mais tênue a fronteira que delimitava estritamente os domínios respectivos das modalidades orais e escritas, assim como das suas especificidades. É só pensar no caráter efêmero dos *chats* na internet, ou na possibilidade de gravação que fixa a fala. Mas, voltemos para a fase anterior, quando aparecem as línguas escritas ditas *standard*.

5. A instrumentalização da língua mediante a “normatização”

A partir do Renascimento, com o advento da tipografia e da difusão da imprensa, um novo paradigma vai direcionar a representação das relações entre as línguas. Desde então, o modelo dos tempos modernos vai ser o de uma língua *standard*, a qual deve se impor face às variantes consideradas como o veículo do atraso cultural, dialetos pitorescos no melhor dos casos, porém em geral vistos como obscuros e primitivos *patuás* fadados à eliminação em nome do progresso. Tal modelo de variante *standard* única, valorizada ao excesso no âmbito do jacobinismo francês, vai, entretanto, se impor na maioria dos outros contextos linguísticos. Evidentemente, outras lendas serão forjadas para contribuir com a edificação do mito da *pureza* e da legitimidade da variante forjada. A “doce língua da *Ile-de-France*” terá assim seu correspondente na Itália com o *dolcestilonuovo*, contemporâneo de Dante, na Alemanha com o *hochdeutsch* da bíblia de Martin Luther,

⁹Com as exceções notáveis das sociedades das religiões ditas do Livro, isto é, do judaísmo, do islã e do protestantismo cristão, nas quais os fiéis têm o dever de ler, consultar e se referir ao livro sagrado no cotidiano das suas vidas.

ou ainda na obra de Camões, de certo modo fundadora da identidade lusa face à ameaça pan-ibérica castelhana. Mas é se de reparar que em nenhum lugar a violência linguística centralizadora alcançou o nível da política da língua nacional francesa dos séculos XIX e XX.

KLINKENBERG (2011) fala de um gerenciamento da língua que trata antes de tudo de questões de detalhes gramaticais, que é preciso vigiar, para que o discurso esteja em conformidade com a “boa” linguagem, o que garante a sua legitimidade e, portanto, sua autoridade, independentemente de qualquer determinação social ou histórica. O mesmo autor propõe na sequência que seja invertida a relação entre o usuário e a sua língua, isto é, que a língua esteja realmente a serviço do falante, logo, que o indivíduo dela faça uso sem se submeter às suas regras estáticas que, afinal, o tornam prisioneiro delas¹⁰. Tal expectativa, longe de ser irrealizável, parece realmente estar atualmente em vias de implementação, quando se constata novas formas tomadas pela escrita através de novas mídias, e caráter instável, efêmero e fluído, que surgem na comunicação dos dias de hoje, à luz da mundialização dos intercâmbios instantâneos.

A questão mais geral se tornou, portanto, a da mudança de paradigma nas relações entre as línguas, tal como aparece na história da tradução em particular, ou na história das normas convencionais em geral¹¹, em que um grupo de línguas mais ou menos vizinhas geográfica e politicamente se refere a uma língua-norma, uma espécie de *koiné* que, no fundo, não é língua materna de ninguém, logo, *língua franca* de todos: o grego helenístico, o latim do Império ou da Igreja, o francês das cortes europeias, o inglês *globish*, o chinês mandarim, ou ainda o *pasarmalaiu* no sueste da Ásia. Gostaria aqui de me referir ao modelo de sociedade descrito em particular por GELLNER (1999), segundo o qual as sociedades históricas eram compostas basicamente de *segmentos*, relativamente autônomos e autárquicos, as aldeias, com as suas economias agrícolas, que dispensavam geralmente relações comerciais, espaciais, com as comunidades vizinhas, não dependendo delas, portanto. Tal situação se refletia naturalmente num mosaico linguístico

¹⁰Um dos primeiros autores dos tempos modernos a entender o absurdo de se querer regulamentar uma língua foi Victor Hugo, quando afirmou que uma língua com regras estáveis era uma língua morta.

¹¹Para evitar qualquer mal-entendido com aquilo que a sociolinguística significa geralmente atualmente, convém observar aqui que o que entendemos por *norma convencional* deve ser compreendido também no sentido relativamente restrito que é o da filologia, onde a norma *standard* resulta de uma construção política, senão planejada, pelo menos proposta. A Idade Média foi o cenário de numerosas tentativas, da parte dos intelectuais do clero, de elaboração de tais normas, em particular na península ibérica, para substituir o latim eclesiástico. Estes empreendimentos tiveram sucesso apenas com o Renascimento (do qual afinal foram a causa, certamente com a ajuda decisiva da tecnologia (a tipografia na imprensa, com as mutações sócio-políticas ocorrendo junto com a emergência dos estados nacionais).

de falares locais, onde as variantes dialetais eram a regra, tornando dispensável qualquer norma comum. Entretanto, no topo hierárquico dessas sociedades existiam elites minoritárias que as dominavam: o clero, cortes aristocráticas, comerciantes ou mandarins, que estabeleciam vínculos com os seus pares, em áreas espaciais que podiam alcançar dimensões consideráveis. Consequentemente, o papel de uma língua de intercâmbio constituía uma necessidade.

Nos dias de hoje, o esquema ao qual ficamos acostumados, é o de línguas territorializadas, separadas por fronteiras, línguas *standard* geralmente chamadas de nacionais, que convivem mais ou menos pacificamente umas com as outras, embora possam às vezes se sobrepor, levando assim a fenômenos complexos de contatos, conflitos e empréstimos mútuos. Seria possível assim conceber um mapa colorido das línguas, no modelo dos mapas políticos das nações do mundo. Ora, tal visão revela uma simplificação enganosa, cujo modelo é certamente a concepção que divide o mundo em estados nacionais, desde o século XIX até os dias de hoje¹².

6. A mitologia da história nacional da língua no Brasil

Admitimos aqui que o que se costuma chamar de olhares cruzados ou de olhares recíprocos são reconstruções que têm que se enquadrar numa certa visão da história. Levamos em conta essa perspectiva, ao considerarmos o processo mediante o qual o Brasil forjou a história de sua independência e a construção de sua identidade na época do Romantismo, o que aconteceu com certo número de liberdades poéticas, que, com certeza, não é próprio apenas do Brasil. Todos os estados nacionais da Europa inventaram verdadeiros contos de fada ao se constituírem como estados nacionais, assim como os estados das Américas¹³. A construção da identidade mítica brasileira se articulou em particular em torno de uma terminologia etnológica, que distingue cinco grandes grupos: os povos indígenas, os *colonizadores* portugueses, os escravos africanos, os *invasores* holandeses, franceses e espanhóis e os imigrantes: italianos, japoneses, russos, alemães, finlandeses, ucranianos, gregos, suíços, cidadãos otomanos (que podiam ser turcos, sírios, libaneses ou egípcios), chineses e outros. Nem é preciso insistir em demonstrar a

¹²Jack GOODY (2006) desenvolve detalhadamente o que ele chama de furto da história, mostrando como a Europa conseguiu impor a narrativa do seu passado ao resto do mundo.

¹³Esses contos ou lendas fundadoras forjam os seus heróis tanto a partir de personagens históricos retocados, como de figuras totalmente inventadas: Joana d'Arc ou Clóvis na França, Guilherme Tell na Suíça, a Kahina na Argélia, Drácula na Romênia...

inconsistência de tal categorização no que diz respeito aos povos não indígenas, como se todos não fossem imigrantes¹⁴. Mas, foi convencionalmente adotado o ponto de vista segundo o qual o nacionalismo pós-independência teria como fundamento o componente luso, que erigiria o português como língua com função de assegurar a coesão nacional.

A narrativa oficial da independência nacional do Brasil, aliás, toma algumas liberdades com a realidade histórica, com o intuito de lhe conferir um colorido ou uma dimensão heroica, enquanto os fatos tais como aparecem à luz de uma pesquisa fria e objetiva, na verdade, carecem singularmente da poesia romântica que deveria revestir os mitos fundadores de uma nação. Ao fugir de Portugal, quando da invasão das tropas de Napoleão, o rei D. João VI desembarca na cidade do Rio de Janeiro, que ele imediatamente proclama capital do Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves. Vai então dar início a grandes obras de urbanização para tornar o Rio uma capital digna do seu Império, como avenidas, parques, palacetes e, naturalmente, o famoso Jardim Botânico. Entretanto, sob a pressão das Cortes Portuguesas, após a derrota final de Napoleão, será obrigado a abandonar a sua cidade tão querida para voltar a Lisboa, que ainda mal se refazia das ruínas do terremoto de 1755 e da ocupação francesa. Deixou no Brasil o seu filho Pedro, ao qual, em consequência da decisão das Cortes Portuguesas de restabelecer o antigo regime colonial, proclamou a separação dos dois países, ato que foi chamado de declaração de independência¹⁵. Naquela primeira etapa da consolidação do Brasil como estado nacional, o papel da Grã-Bretanha foi decisivo, quando, na curta guerra que se seguiu, os ingleses cuidaram de impedir a volta ao antigo estado colonial, o que não teria favorecido os seus interesses comerciais. Assim é que se pode explicar o nascimento deste pitoresco império tropical, governado por uma dinastia europeia (no caso, a família Orléans e Bragança), e pelos Habsburgos por meio das mulheres.

Esta monarquia será constituída de dois imperadores que vão se suceder, e vai contribuir para fazer da língua francesa um símbolo de reconhecimento das novas elites, do Império primeiramente, até os anos 1880, e em seguida da República até a 2ª Guerra Mundial. Vale a pena notar que tal símbolo de reconhecimento tinha um valor transnacional, no

¹⁴Nada impede, aliás, que povos ditos indígenas sejam imigrantes, como é o caso das comunidades índias guaranis de Angra e Paraty, no Sul do Estado do Rio de Janeiro, que chegaram do Paraguai na primeira metade do século XX. Conforme aos mapas elaborados por Curt Nimuendaju publicados em 1944 (e adaptados pelo IBGE em 1981), os povos indígenas na sua maioria eram incansáveis nômades.

¹⁵A criação artística contribuiu para a consolidação dos mitos fundadores da nação ao representar por exemplo dom Pedro 1º atravessando o riacho Ipiranga e gritando “*Independência ou morte!*”. Trata-se de uma perspectiva apócrifa, naturalmente, popularizada pelo quadro pintado em 1888 por Pedro Américo, quando o Império do Brasil já estava moribundo.

mundo dito ocidental. Outra observação a ser feita é que o francês não era língua de imigrantes, com a notável exceção dos membros da Missão Científica e Artística Francesa do início do século XIX. Isso diferencia um pouco a língua francesa de outras línguas europeias presentes até hoje no Brasil, como, entre outros, o italiano, o alemão, o russo, o espanhol e, afinal, o próprio português, que eram, e são, línguas de imigrantes como das comunidades dos seus descendentes. Assim se explica o fato de este francês do Brasil ter sido o tal *bonfrançais*, ou seja, o francês da norma codificada na sua realização escrita, que a maioria dos franceses do século XIX ainda nem praticavam, e até desconheciam. Tampouco podemos esquecer que o francês, antes de ser consagrado língua nacional da república francesa jacobina e centralizadora, era a *koiné* das elites europeias desde o final do século XVII, sucedendo de certa forma ao latim¹⁶. O bilinguismo culto no Brasil será a marca das elites, o que não vai impedir essas mesmas elites de trabalharem na consolidação da língua portuguesa como língua nacional brasileira¹⁷.

Mencionemos ainda a existência de uma língua francesa ensinada nos colégios religiosos implantados no Brasil, dos quais grande parte foi fundada por membros das congregações francesas expulsas da França no início do século XX, por ocasião da aplicação das leis sobre a laicidade do ensino. Essa imigração fez com que nascesse no Brasil uma variante curiosa de francês, marcada discursivamente por uma impregnação católica que, no nosso conhecimento, não foi objeto de nenhuma pesquisa até hoje¹⁸.

Voltemos agora a considerar as outras línguas importadas pelos imigrantes aos quais aludimos acima. As migrações resultaram naturalmente na irrupção das línguas correspondentes, e assim se consolidaram em solo brasileiro a maioria das línguas europeias, além de línguas asiáticas como o chinês (nas suas diversas variantes) e o japonês; tampouco se pode esquecer a presença de línguas africanas, embora elas não tenham se fixado da mesma forma no Brasil¹⁹. Entretanto, é preciso observar que todas

¹⁶No fundo, haveria incompatibilidade entre as duas funções que podem ser atribuídas a uma mesma língua: a de ser uma língua “mundial”, e simultaneamente a de ser a língua de um estado nacional, participando de uma construção identitária coletiva e, como tal, se tornando instrumento do nacionalismo interno, assim como da elaboração ideológica do colonialismo moderno.

¹⁷É significativa a dificuldade que surgiu no Brasil na hora de dar um nome a tal língua nacional, com o demonstram os intitulados dos dicionários de língua publicados na época: nacional, brasileira, e enfim, hoje em dia, portuguesa. Como bem se sabe, houve um movimento dito “indianista”, que chegou a propor a adoção de uma língua indígena *standard*, de base tupi, ou simplesmente o renascimento da própria *Língua Geral*, tal como padronizada pelos missionários jesuítas.

¹⁸Daremos apenas um pequeno exemplo, escolhido entre outros: o uso amplamente difundido, entre locutores de uma idade avançada, da exclamação “*MonDieu de la France!*”, expressão a meu ver completamente ignorada na Europa, até na literatura dos séculos anteriores ao século XX.

¹⁹O caso da ausência de línguas africanas como línguas vernáculas se explica pela preocupação dos donos

essas línguas desembarcaram no Brasil nas suas modalidades orais, e, sobretudo, com as suas variantes, tais como eram faladas na época da sua importação. É importante levar em conta esse ponto, já que se pode constatar que essas línguas, quando continuam sendo faladas até hoje nas suas comunidades, nunca se realizam nas suas modalidades *standard*, ao contrário do que acontece geralmente cada vez mais na Europa atualmente. Um exemplo excelente pode ser encontrado em alguns vilarejos e cidades nas redondezas do município de Santa Tereza, estado de Espírito Santo, onde se pode ouvir a língua da Pomerânia, falar totalmente desaparecido na Europa dos dias de hoje, com o sumiço dos mapas políticos desta antiga província da Prússia após a 2ª Guerra Mundial. Como já vimos, o francês ocupava um lugar bastante diferente nessa Babel tropical. Entretanto, e tal é o ponto fundamental da nossa argumentação, existe um modelo francês extraordinariamente “bem-sucedido” de imposição centralizadora de uma norma linguística única, em detrimento de outras variantes ou línguas consideradas como minoritárias, o que constitui a grande mistificação da história nacional francesa. Por ter sido “bem-sucedido”, surgiu como se fosse uma evidência a necessidade funcional de instrumentalização da língua como ferramenta indispensável para a coesão nacional.

7. O destino nacional fracassado da Língua Geral

A representação do português que tradicionalmente se considera como língua de colonização, constitui um desvio considerável em relação à realidade histórica, quando considera com atenção. É preciso, em primeiro lugar, fazer uma distinção entre a colonização ibérica que triunfa no século XVI e aquela que se prolonga até o fim do século XVIII, por um lado, e o processo colonial mais moderno que se impõe no século XIX, mantendo-se até a primeira metade do século XX, por outro. Em outros termos, trata-se de distinguir o colonialismo mercantil de uma outra fase, que seria a do colonialista nacionalista pós-industrial, que chamaremos de agora em diante “colonialismo moderno”, para simplificar. A primeira forma de colonialismo foi a de nações cuja renda principal era constituída pelo comércio, como a Espanha, Portugal e as Províncias Unidas dos Países Baixos, ou seja, a Holanda. Se o comércio das especiarias

de escravos de separar indivíduos da mesma etnia, na medida em que a política escravocrata consistia em dificultar ao máximo o surgimento de revoltas organizadas. Entretanto, as línguas africanas, se não estão em uso nas comunicações do cotidiano, não deixaram de marcar a sua forte presença no léxico do português brasileiro, sem contar o seu uso num contexto religioso, o das religiões tais como umbanda, candomblé, etc., em contraponto do latim dos católicos.

(cravo-da-índia, pimenta-do-reino e canela) e da seda, em primeiro lugar, depois da cana-de-açúcar e dos seus derivados, e enfim da mineração (ouro, prata, pedras preciosas), construiu a dimensão mundial dessas potências econômicas, a religião forneceu um argumento e um apoio constante à manutenção de uma política militar cínica, que encontrava assim a sua justificativa ideológica, indispensável para assegurar a permanência durável de uma situação de exploração e de dependência das populações locais.

É interessante notar que, no decorrer dessa fase, a religião foi instrumentalizada a serviço de uma política de controle dos povos, e não a língua, como vai acontecer numa fase posterior. De fato, as instituições missionárias segundam com eficiência o projeto colonial pela evangelização tanto das populações indígenas como, no caso das Américas, da mão-de-obra escrava importada da África. Entretanto, é notável que esta tarefa evangelizadora, realizada principalmente pelos jesuítas e pelos católicos, geralmente não se realiza nas línguas dos colonizadores, mas nas línguas vernáculas locais, ou na *koiné*

em uso na região (como o *bahasa malesia bazar* na Insulíndia que um dia viria a ser normalizado e gramatizado, com o nome de *bahasa indonesia* e de *bahasa malesia*, hoje línguas nacionais respectivas da Indonésia e da Malásia)²⁰.

Voltando ao caso do Brasil, é preciso lembrar o trabalho extraordinário das congregações religiosas e dos jesuítas em especial, que elaboraram um léxico e uma gramática fundando uma nova língua, a partir das variantes tupi-guaranis utilizadas por grande parte das populações indígenas. Isto constituiu um feito considerável, comparável ao dos gramáticos e filólogos do Renascimento, que realizaram uma obra semelhante na Europa, tanto na França como na Espanha, na Itália, na Inglaterra ou nos países de língua alemã. Se naqueles países os esforços resultaram na construção de línguas literárias oficiais chamadas um dia a se tornarem línguas “nacionais”, em terra brasileira e no Grão-Pará o mesmo trabalho resultou na criação de uma *koiné* prestigiosa, a *língua geral*. Como já lembramos, esta se baseia em falares indígenas tupi-guaranis, usados como língua de intercâmbio interétnico antes da chegada dos portugueses. Mas a nova política linguística imposta na segunda metade do século pelo primeiro ministro de Portugal, o marquês de

²⁰Um português “simplificado”, como já mencionamos acima, chegou a ser utilizado nos acordos políticos firmados, por exemplo, entre o rei de Ceilão (atualmente Sri Lanka) e do Sião (hoje Tailândia). Será até recomendado aos pastores missionários protestantes holandeses mandados para as Índias Neerlandesas (a atual Indonésia) a aprendizagem do *pidgin* português em uso no Sudeste da Ásia até o início do século XIX como língua comercial entre populações de línguas nativas diferentes.

Pombal, tentou pôr um fim à hegemonia dos jesuítas e dessa *língua geral*, para substituí-la pelo português²¹. Entretanto, a *língua geral* sobrevive no norte do país até hoje, embora moribunda, sob a sua forma moderna, o *nheengatu*.

Ao que parece, seria legítimo afirmar que o senso comum, nos dias de hoje, é condicionado por uma visão que instrumentaliza a língua, tanto nas políticas de conquista como na consolidação das consciências “nacionais”, enquanto essa mesma língua nem sempre – ou até nunca – funcionou com esse papel, como afinal a própria história da expansão colonial o demonstra, uma vez que essa função era atribuída à religião. É aí que, em nossa opinião, a história da língua francesa nos parece ter tido o papel de paradigma de uma língua usada como instrumento político e ideológico dos tempos modernos. Parece se verificar que a eleição da língua francesa²² – norma da Corte e, em seguida, norma *standard* da República – para representar esta função agregadora e identitária forneceu realmente um modelo retomado em várias partes do mundo.

8. A realidade da língua portuguesa do Brasil na época colonial: língua de *cristãos novos* e de *mouros*.

Nessas circunstâncias, seria legítimo se perguntar o que representava a língua portuguesa nas colônias mercantis do reino de Portugal, tanto na América do Sul como no Sudeste da Ásia. Na medida em que na Ásia predominava o comércio, iria se difundir pragmaticamente o uso de um *pidgin* de base lexical portuguesa, sem que houvesse nenhuma preocupação com impor-se uma língua, qualquer que fosse.

No caso do que constitui hoje o Brasil, e antigamente as colônias das capitânias do Brasil e do Grão-Pará, a língua de contato efetivamente difundida, inclusive nas tarefas de evangelização, era a língua geral, da qual já falamos. Mas, qual era o real espaço da língua portuguesa nesse contexto? Como acabamos de ver, era afinal uma língua pouco falada além dos dois grandes centros urbanos da época, o Rio de Janeiro e Salvador da Bahia,

²¹ Seria pouco exagerado afirmar que, no fundo, tanto nas capitânias do Brasil como no Estado do Grão Pará, a língua em uso, além das línguas indígenas locais, era a *Língua Geral*, enquanto havia apenas duas cidades que eram verdadeiramente portuguesas: São Sebastião do Rio de Janeiro e Salvador da Bahia.

²² A tal língua francesa, e é importante destacar esse fato, foi na verdade uma criação artificial do século XVI, por profissionais das letras, como escritores, impressores e livreiros, para substituir o latim na época em se difundia o livro como bem individual e mercantil, logo com a necessidade de se encontrar um mercado, para assegurar a vitalidade desta primeira grande atividade capitalista que era a indústria do livro.

Assim sendo, o francês “inventado” por autores como os poetas da Plêiade, Rabelais ou Montaigne, era uma modalidade meramente escrita, de forma que podemos dizer que a grande maioria dos franceses, até a 1ª Guerra Mundial, nem falavam francês como língua materna. Tal invenção, aliás, é explicitamente reivindicada por Joaquim Du Bellay, na sua *Defesa e Ilustração da Língua Francesa* (1549).

onde residiam os súditos portugueses, exilados além-mar, frequentemente contra a própria vontade, aliás. Com efeito, grande parte da população trabalhadora de origem ibérica não chegou ao exílio por sua própria vontade. Vale lembrar que grande parte dela era de confissão judaica ou muçulmana. As conversões forçadas empreendidas pela nova política religiosa dos soberanos da Península resultaram numa proporção importante da população formada por indivíduos chamados então de *cristãos novos* ou de *mouros*, suspeitos de não aderir com sinceridade à fé romana, e de praticar secretamente os seus antigos rituais condenados, os do judaísmo ou do islã²³. No confronto com a desconfiança das autoridades e da Inquisição muitos foram os que escolheram o caminho do exílio para a África do Norte, o Oriente Próximo e Médio, ou ainda o Novo Mundo, e o Brasil em particular, onde o braço da Inquisição era menos temível.

Isso significa que a língua portuguesa no Brasil foi, em grande parte, uma língua minoritária de populações urbanas constituídas na sua maioria por esses *cristãos novos*. Mas os pioneiros e aventureiros dos imensos espaços do interior, constituindo o grosso da população “imigrada” da época, frequentemente mestiços, praticavam não o português, mas essa famosa *lingua geral*, que contribuíram para elaborá-la. Uma violenta virada ocorreu no fim do século XVIII, quando o marquês de Pombal decidiu impor uma política linguística fazendo do português a língua oficial das colônias, exatamente na época em que emergia na Europa do Iluminismo a ideia de uma língua nacional, cimento das nações, substituindo de certa forma o papel das religiões como fator de coesão.

À luz desses exemplos, temos o caráter quase acidental da presença da língua portuguesa no decorrer da expansão colonial. Mesmo que essa língua houvesse adquirido títulos de nobreza por causa de sua produção literária, nada forçaria que fosse eleita língua nacional nos territórios que viriam a se emancipar da tutela de Lisboa no século XIX. No entanto, a história tal como virá a ser narrada a partir do século XIX, vai retomar a história mitológica da língua francesa, tal como fora elaborada pelo romantismo e pelo positivismo. Assim é que o papel quase religioso da língua francesa para a constituição da unidade ideológica nacional serviu de modelo para os outros estados nacionais em fase de construção ou de consolidação, os países da Europa na conquista do Mundo.

²³ Aliás, é um fato raramente lembrado que havia muitos espanhóis de religião muçulmana (sem que fossem nem árabes, nem berberes). A maioria deles, como os judeus, entre os séculos XVI e XVIII, se refugiaram no Marrocos ou no Império Turco Otomano, que se estendia da atual Argélia ao Iraque. Nos arredores de Túnis, havia ainda em pleno século XIX pequenas cidades povoadas de muçulmanos que continuavam a falar espanhol, e para os quais o árabe era meramente uma língua sagrada, a língua do Alcorão, da qual porém não faziam uso na sua vida cotidiana.

9. O modelo que opõe centro a periferia: um paradigma obsoleto.

Na perspectiva deste modelo francês que, a partir do Classicismo até o século XX, constrói uma língua dita, numa primeira fase, língua da Corte, que virá em seguir a ser chamada de língua *standard*, pouco se distingue na realidade da norma dita culta. Até recentemente, o modelo estabelecia um conceito de centro, em contraste com uma periferia, construída a partir desse centro. Na medida em que, segundo a nossa hipótese, esse modelo vai se enfraquecendo, o que permite prever que voltaremos em breve a um mapa colorido impressionista²⁴ da coabitação de falares diversos, cujos falantes compartilharão – ou não – uma *língua franca*, vai surgindo uma língua de contato ou uma *koiné*, que não seria língua materna de ninguém, no caso de esses locutores serem de língua materna diferente. Nos tempos atuais, parece que o modelo centralizado de uma língua consensual *standard*, como o *hochdeutsch*, o *bon français*, o *received English* ou ainda o árabe dito *literal*, normas que seriam consideradas superiores às outras variantes relativamente desconsideradas, é cada vez menos viável, por ser menos consensual!

Assistimos nos dias de hoje a uma legitimação das variantes – talvez seria mais exato falar em re-legitimação, considerando a situação há poucos séculos atrás. Além do mais, a distribuição espacial (geográfica) das variantes tende a desaparecer, em consequência ao mesmo tempo da maior rapidez das migrações, e da velocidade dos meios de comunicação. Logo, podemos afirmar que a periferia se juntou ao centro, ou que o centro se “periferizou”²⁵. Em vez do modelo considerado tradicional e válido para todas as “grandes” línguas do planeta, com uma língua-norma “correta” ou *standard*, cercada de pitorescos dialetos regionais, ou de socioletos marcados e legitimados por identidades de classes sociais, constatamos nos dias de hoje a realidade sociolinguística de uma superposição de variantes no mesmo espaço, onde se afirmam as contribuições de coletividades originadas da imigração, ou ainda normas próprias de classes etárias usando línguas próprias de subúrbios, com processos complexos de empréstimos, de fusões, de contatos e de conflitos, que apagam em grande parte as antigas referências geográficas dialetais.

²⁴ Na medida em que fica difícil estabelecer fronteiras nítidas entre territórios linguísticos, quando as línguas se misturam, qualquer atlas linguístico se pareceria mais com um quadro impressionista onde as cores se cavalgam por cima umas das outras e se fundem, em vez dos mapas políticos tradicionais.

²⁵ Tal fenômeno não é mais característico apenas dos grandes centros urbanos cosmopolitas do mundo, mas também das cidades pequenas do que era chamado um dia de “primeiro” mundo.

A importância da emergência destas novas normas é atestada pela sua atuação essencial em formas artísticas como a música popular, e a sua transcrição nos novos veículos da comunicação moderna tais como os *chats* e as mensagens instantâneas dos celulares, por exemplo. O caráter hegemônico de uma norma *standard*, como a língua de ensino em particular, fica cada vez mais ameaçado num novo *front*. Parece assim se verificar que o modelo hierarquizado – tanto na sua forma piramidal como na sua realidade planetária – fique a cada dia que passa mais abalado pelas novas realidades sociolinguísticas²⁶.

10. No centro da Europa: a questão das fronteiras na Suíça

Mostraremos aqui que as fronteiras políticas, longe de ser o resultado de diferenças linguísticas, foram as suas causas, ao contrário da narrativa da história oficial, com as suas raízes românticas e justificativas positivistas. O mundo pré-moderno era muito mais multilíngue do que geralmente se imagina, e os falantes de determinados dialetos mal tinham consciência de pertencer ao que viria a se chamar de “família linguística”. As fronteiras políticas internas atuais da Confederação Helvética NUNCA acompanham as fronteiras linguísticas, o que não deixa de ser um fato aparentemente paradoxal, em termos de consciência de identidade coletiva.

Essas fronteiras políticas são o fruto da história e de ferozes guerras. Na realidade, as línguas, nessas épocas, pelo menos até o Renascimento, não tinham praticamente nenhuma função identitária. Em compensação, principalmente as religiões preenchiam este papel unificador e divisor ao mesmo tempo, já que a identidade, afinal, procede da definição da alteridade, ou, em outros termos, daquilo que eu não sou. É por esses motivos que as considerações sobre o estado das fronteiras e das línguas na Suíça podem ser estendidas aos mecanismos gerais de contatos.

A Suíça constitui um exemplo clássico de estado-nação construído no século XIX como os outros estados-nações da Europa e das Américas. Entretanto, ela elaborou uma forte identidade mitológica sem recorrer a uma língua nacional, exceção notável no contexto histórico da época. Quando se fala de representação do francês e das suas normas, assim como das relações mantidas com as línguas “nacionais” vizinhas, ou seja, o alemão, o italiano e o francês, vale a pena examinar de perto um fato raramente mencionado quando

²⁶ Por sinal, como já o dissemos em outra ocasião, o velho adágio latim “*Verba volant, scripta manent*” parece completamente invertido hoje, na idade das mensagens instantâneas e efêmeras dos celulares e da internet, e da gravação da voz...

a Suíça é citada como um caso singular de estado-nação multilíngue. Pode parecer extraordinário constatar que as fronteiras linguísticas praticamente nunca coincidem com as fronteiras políticas dos estados, isto é, dos cantões.²⁷ É o caso em particular dos limites entre as áreas francófonas e germanófonas, formando uma linha que serpenteia, a partir de Basileia, através os cantões do Jura, de Berna, de Friburgo e de Valais. Vale lembrar que as fronteiras cantonais²⁸ foram definidas ao longo da história há vários séculos, e que, em grande parte, corresponderam às fraturas religiosas a partir do movimento da Reforma protestante, em torno de 1500. Isso confirma, portanto, a ideia segundo a qual as identidades coletivas se fundavam não em disparidades linguísticas, mas em diferenças religiosas. Na verdade, tal fato, além de exemplificar a necessidade de uma perspectiva ecossistêmica para entender situações geolinguísticas que tanto devem à história, não deveria causar tanta surpresa, na medida em que se deve lembrar que, na época, não havia variedade normativa, ou seja, língua *standard*, nem nas línguas românicas, nem nas línguas germânicas, e que, tanto na escrita como na comunicação entre elites intelectuais (o clero) o que predominava era o uso do latim.²⁹ Além do mais, como bem sabemos, os falares locais eram extremamente diferentes, apesar de distâncias relativamente pequenas entre eles. Esse mosaico de línguas fazia parte do dia-a-dia do mundo medieval, ou, diríamos até, do mundo em geral. Assim sendo, a língua vernácula tinha certamente um papel mínimo na construção das identidades culturais, em face de outras dimensões sociais e culturais como a religião, a classe social, ou a geografia, entre outras. Novamente, destaca-se a importância de uma visão holística e dialética para a compreensão dos fenômenos envolvidos no contato, seja ele de natureza linguística, ou de maneira mais geral, intercultural.³⁰

²⁷Valeria, embora não haja espaço aqui, observar que o conceito de fronteira, considerado hoje como uma linha de limite, intocável e unidimensional, consistia outrora uma área ou faixa ampla, uma *zona* (*faixa*, em grego) de intercâmbio e de misturas culturais, como por exemplo, na Espanha medieval, numa época afinal mais pacífica de que a história oficial sugere, de coabitação e de comércio entre os reinos muçulmanos e os estados do Norte com soberanos cristãos. Entretanto, nas cidades de todos os reinos ibéricos encontravam-se comerciantes e artesãos de todas as confissões religiosas. É a este conceito de fronteira que se referem topônimos como o de Jerez de la Frontera.

²⁸Os cantões suíços são constituídos de territórios estaduais que se beneficiam de uma soberania própria muito maior do que os estados do Brasil ou dos Estados Unidos.

²⁹Até o século, na Cristandade, ou seja, na área constituída pelo que se chama de Europa nos dias de hoje, as obras escritas e, língua vulgar, como romances épicos ou líricos, poesias e peças de teatro, constituíam essencialmente transcrições fonéticas de uma literatura antes de tudo oral, destinada a ser recitada, declamada, cantada ou representada no palco. Aliás, seria mais conveniente falar em *oratura*, em vez de *literatura*!

³⁰Para se ter uma ideia da naturalidade com a qual era considerado o multilinguismo na Antiguidade, por exemplo, refiro-me a obras como aquelas escritas ou organizadas por Florence DUPONT, *Façon de parler grec à Rome*, ou ainda, *Rome, la villesans origine*.

Em consequência, podemos ver na paz das línguas na Suíça uma sobrevivência de tempos antigos, quando elas ainda não eram instrumentalizadas a serviço de novas cristalizações espaciais e temporais, que caracterizam em particular o período de formação do capitalismo e da revolução industrial, em outras palavras, a criação e a consolidação dos estados-nações. O arcaísmo dessas formas políticas que são as marcas do estado federal suíço se reflete também, como nota HAGÈGE (2000), na sobrevivência das antigas formas alemânicas dos dialetos suíços. Com efeito, essas formas ditas “regionais” são extremamente dinâmicas, mais vivas hoje do que nunca, e atualmente estão cada vez mais normatizando as suas modalidades escritas.

Gostaria ainda de destacar a representação jacobina centralizadora francesa. A política a ela associada teve, afinal, pouco impacto na Suíça ocidental francófona, onde domina um pragmatismo que se parece mais com a cultura anglo-saxônica, em oposição à concepção institucional francesa que instrumentaliza a língua para fins políticos ou ideológicos. Com efeito, não existe, por exemplo, nenhuma academia da língua – ao contrário da Bélgica francófona, que se dotou de uma Academia Real –, assim como fizeram todos os países de língua oficial castelhana. Em minha opinião, a adoção do francês *standard* ocorreu a reboque da ideologia linguística francesa, conservando-se durante muito tempo uma diglossia sem muitos conflitos nem coerção escolar.³¹ O assunto mereceria um maior aprofundamento, tanto no que diz respeito ao papel como aos implícitos de uma política linguística. No entanto, poder-se-ia se dizer que, por baixo da piada que pretende que os suíços se entendem bem por não se compreenderem, há afinal uma grande verdade: a de que as línguas, se de um lado servem para os homens se comunicarem, podem também preencher um papel não menos importante, o de delimitar e dividir, na sua função identitária.

11. Língua e cultura, contatos e conflitos: as propostas promissoras dos estudos ecossistêmicos

Qual é a função das línguas na formação das identidades sociais e culturais, assim como verificar de que modo as sociedades, as suas composições estruturais e culturais podem determinar as línguas tanto estaticamente como na sua dinâmica, tais nos parecem tarefas

³¹ Assinalamos aqui, que até a Primeira Guerra Mundial (1914-1919), a maioria absoluta da população francesa não falava o idioma oficial nacional (*le “bon” français*), mas apenas as variedades ou línguas locais.

primordiais da ecolinguística. Propomos que para realizar esse tipo de pesquisa recorramos a trabalhos tais como os da chamada “*interseccionalidade*” (*intersectionnalité*), porém, acrescentando aos fatores condicionantes de sexo, raça e classe (são esses dados que são principalmente considerados pela filósofa Elsa DORLIN), e também o de língua.

Seria interessante também prosseguir na reflexão proposta revisando as pesquisas sobre a elaboração de determinados métodos de aprendizagem das línguas e das visões do mundo por elas apresentadas, em particular quando, de forma subliminar, pretendem de alguma forma, ensinar ao discente mais como se tornar americano, francês ou alemão, do que ensinar propriamente inglês, francês ou alemão. Consideração que pode parecer um tanto exagerada ou ridícula, porém, uma análise do discurso de muitos métodos pedagógicos em uso só deveria confirmar essa crítica. É fácil estigmatizá-los ou ridicularizá-los por parecerem enganar a si mesmos ao errar o alvo, confundindo língua e cultura. No entanto, até nesse equívoco podemos vislumbrar uma vantagem enriquecedora, como observou o escritor libanês Amin MAALOUF (2009), ao se considerar a língua como fator de identidade torna-se possível a aquisição de identidades múltiplas, ou seja, o indivíduo consegue um grau de liberdade maior, de várias facetas. Em especial, esse autor faz questão de destacar que são as sociedades que moldam as religiões, e não o inverso. As relações que as sociedades mantêm com as línguas por elas utilizadas ficam fortemente impregnadas dos valores e das visões culturais que elas vão elaborando. Isso não significa que determinada língua seja fatalmente destinada a veicular para sempre os valores construídos pela comunidade de seus usuários. Trata-se aqui de um debate complexo, que será preciso desenvolver, sobre as relações ambivalentes entre línguas e culturas.³² Ou, em outros termos, uma língua pode tanto se constituir como instrumento de hegemonia, como refletir a diversidade e a riqueza das culturas das quais ela é o veículo de expressão. Arma de opressão, ou ferramenta de liberdade, tais são as perspectivas contraditórias que a língua pode abrir, às vezes simultaneamente. Neste sentido, são realmente as sociedades que podem moldar as línguas, como, aliás, elas forjam as religiões. Aquilo que se chama em determinada literatura de “gênio” das línguas é finalmente meramente uma mistificação, que resulta da sua instrumentalização por certa

³²Não podemos deixar de mencionar a importante contribuição do pesquisador linguista e antropólogo Daniel EVERETT (2012) que publicou uma vasta compilação a respeito na sua obra *Language, the Cultural Tool*.

mentalidade própria de uma época e de um lugar. Mas nem por isso se deve considerar as línguas como responsáveis pela hegemonia ou pela diversidade cultural.

12. O crepúsculo das normas vernáculas

Ninguém percebeu melhor, analisou e pôs em contexto a “dissolução das normas, dos valores e dos tecidos sociais tradicionais”, no decorrer da segunda metade do século XX, senão o historiador Eric HOBBSBAWM, em particular no seu trabalho *As Idades dos Extremos*. Trata-se da emergência do fenômeno dito do comunitarismo, que atinge tanto a América do Norte como a Europa, e parte do resto do mundo, sobretudo a partir dos anos noventa. Acontece que esse fenômeno é geralmente confundido com a ascensão dos nacionalismos, que se realizariam através dos regionalismos separatistas, em que a língua se revela um importante parceiro instrumentalizado.

Trata-se de uma confusão, pois ocorre na realidade um processo que está minando o nacionalismo elaborado na Europa ao longo do século XIX. Hobsbawm demonstra muito bem que, apesar das aparências, estamos assistindo agora a movimentos absolutamente diferentes e divergentes, pelos quais uma homogeneização e uma solidariedade que legitimavam a constituição do estado nacional estão sendo solapadas pelo que o autor chama de “egoísmo” regional causado por um desequilíbrio crescente no interior dos estados-nações constituídos. Além do mais, a constituição dessas novas identidades coletivas abandona o suporte material do território, já que, por exemplo, chega-se a se falar de *queer nation* nos Estados Unidos, ou de nação islâmica, para citar apenas dois exemplos.

A tese de Hobsbawm nos parece perfeitamente adequada para explicar as mudanças que afetam as práticas e as representações linguísticas que se mostram nos dias de hoje. Fornece a chave para compreender a dissolução das variantes linguísticas tidas até recentemente como normas do falar “correto”, ou seja, da língua central consensual, normativa.

É interessante notar que está ultimamente emergindo no Brasil uma verdadeira tomada de consciência do patrimônio representado pela diversidade linguística que convive com a língua oficial: as inúmeras línguas ditas indígenas, assim como as dos descendentes de

imigrantes, por exemplo, as variedades alemãs ou italianas, entre muitas outras, que às vezes desapareceram na Europa e se conservam no Brasil. Assim sendo, a sua “brasilidade” se afirma cada vez mais no âmbito nacional³³.

Referências

- ANDERSON, B. *Imagined communities*. London/New York: Verso, 2000.
- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
- BEN JEMIA, M. N. *La langue des derniers musulmans de l'Espagne*. Tunis: Publications de l'Université de Tunis, 1987.
- DORLIN, E. *Sexe, race, classe; pour une épistémologie de la domination*. Paris: PUF, 2009.
- DORLIN, E. *La matrice de la race: généalogie sexuelle et coloniale de la Nation française*. Paris: La Découverte, 2006.
- FREIRE, J. B. *Rio Babel. A história das línguas na Amazônia*. Rio de Janeiro : Atlântica, 2004.
- GEARY, P. *Quand les nations refont l'Histoire. L'invention des origines médiévales de l'Europe*. Paris : Flammarion, 2004. (*The Myth of nations. The medieval origins of Europe*. Frankfurt am Main : Taschenbuch Verlag, 2002).
- GELLNER, P. *Nations et nationalismes*. Paris :Payot, 1999. (*Nations and Nationalism*. Oxford: Basil Blackwell, 1983).
- HAGÈGE, C. *Le soufflé de la langue*. Paris : Odile Jacob, 2000.
- JOSEPH, J. E. *Language and Identity. National, Ethnic, Religious*. Basingstoke e Nova Iorque : Palgrave Macmillan, 2004.
- HOBSBAWM, E. J. *Ages of Extremes : The Short Twentieth Century, 1914-1991*. Londres : Michael Joseph Ltd, 1994.
- JERAD, N. *La publicité, un champ pour un nouvelle lecture du contact de langues ai Maghreb*. Rio de Janeiro : GIEL, 2012 (à paraître).
- KLINKENBERG, J. M. *La langue et le citoyen : pour une autre politique de la langue française*. Paris : PUF, 2001.
- LIMA, S. B. *A língua portuguesa e a unidade do Brasil*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2000 (1981).
- MAALOUF, A. *Le dérèglement du monde*. Paris : Grasset, 2009. MERLIN-KAJAN, H. *La langue est-elle fasciste ? Langue, pouvoir, enseignement*. Paris : Seuil, 2003.
- MICHAELS, B. W. *La diversité contre l'égalité*. Paris : Liber/Raisons d'agir, 2009.
- REYNAUD-PALIGOT, C. *De l'identité nationale. Science, race et politique en Europe et aux Etats-Unis XIXe-XXe siècle*. Paris: PUF, 2011.
- RIBEIRO, D. *O povo brasileiro : a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo : Companhia das Letras, 1995.
- SAID, E. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SAND, S. *Comment le peuple juif fut inventé*. Paris : Fayard, 2008.
- SÉNAC, R. *L'invention de la diversité*. Paris: PUF, 2012.
- WEIL, P. *Liberté, égalité, discriminations: l'identité nationale au regard de l'Histoire*. Paris: Gallimard, 2009.

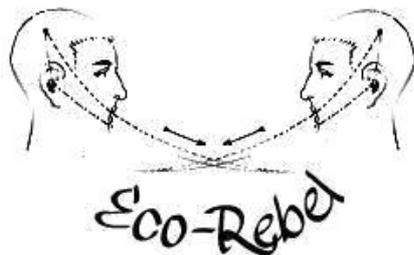
³³Inclusive já se fala em *Brasildeutsch*, de *RiograndenserHunsrückisch* ou ainda de pomerânio capixaba, por exemplo.

ECO-REBEL

ZIMMER, O. *A Contested Nation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

Recebido: 20/06/2014.
Reformulado: 20/02/2015
Aceito: 02/07/2015.

ECOLINGÜÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), v. 1, n. 2, 2015.



RESENHA

MOURE, Teresa. *Ecolinguística: Entre a ciência e a ética*. A Coruña: Servizo de Publicacións da Universidade da Coruña, 2011, 130p.

Elza Kioko Nakayama Nenoki do Couto (UFG)

Considero a publicação da resenha deste pequeno livro em ECO-REBEL bastante oportuna. Trata-se de um livro escrito em galego, por uma ecolinguista da Galiza, Teresa Moure. Como se sabe, o galego é uma língua irmã do português. As duas línguas nasceram juntas. Tanto que o início da literatura de ambas fala em "literatura galaico-portuguesa", ou seja, na origem praticamente não se distinguia entre "língua portuguesa" e "língua galega". Além disso, o livro representa mais uma interessante fonte de pesquisa para os estudiosos de ecolinguística não só no Brasil, mas em todo o domínio da língua portuguesa, da galega e, por que não, da espanhola. Aliás, Moure discute em diversas passagens do livro a questão da língua galega comparativamente ao português.

A autora alinha um extensa bibliografia. Entre os autores, são propriamente ecolinguistas os seguintes: Mark Garner, M. A. K. Halliday, Einar Haugen, Luisa Maffi, Salikoko Mufwene e Tove Skutnabb-Kangas. Outros tratam da situação ecolinguística do galego no contexto da Espanha, mesmo não sendo seus autores ecolinguistas propriamente dito, como é o caso de R. Carvalho Calero (*Do galego e da Galiza*), M. P. García Negro (*Direitos lingüísticos e control político*), C. Junyent (*Las lenguas del mundo: Una introducción*), M. Núñez Singala (*En galego, por que non? Contra os prexuízos e as simplificacións sobre a lingua galega*), F. Rodríguez (*O conflito lingüístico na Galiza*), entre outros. No todo, o livro alinha mais de 66 entradas nas referências bibliográficas finais.

O livro está dividido em três seções: A Linguística no Conxunto do Coñecemento (com dois capítulos), As Línguas do Mundo (cinco capítulos), Linguaxe e Cosmovisión (três capítulos) e um capítulo final sob o título de Un Dilema Moral. Os dois capítulos da primeira parte são "Entrando em matéria" e "O paradoxo da unidade e da diversidade".

No primeiro há uma série de considerações sobre a língua vista pelo leigo, pelo linguista e pelos gramáticos normativos. No segundo, a autora entra de cheio em um dos temas centrais da ecolinguística, o da diversidade. A língua não é homogênea como as autoridades e os gramáticos normativos gostariam. Pelo contrário, ela é sempre heterogênea, não só internamente, mas também externamente. Internamente, há a variação dialetal e até a idioletal. Externamente, nota-se que não há fronteiras rígidas entre as línguas.

Os cinco capítulos da segunda parte são “A mala relación entre a ciencia da linguaxe e as línguas”, “O número de línguas do mundo, un dato descoñecido”, “A morte das línguas”, “O esvaradío concepto de lingua” e “Linguodiversidade”. São todos assuntos estudados pela ecologia das línguas. Vejamos, por exemplo, a questão dos número de línguas faladas no mundo. As sete línguas mais faladas do mundo, segundo Moure, são: chinês (1.213.000.000), espanhol (329.000.000), inglês (328.000.000), árabe (221.000.000), híndi (182.000.000), bengali (181.000.000), português (178.000.000). O galego da autora figura no 160º lugar, com 3.200.000 falantes. É claro que esses números precisam ser atualizados, pois, como sabemos, o português, por exemplo, já conta com mais de 200 milhões de falantes. O mesmo vale para as demais. No total, deve haver cerca de 6.900 línguas no mundo.

Moure comenta ainda a distribuição desigual dessas línguas pelo mundo. Na Papua-Nova Guiné, existem 830; na Nigéria, 514; na Índia, 438; nos Camarões, 278. O Brasil teria umas 180 línguas. Na Europa, o país com mais línguas é a Federação Russa (105), seguida da Itália (33) e Alemanha (28). O fato é que a situação mais comum no mundo é a de multilinguismo. Não existe país monolíngue.

Mas, nesta parte do livro a autora discute ainda questões polêmicas, como a do que é língua minoritária. De acordo com ela, ‘un criterio xurídico establecería como minoría lingüística a poboación que fala unha variedade distinta daquela considerada oficial no territorio que habita’ (67). No entanto, acrescenta, línguas como afrikaans na África do Sul, Búlgaro na Grécia e sórbio na Alemanha não são tão minoritárias assim. Um tema central para a linguística ecossistêmica é discutido na parte “Linguaxe e cosmovisión” do livro. Trata-se da concepção de língua como instrumento, o que ela nega veementemente. Em suas palavras, “Con moita frecuencia, os libros de texto, os manuais e enciclopedias que estudamos teiman en definiren a linguaxe humana como un instrumento de comunicación”. Para ela, “esta definición no só resulta simplificador, senón que salienta

a súa dimensión máis inocua”. Isso porque “se as linguas fosen o principal medio de comunicación das persoas, non se explicaría por que somos máis torpes por teléfono que cara a cara”. Fazemos uso talvez mais de “as artes, os xestos, o afecto ou o sexo” do que da linguagem falada, tanto que o vulgo diz que “unha imaxe vale máis que mil palabras”. Dizer que a função principal da língua é a comunicação leva a supervalorizar as línguas faladas por mais pessoas, como o inglês, pois, com elas, podemos comunicar com mais gente. A linguagem humana não é o principal sistema de comunicação humana, o que cheira a antropocentrismo. Enfim, a língua não é um instrumento como uma faca, por exemplo.

Outra função da língua seria a de ser “un sistema de representación do mundo”, acatada pelas correntes formalistas, que a desconectam do mundo. No entanto, é essa faceta dela que nos permite planejar o que vamos dizer, lembrando o ecossistema mental da língua. A terceira concepção de linguagem a vê como “mecanismo de poder”. Se a primeira concepção vê na língua um fenômeno social, a segunda a encara como algo psicológico e biológico. A terceira junta as duas primeiras, indo até além delas. Como se vê, para Moure a língua é uma realidade biopsicossocial, embora ela não use o termo.

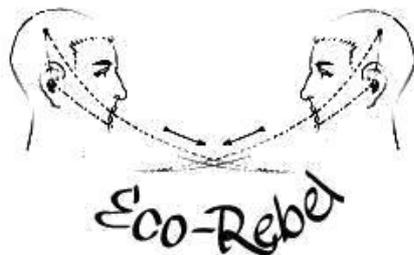
Em seguida discutem-se questões de relatividade linguística, se a língua é reflexo da realidade ou se é a língua que cria a realidade. Discute também as relações de poder entre as línguas. Segundo a autora, “o galego, ninguén o negará, está mellor asentado en usos coloquiais e irrelevantes, que en rexistros cultos”. No entanto, acrescenta, “loitarmos pola língua con que a nosa tribo ollou desde antigo as cousas todas é tanto como nos asegurarmos a dignidade, reconstruirmos a identidade colectiva, en nome de quen veña detrás. Loitarmos pola lingua é loitarmos pola liberdade”.

Finalmente, Moure discute a questão ética de uma antropóloga que chega a uma tribo que vai sacrificar algumas jovens para aplacar a ira da montanha cujo vulcão poderá arrasar a vila. A autora associa isso à situação do galego, minoritário frente à língua estatal da Espanha. Ela, aparentemente, não toma partido sobre o que deve fazer a antropóloga: tentar libertar as jovens da morte ou acatar os costumes locais. Se Teresa Moure tivesse tido conhecimento da análise do discurso cológica (que ainda não existia quando escreveu o livro), talvez sua antropóloga tivesse ficado do lado da vida, resgatando as jovens. Afinal, tradições mudam ao longo do tempo, mas a morte é irreversível. Por fim, este pequeno livro é uma boa obra a ser usada em cursos de ecolinguística, dadas as várias questões que a autora aborda, embora sem aprofundar nenhuma delas. De qualquer forma,

ECO-REBEL

um dos seus méritos é apresentar diversos lados das questões estudadas. Isso está em consonância com a ideia ecológica da diversidade (e suas consequências) e a da multidisciplinaridade e multimetodologia da ecolinguística. Por sua linguagem clara e acessível, o livro pode ser entendido até pelo leigo em linguística, e em ecolinguística.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), v. 1, n. 2, 2015.



RESENHA

COUTO, Hildo H. do; COUTO, Elza K. N. N. do & BORGES, Lorena A. O. *Análise do Discurso Ecológica (ADE)*. Campinas: Pontes, 2015, 218p.

Hulda Gomides Oliveira (UFSCar)

“Longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto”². Essa máxima saussuriana circula largamente no campo da Linguística e nos valeremos dela aqui para, de início, já indicar o ponto de visão que constitui o objeto da *Análise do Discurso Ecológica (ADE)* ou *Linguística Ecosistêmica Crítica (LEC)*: a visão ecológica de mundo. Envolvida por essa perspectiva, a obra *Análise do Discurso Ecológica – ADE*, lançada ainda neste ano, como volume 9 da coleção *Linguagem e Sociedade*, da Editora Pontes/Unicamp, pelos autores Hildo do Couto, Elza do Couto e Lorena Borges, quer instaurar exatamente um novo ponto de vista teórico e prático, uma outra forma de perceber e analisar fenômenos do mundo.

Trata-se de um ponto de partida epistemológico que instaura rupturas e continuidades e que, de alguma forma, abala e [re]constrói paradigmas, não só analíticos, mas de como enxergar e desenvolver as relações no mundo e com o mundo. A própria forma de escrita já revela alguns dos elementos caros à ADE: a harmonia e a integração. É harmônica, pois, apesar de ser uma escrita a três, os capítulos foram sendo costurados de modo a formar um todo entre as vozes autorais. E integradora, pois apresenta-se uma linguagem acessível, não empolada, com o cuidado de retomar conceitos de forma simples, fazendo o leitor sentir-se integrado à escrita, convidando-o, inclusive, a aderir à área por meio de sugestões de análise, por exemplo.

Na esteira do movimento de rupturas e continuidades, a ADE estabelece continuidades ao reclamar termos como “análise do discurso” ou ainda “linguística” e “crítica”, se optarmos pela denominação LEC. Isto é, o que ela faz dialoga com a análise de discurso, com a sua perspectiva crítica de análise, mantendo, por fim, relações como o linguístico. Levando isso em consideração, o primeiro capítulo vai recuperar aquilo que tem sido chamado de “Análise do Discurso”, para mais à frente estabelecer as linhas de trabalho

de uma Análise do Discurso Ecológica. Nesse sentido, são trazidos conceitos fundamentais à AD, desde Harris, passando por Bakhtin, até se desenrolar na Europa como Escola Francesa da AD, com nomes como os de Pêcheux, Dubois, Courtine e Foucault. São revistos, então, elementos indicadores das filiações teóricas de tal corrente, dos quais podemos destacar: o materialismo histórico, a partir de uma releitura de Marx por Althusser; a psicanálise freudiana via Lacan; e os estudos linguísticos de Saussure.

Na sequência, o capítulo dois faz, de modo semelhante, uma história da Análise do Discurso Crítica (ADC ou ACD), retomando nomes importantes como os de Fowler, Kress, Fairclough; apontando para a força de bases teóricas distintas das que sustentavam a AD francesa, temos: os estudos linguísticos britânicos desenvolvidos por Firth, Halliday e Sinclair; as teorias marxistas de base gramsciana; e a teoria crítica praticada na Escola de Frankfurt (com autores como Adorno, Horkheimer e Habermas). Por fim, apresenta-se, ainda, uma visada sociocognitiva, produzida mais tarde por van Dijk. Em geral, o que conecta esses tratamentos analíticos é o termo “crítica”, que se pauta no fundamento de que “teorizar sobre a linguagem é uma maneira de interferir tanto no sistema quanto na estrutura social que o fundamenta” (p. 53).

Em seguida, e não por acaso, vem o capítulo intitulado Ideologia. Até aqui a obra nos mostra formas de desenvolver algumas tendências em análise de discurso e, diante disso, um conceito-chave para os arcabouços teóricos por ora apresentados é certamente o de ideologia. Segundo a ADE, a noção de ideologia que atravessa e sustenta tanto a AD quanto a ADC é eminentemente negativa. Aqui se encontra, portanto, o grande movimento de ruptura que a ADE quer empreender; ela faz sim “análise de discurso”, ela mantém também um tratamento crítico da AD, na medida em que compreende que teorizar é interferir na estrutura social; contudo, ela não compartilha da ideia de que a ideologia é uma abstração da realidade ou um sistema de ideias que domina o espírito dos homens, ou ainda, um dispositivo de ilusão, que cria uma falsa consciência e que aliena e pretende apagar a existência de uma luta de classes em prol da exploração de uma sobre a outra.

A Linguística Ecológica Crítica defende uma ideologia da vida ou uma ideologia ecológica, nos seguintes termos: “onde a AD, a ADC e a Ecolinguística Crítica [que é uma outra vertente apresentada na obra] veem ideologia política e relações de poder, a ideologia ecológica vê a vida e tudo que lhe diz respeito” (p. 74). E é essa ecoideologia que será mostrada e cada vez mais detalhada nos capítulos subsequentes. A

ECO-REBEL

Ecolinguística, ancorada na macroecologia, é a grande área que abriga, portanto, a ADE/LEC, uma vez que ela se volta às interações verbais que se dão no ecossistema linguístico, isto é, interessa a ela o estudo do meio ambiente da língua, e não um estudo das relações entre língua e meio ambiente, ou menos ainda, um estudo de questões estritamente ambientais. Acontece que a ADE e a LEC estabelecem tais novas nomenclaturas justamente para evitar mal-entendidos que liguem suas análises a áreas que se dedicam a trabalhos com temáticas ambientalistas.

Considerando essas discussões, em 2011, começa a surgir o uso da expressão “linguística ecossistêmica”, no seio da Ecolinguística desenvolvida no eixo Brasília-Goiânia, a fim de estabelecer alguns paradigmas centrais: i) o conceito de ecossistema, vindo da ecologia, é fundamental à ADE/LEC, de tal modo, a ecologia não vem de fora para dentro, antes, parte-se da ecologia para estudar questões linguísticas; ii) os conceitos ecológicos, nesse sentido, não são meras metáforas, mas são sim a base para as análises empreendidas. Esta obra é, portanto, a apresentação de uma nova perspectiva de compreensão teóricocrítica da vida humana (relações homem-natureza).

Ao depreender um trabalho de fundamentação e exposição dos pressupostos que envolvem a área, o que se sugere é que se trata da constituição de uma postura epistemológica, ampla e radical (no sentido de ser profunda), diante das práticas sociais de linguagem em geral. A associação à Ecologia, nesse ritmo, funciona para garantir uma visão holística e multidisciplinar, e não vinculada a análises de discursos ambientalistas, conforme vimos, inclusive por não se identificar como “análise do discurso ecológico”. Antes, trata-se de uma postura de avaliação dos discursos baseada na ecologia/biologia (análise ecológica dos discursos), enquanto parâmetro basilar e transversal das relações gerais e reais entre seres humanos e meio em que vivem.

A perspectiva ecológica parece atingir de modo preciso a condição necessariamente interativa dos discursos. A palavra ‘condição’ vem ressaltar aqui o entendimento de que os discursos estão sempre envolvidos em condições de produção e a ecologia seria, assim, constituinte fundamental dos ambientes discursivos. Questões como diversidade, adaptação, evolução, sustentabilidade, comunhão, abertura (no sentido de não isolamento) não são aspectos peculiares a determinados grupos, antes, são elementos comuns da/na interação entre seres que, em movimentos multilaterais, buscam harmonia. Aliás, vale dizer, a organização de um ecossistema preza pelo equilíbrio (pelo não sofrimento), e isso também é central nas análises da ADE/LEC, mas esse parâmetro não

quer significar que os elementos de tal sistema caminhem sempre em consenso, é exatamente no embate constante, em um jogo entre a novidade e a estabilidade, que o movimento sistêmico se desenha. Cabe à área, segundo ela mesma reconhece ao longo da obra, um prescritivismo metodológico positivo, no sentido de recomendar práticas que tragam o menor sofrimento possível ao meio.

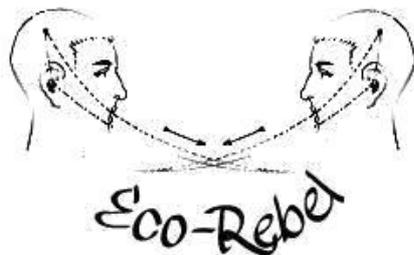
A proposta é, enfim, elevar a ecologia a paradigma geral de formação dos discursos, ou ainda, instaurar a visão ecolinguística como área-base transversal para os mais diversos tipos de texto, ressaltando-se a configuração biopsicossocial dos seres em interação real. A busca por um “tema maior” que perpassa e constitua as relações humanas (e as demais relações potenciais a esse contexto) não é fortuita, uma vez que linguagem e ecologia (meio ambiente) são elementos sempre presentes nas interações, e, assim, não seriam vieses de análise ou segmentos relativos a grupos determinados. Toda a metodologia de análise é detalhada, especialmente no capítulo Ecologia da Interação Comunicativa, estabelecendo termos ecológico-linguísticos que fundamentam os estudos: considera-se um cenário de interação comunicativa (comunicação) entre falante e ouvinte que fazem referência (interação indivíduo-mundo) a um assunto, constituindo um “conjunto de hábitos interacionais [chamados] de regras (interacionais e sistêmicas) [...]” (p. 109).

Os quatro últimos capítulos reúnem exemplos de análises a partir dos paradigmas da ADE arrolados até ali, inclusive traçando diferenças entre análises feitas segundo o referencial da AD e da ADC. Isso é interessante, pois indica na prática como se dão as formas de tratamento e compreensão de cada uma das áreas, conforme já tinha sido indicado no aspecto teórico. Só para exemplificar, ao tratar de discursos relacionados à agressão contra a mulher, a ADE reforçará o fato de que por ser mulher é que deve ser defendida como ser humano, não apelando para argumentos ideológicos, que acirrem o conflito entre homens machistas e as perspectivas feministas. Não, o ponto de vista da LEC é conciliatório e apela para a defesa da vida, nem contra nem a favor seja de homens ou de mulheres, mas sempre em prol da vida e do não sofrimento. Vejam que o argumento ecológico é radical, uma vez que aponta para a configuração completa e harmônica dos seres, e não para aspectos circunstanciais ou acessórios. Neste caso, reclama a defesa da constituição biopsicossocial do ser humano, logo, de seus ecossistemas natural, mental, social e espiritual, enfim, não sobrepondo o social aos demais níveis. Ou ainda, no penúltimo capítulo, quando é retomado o caso dos meninos de rua. Trata-se, de fato, de uma retomada, pois o estudo foi reinterpretado a partir da perspectiva ecológica.

ECO-REBEL

Em uma primeira análise foram ressaltados aspectos formais e antropológicos do imaginário constitutivo dos dizeres dos meninos (fundamentando-se na semiótica greimasiana e na antropologia durandiana do imaginário). Já sob o tratamento ecocêntrico, foram privilegiadas as estratégias de readaptação e sobrevivência empreendidas pelos meninos que, ao se verem expostos na rua, buscavam se ajustar e lutavam sobretudo pelo não sofrimento, pelo equilíbrio perdido (ou talvez, nunca antes por eles vividos). Isto é, a análise busca interferir no cerne da problemática: “analisa, critica e prescreve/recomenda comportamentos que favoreçam a vida e evitem o sofrimento” (p. 138), pois é a vida, afinal, que realmente mais importa aos seres – não só aos seres humanos, mas a todos os seres participantes do movimento ecossistêmico. Por tudo isso, esta obra é, ao mesmo tempo, fundadora, ao estabelecer diálogos e rompimentos com áreas de estudos precedentes e, assim, firmar novo arcabouço teórico-prático; e propositiva, ao funcionar como uma espécie de proposta e convite a trabalhos vindouros, que podem aderir a tal linha de pesquisa por meio do “manual de introdução” que acaba de ler.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), v. 1, n. 2, 2015.



RESENHA

ALBUQUERQUE, Davi & COUTO, Elza do (orgs.). *Linguística ecossistêmica e análise do discurso ecológica: Teoria e aplicações*. Brasília: Thesaurus, 2015, 222p.

Zilda Dourado Pinheiro (UEG)

A presente obra é mais um resultado do trabalho teórico intenso desenvolvido pelo NELIM (Núcleo de estudos de ecolinguística e imaginário) da Universidade Federal de Goiás, em colaboração com a Universidade de Brasília que, juntas, constituem a Escola de Ecolinguística Brasília. Com o objetivo de ampliar os estudos da linguagem, esses dois grupos de pesquisa têm promovido encontros para reunir pesquisadores do Brasil e do exterior a fim de promover discussões teóricas acerca de uma abordagem ecológica da linguagem, isto é, a Ecolinguística. O último deles foi o II Encontro Brasileiro de Ecolinguística, na Faculdade de Letras da UFG, nos 18, 19 e 21 de novembro de 2014. O presente livro é em grande parte a reunião das comunicações orais apresentadas nesse evento.

A Ecolinguística nasce de um diálogo entre os estudos da linguagem com os estudos da Ecologia, pois considera as relações entre a língua e o meio ambiente. Assim, ela é o estudo das interações linguísticas em uma abordagem ecológica sobre a língua. Para essa teoria, a língua é considerada como uma interação entre um povo em um território, delineando assim, o seu próprio ecossistema, o ecossistema fundamental da língua (EFL), renomeado como ecossistema integral da língua.

A Ecolinguística praticada no Brasil é conhecida como Linguística Ecossistêmica. Para essa abordagem dos fenômenos da linguagem, a interação linguística é complexa, pois depende do conhecimento linguístico das pessoas e de elas conviverem em um território enquanto grupo social falante da língua. Por isso, o EFL pode decompor-se em outros três ecossistemas, igualmente determinantes para a interação linguística: o social, o mental e o natural. Portanto, um estudo ecolinguístico da língua tem como objetivo estudar a interação linguística pela integração desses três ecossistemas. Dessa maneira, a

Linguística Ecolinguística propõe uma visão holística da língua, considerando-a como um todo interacional pertencente à vida humana. O II Encontro Brasileiro de Ecolinguística propôs intensificar essas discussões sobre o Ecossistema Fundamental da Língua e todas as suas imbricações para o estudo das interações linguísticas.

Além da Introdução, assinada pelos organizadores, o livro contém 17 ensaios. Os textos “Do vaivem passando Entre rios até Ipameri (GO): considerações acerca da mudança toponímica”, de Kênia Mara de Freitas Siqueira, e “O homem, o lugar e a língua: uma investigação da influência antrotoponímica na toponímia maranhense”, de Maria Célia Dias de Castro, teorizam sobre a toponímia segundo a perspectiva da Linguística Ecolinguística. Os dois trabalhos evidenciam o modo como o léxico de uma língua está determinado pelas relações do povo com o meio ambiente natural. Os topônimos podem ser considerados como uma forte evidência da apropriação do espaço natural por parte do ser humano. Eles interferem no ecossistema fundamental da língua e, ao mesmo tempo, são delineados por essas interações linguísticas entre os falantes em um território.

Os textos “O contato de língua nos Timor Leste: uma ecologia linguística complexa”, de Helem Andressa de Oliveira Fogaça & Jessé Silveira Fogaça, e “O estudo do contato de línguas e a Ecolinguística”, de Davi Borges de Albuquerque, apresentam o modo como os conflitos sociais do Timor-Leste ameaçam a diversidade linguística daquele país. Fundamentados pela Linguística Ecolinguística, apresentam uma metodologia de análise que evidencia como o estabelecimento das duas línguas oficiais, o tétum e o português, ameaçam a existência, das línguas maternas dos demais grupos sociais daquele país.

Os capítulos “Entre o Vale e o Amanhecer: comunidade de fala para a Ecolinguística”, de Genis Frederico Schmaltz Neto, e “Tambori pra canoa é brinco: breve abordagem sobre o conhecimento etnobotânico kalunga”, de Gilberto Paulino de Araújo, debruçam-se sobre um conceito importante para a Linguística Ecolinguística, a comunidade de fala. A comunidade de fala é um grupo de pessoas que se agrupam em um território específico e nele interagem verbalmente no dia a dia. O primeiro trabalho demonstra como o Vale do Amanhecer, um grupo espiritualista de sincretismo religioso, pode ser considerado uma comunidade de fala. O segundo trabalho, ao considerar a comunidade Kalunga como uma comunidade de fala, estuda o seu conhecimento etnobotânico, e evidencia o modo como o contato com a natureza amplia o léxico direcionado à fauna. Esse conhecimento representa a identidade da comunidade de fala em interação com o seu território.

Os capítulos “A folia da roça da região da Formosa”, de João Avelar Nunes Filho, e “O discurso “fragmentado” dos meninos de rua e da linguagem rural”, de Elza do Couto e Hildo do Couto, analisam as interações linguísticas segundo a ecologia da interação comunicativa. O primeiro trabalho analisa as falas da folia da roça e evidencia o quanto as interações linguísticas dessa prática religiosa são harmoniosas e biocêntricas. O segundo trabalho defende uma nova visão da língua. A língua é comunicação e expressão do pensamento por meio dos atos de interação comunicativa. Desse modo, as falas características dos meninos de rua e da linguagem rural são atos de interação comunicativa que sobrepõem as regras interacionais da comunicação às regras sistêmicas da língua. A propósito, é nesse ensaio que foram propostas pela primeira vez as ‘regras interacionais’, que incluem as ‘regras sistêmicas’. Elas existem para garantir a eficácia da interação comunicativa.

Todos os trabalhos citados até aqui teorizam e aplicam a Linguística Ecolinguística em seus objetos de estudo. Contudo, o II EBE demonstrou que a Ecolinguística é multidisciplinar e dialoga com diferentes vertentes da Linguística. Dessa maneira, qualquer fenômeno da linguagem pode ser estudado de uma perspectiva ecolinguística.

Os textos “Relações entre o Funcionalismo e a Ecolinguística”, de Leosmar Aparecido da Silva, e “A perspectiva ecolinguística dos gêneros do discurso: estruturas ideológicas e suas interrelações”, de Elza do Couto e Samuel Souza e Silva, demonstram o modo como a Linguística Ecolinguística pode dialogar com outras linhas de pesquisa da Linguística para estudar os fenômenos da linguagem.

O artigo “Relações entre o Funcionalismo e a Ecolinguística” destaca que tanto o Funcionalismo quanto a Ecolinguística acatam concepção de que língua é interação. Essas teorias vão além. Partindo das relações entre o ambiente físico e a língua, essas duas abordagens teorizaram sobre os processos de conceptualização, iconicidade e extensão metafórica. Esse diálogo é importante porque a convergência de duas visões para a interação promove a visão holística da linguagem, tão cara à Linguística Ecolinguística. O artigo “A perspectiva Ecolinguística dos gêneros do discurso: estruturas ideológicas e suas inter-relações” faz uma breve revisão teórica sobre os estudos dos gêneros do discurso. O trabalho busca desconstruir a ideologia como determinante para a divisão social entre os gêneros discursivos formais e informais.

O ensaio “O militar e a educação: uma análise imagético-social”, de Alexia Maria Cardoso, analisa as propagandas do Colégio Militar na periferia da cidade de Goiânia, capital do estado de Goiás. Direciona o estudo da interação linguística para uma proposta de Análise do Discurso Ecológica e a dialoga com a Antropologia do Imaginário de Gilbert Durand. Com essa interconexão teórica, a autora demonstra como a falta de assistência social na periferia possibilita a efetivação de um discurso de autoridade figurada pelo comandante militar como um redentor dos indivíduos excluídos socialmente.

No todo do livro, alguns textos demonstram um alargamento dos estudos da Linguística Ecológica para a Análise do Discurso Ecológica. O objetivo é o de direcionar a ecologia da língua para os estudos do texto e do discurso.

A Análise do Discurso Ecológica segue os postulados da Ecolinguística e os direciona para o discurso pelo estudo dos textos. É uma disciplina cuja principal tônica é a defesa da ideologia e da vida, de modo a prescrever, por meio de suas análises, atitudes de combate ao sofrimento humano e à destruição da natureza. Em diálogo com o Taoísmo e com a Análise do Discurso Positiva, a ADE aponta um conflito ideológico para a prescrição de uma postura que defenda a vida e combata a visão de mundo antropocêntrica e capitalista. Esse caminho da Linguística Ecológica para a Análise do Discurso Ecológico está evidenciado em diferentes ensaios do livro.

O capítulo A construção do feminino em enunciados de O Boticário, de Alita Carvalho Miranda Paraguassú, faz uma análise ecológica da propaganda do ‘O Boticário’, demonstrando o modo como ela dita o padrão eurocêntrico de feminilidade para a mulher brasileira. Além disso, a análise evidenciou como a propaganda feriu o princípio da diversidade ecológica, do reconhecimento das diferenças como imprescindíveis para a existência dos seres vivos, o que representa um grande problema de representatividade da mulher brasileira na grande mídia.

O ensaio “O conceito jurídico de sustentabilidade: perspectivas da Análise do discurso ecológica”, de Heloanny de Freitas Brandão, toma o conceito de sustentabilidade como objeto de estudo. Tendo como corpus textos do direito ambiental, a autora denuncia a visão antropocêntrica do ser humano em sua relação com a natureza. Desse modo, o direito ambiental e o seu conceito de sustentabilidade defendem o meio ambiente como um objeto de uso humano que deve ser preservado para garantir a longevidade da exploração capitalista. Não há alusão à defesa da vida humana nem à da fauna e da flora.

O capítulo “Análise ecológica da comunicação e da mídia: a força da comunicação na sociedade midiaticizada”, de Lutiana Casaroli, analisa as noções de comunhão, comunicabilidade e mídia, segundo a ADE. A grande mídia promove a comunhão entre as pessoas pelo exercício de uma comunicabilidade prescritiva das interações sociais. Pela comunicabilidade, a mídia forma uma sociedade midiaticizada, contudo essas interações estão baseadas numa visão individualista, pois as formas de sociabilidade não estão a favor da harmonia entre os seres humanos e desses com a natureza. O trabalho propõe uma mudança nessas formas de sociabilidade. Elas deveriam ser em defesa da vida humana em harmonia com a natureza.

O capítulo “Discurso verde na mídia”, de Ricardo Sena Coutinho, junta a Análise do Discurso Ecológica com a mitologia do Roland Barthes. A partir da análise de uma peça publicitária de pneus, o trabalho demonstra a existência de um mito verde no mercado publicitário, uma tentativa de aproximar a necessidade do mercado com o discurso de defesa do meio ambiente. No entanto, a análise da propaganda demonstra que nem todo discurso ecológico visa apenas à conscientização da sociedade, ele também pode servir à ideologia do capitalista e propagar-se nos objetos de cultura de massa.

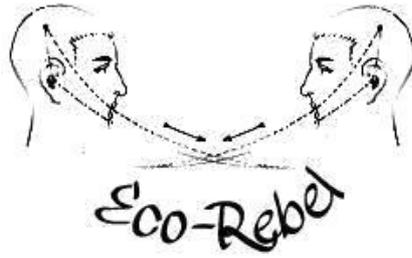
Por fim, o livro encerra-se com o trabalho ‘Vida mundo’ de Carmo Bernardes à luz da Análise do discurso ecológica, de Margareth de Lourdes Oliveira Nunes. A autora divulga o escritor goiano Carmo Bernardes. Em toda a extensão de sua literatura, ele apresenta um ideal de natureza como um ambiente exótico, cheio de aventuras e surpresas. É essa representação do meio ambiente que a autora analisa em relação à defesa da ideologia da vida.

Os ensaios que compõem o Linguística ecossistêmica e Análise do discurso ecológica são fruto das intensas discussões teóricas do II Encontro Brasileiro de Ecolinguística, realizado em novembro de 2014, em Goiânia. Todos os estudos mostram que essas linhas de pesquisa estão em desenvolvimento. Eles podem levar a mais teorizações e aplicações para fazer a Linguística Ecossistêmica e a Análise do Discurso Ecológica progredirem no ambiente acadêmico brasileiro. Nesse contexto, a grande inovação desses trabalhos, em conjunto, é a de direcionar uma postura consciente sobre as relações do homem com o seu meio ambiente para os estudos da linguagem, pois as línguas são uma das interações humanas com o mundo. Elas refletem a visão antropocêntrica da natureza. Por meio delas,

ECO-REBEL

o ser humano pode promover uma mudança a fim de defender a preservação da vida em todas as suas manifestações

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), v. 1, n. 2, 2015.



MINIRRESENHAS

Os organizadores

A seguir, temos seis minirresenhas, ou apresentação sumária, de seis livros sobre Ecolinguística que foram publicados em diversos países do mundo. Alguns há mais de três anos, outros mais recentemente. Talvez estas informações possam ser de alguma utilidade para o(a)s leitor(a)s de ECO-REBEL. Arran Stibbe, Alwin Fill, Peter Mühlhäusler e Joshua Nash são conhecidos de todos os ecolinguistas. É provável que os organizadores do livro número 4 (Wim Vandebussche, Ernst Håkon Jahr e Peter Trudgill) não sejam tão conhecidos no meio ecolinguístico. No entanto, como se pode ver pelo sumário do livro, ele trata claramente de temas de interesse para os ecolinguistas.

1) Stibbe, Arran. *Ecolinguistics: language, ecology and the stories we live by*. Londres: Routledge, 2015.

A destruição cada vez mais rápida dos sistemas ecológicos que mantêm a vida põe em questão algumas das retóricas que fazem parte de nosso dia a dia: retórica de um crescimento ilimitado, de consumismo, progresso, individualismo, sucesso e dominação da natureza pelos humanos. Este livro mostra como a análise linguística pode desmascarar essa retórica, pô-las em xeque e contribuir para uma procura por novas maneiras de se verem as coisas. Ao juntar os últimos achados ecolinguísticos com os *insights* teóricos e análises de fatos, o livro delineia um novo rumo para a Ecolinguística, como um forma de indagação crítica.

Site da editora: <https://www.routledge.com/products/9780415837835>

* * * * *

2) Alwin Fill. *Kinder- und Jugendlinguistik. Sprachspiel - Sprachwelt - Sprachkritik*. Viena: LIT Verlag, 2014.

Sob um título que em português seria *Linguística infantil e juvenil – Jogo linguístico, mundo da linguagem e crítica da linguagem*, este livro tenta responder diversas perguntas, tais como: Qual é a diferença entre 'falar' e 'conversar'? Por que muitas palavras têm duas significações? Os animais têm uma linguagem? Provérbios, estratégias linguísticas, dialetos, a língua nos filmes, televisão e internet são alguns dos cerca de cem temas que de alguma maneira são discutidos de modo coloquial. Discute-se ainda se existe a possibilidade de a linguagem minimizar a aniquilação dos animais, de ofender e ridicularizar as pessoas, concluindo que sim. Por esse motivo, é preciso criticar a própria linguagem. Isso é feito pela primeira vez tendo em vista sobretudo os jovens, convidando-os a lidar com ela de maneira crítica. Mostra a eles que a crítica pode ser criativa.

Site da editora: <http://www.lit-verlag.de/wien>

* * * * *

3) Alwin Fill. *Linguistische Promenade: eine vergnügliche Wanderung durch die Sprachwissenschaft von Platon zu Chomsky*. Viena: LIT Verlag, 2013, 3ed.

Platão põe Sócrates a discutir com Crátilo sobre a origem da linguagem. Berkeley mostra a preeminência das palavras, sob as quais podemos vislumbrar a árvore do conhecimento. Esta divertida viagem pela história da linguística se atém firmemente aos conhecimentos da ciência, sem deixar de lado a coloquialidade e o anedótico. O livro é um convite a um passeio linguístico que mostra ao viajante a diversidade de temas e métodos da ciência da linguagem. A tradução portuguesa do título alemão seria algo como *Passeio linguístico: Uma excursão divertida pela ciência da linguagem de Platão a Chomsky*.

Site da editora: <http://www.lit-verlag.de/wien>

* * * * *

4) Wim Vandenbussche, Ernst Håkon Jahr & Peter Trudgill (orgs.). *Language Ecology for the 21st Century: Linguistic Conflicts and Social Environments*. Oslo: Novus Forlag, 2013.

A teoria da linguagem de Einar Haugen é considerada por muitos como o ponto alto de um dos maiores linguistas de nosso tempo. Este livro procura explorar a sempre atual e continuada aplicabilidade dos pontos de vista de Haugen. Isso é mostrado tanto no desenvolvimento da teoria e da prática sociolinguística corrente quanto em uma série de estudos de casos de questões linguístico-ecológicas, tanto na Europa como fora dela. Vejamos o sumário do livro:

ECO-REBEL

Preface;

1. The ecology of language in the twenty-first century, por Wim Vandebussche, Ernst Håkon Jahr, Peter Trudgill;
2. Language ecology in the work of Einar Haugen, por Stig Eliasson;
3. Your place or mine? Kinship, residence patterns, and language change, por Kees Versteegh;
4. The contribution of the ecology of language to the advancement of linguistic profiling: some notes and some preliminary suggestions on further improvements, por Jeroen Darquennes;
5. On the fragility of language status: Abstand, distance, and the ecology of Ausbau sociolinguistics, por eter Trudgill;
6. Iberian language ecologies: notes on history and the current situation, por Joan A. Argenter;
7. Historical language sociology – or rather language ecology? Por Gro-Renée Rambø;
8. Dialect ecology: the case of Norway – history and background, por Ernst Håkon Jahr;
9. South Africa's language ecology – hierarchies, hegemonies and resistances, por Ana Deumert;
10. Maori in the 21st century: climate change for a minority language? por Ray Harlow and Julie Barbour;
11. Place and purpose: indexicality in ecological perspective, por Miriam Meyerhoff;
12. Language ecology in Africa. The case of Botswana, Lars-Gunnar Andersson.

Site da editora: <http://novus.mamutweb.com>

* * * * *

5) Joshua Nash. *Insular Toponymies: Pristine place-naming on Norfolk Island, South Pacific and Dudley Peninsula, Kangaroo Island, South Australia*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 2013.

Como as pessoas denominam lugares em ilhas? A toponímia de pequenas comunidades insulares são afetadas pelo grau de ligação com vizinhos maiores, como os do continente? As línguas de ilhas d são do continente se diferenciam no que tange ao seu uso na denominação de lugares? Como podemos conceptualizar a interface humano-humano na situação de trabalho de campo ao coletar nomes de lugares em ilhas? Este livro dá respostas relevantes aos toponimistas, aos linguistas, aos estudiosos de questões insulares e aos antropólogos. Ele focaliza dois ambientes insulares no

contexto da Austrália (Ilhas Norfolk, Península do Pacífico Sul e Dudley, Ilha Kangaroo, Austrália do Sul) e avança alguns achados novos de relevância para a linguística australiana e para a linguística e a toponímia insular de modo geral.

Site da editora: <https://benjamins.com/#catalog/books/clu.9/main>

* * * * *

6) Stibbe, Arran. *Animals erased: discourse, ecology and reconnection with the natural world*. Middletown, CT: Wesleyan University Press, 2012: *A linguist explores our relationships with animals and the natural world*

Os animais estão desaparecendo, desvanecendo e se extinguindo – não apenas no sentido físico de se tornarem extintos, mas no sentido de estarem sendo apagados de nossa consciência. Cada vez mais as interações com os animais se dão à distância: mediadas por programas sobre a natureza, por livros e desenhos animados, fechados na clausura de zoológicos e aquários ou então distanciados por caixas de museus que expõem corpos inertes. Neste provocante livro, Arran Stibbe nos leva em uma viagem de descoberta, mostrando as diversas maneiras pelas quais a linguagem afeta nossas relações com os animais e o mundo natural. A indústria de produtos animais, os manuais escolares, as reportagens ecológicas, a cobertura de questões ambientais pela mídia e a polêmica dos direitos dos animais, em todas essas instâncias se veem os animais como objetos inanimados ou vítimas passivas. Em sua pesquisa sobre alternativas a essas formas negativas de discurso, Stibbe se volta para a cultura tradicional do Japão. No contexto da filosofia zen, da poesia dos haicais e até mesmo de filmes animados contemporâneos para criança, os animais aparecem como agentes ativos, levando as próprias vidas ao seu modo e tendo valor em si mesmos.

Site da editora: <http://www.wesleyan.edu/wespress/contact-us/>

* * * * *

7) Peter Mühlhäusler & Joshua Nash. *Norfolk Island: History People Environment Language*. London & Colombo: Battlebridge, 2012.

Este livro é um manual com muitas informações sobre a Ilha Norfolk, localizada entre a Austrália e a Nova Zelândia. Ele traça a história dos amotinados do navio Bounty, desde seu “paraíso” nas ilhas do sul até a descida num inferno mortal na Ilha Pitcairn, seguidos de um período profundamente religioso e uma reterritorialização no “quase-paraíso” da Ilha Norfolk. O livro se

ECO-REBEL

concentra nas vidas e na cultura dos habitantes de Norfolk de hoje, mas demonstra o quanto o passado de seus ancestrais ainda exerce um papel dominante na vida diária de seus habitantes.

Site da editora: <http://www.battlebridge.com/>

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), v. 1, n. 2, 2015.